

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS**  
**Instituto de Filosofia, Sociologia e Política**  
**Programa de Pós-Graduação em Ciência Política**



Dissertação

**PARTICIPAÇÃO FEMININA NO TERCEIRO NÍVEL DE GOVERNO URUGUAIO:**  
O perfil das primeiras *Alcaldesas* e *Concejales* eleitas aos Conselhos Municipais  
(2010-2015)

**Marina dos Santos Landa**

Pelotas, 2015

MARINA DOS SANTOS LANDA

**PARTICIPAÇÃO FEMININA NO TERCEIRO NÍVEL DE GOVERNO URUGUAIO:**  
O perfil das primeiras *Alcaldesas* e *Concejales* eleitas aos Conselhos Municipais  
(2010-2015)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGCPol) do Instituto Filosofia, Sociologia e Política da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Mestra em Ciência Política

Orientadora: Profa. Dra. Rosangela Marione Schulz  
Linha de Pesquisa: Democracia: teorias e experiências

Pelotas, 2015

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas  
Catalogação na Publicação

L253p Landa, Marina dos Santos

Participação feminina no terceiro nível de governo uruguaio : o perfil das primeiras alcaidesas e concejals eleitas aos conselhos municipais (2010-2015) / Marina dos Santos Landa ; Rosangela Marione Schulz, orientadora. — Pelotas, 2015.

114 f.

Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas, 2015.

1. Uruguai. 2. Eleições 2010. 3. Terceiro nível de governo. 4. Representação feminina. 5. Municípios. I. Schulz, Rosangela Marione, orient. II. Título.

CDD : 320

Marina dos Santos Landa

PARTICIPAÇÃO FEMININA NO TERCEIRO NÍVEL DE GOVERNO URUGUAIO:  
O perfil das primeiras *Alcaldesas* e *Concejales* eleitas aos Conselhos Municipais  
(2010-2015).

Dissertação aprovada, como requisito parcial, para obtenção do grau de Mestre em  
Ciência Política, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Instituto de  
Filosofia, Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas.

Data da Defesa: 06 de novembro de 2015

Banca examinadora:

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Rosangela Marione Schulz. (Orientadora).  
Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
(UFRGS)

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Céli Regina Jardim Pinto  
Doutora em Governo pela University of Essex

Prof. Dr. Alvaro Augusto de Borba Barreto  
Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul  
(PUC-RS)

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Luciana Maria de Aragão Ballestrin  
Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

## Agradecimentos

Primeiramente, gostaria de agradecer ao meu pai e a minha mãe, Jeferson Landa e Diná dos Santos, pelo amor incondicional e por serem minha fortaleza nessa difícil jornada. Por terem me estimulado a estudar e seguir meus sonhos, sempre me proporcionando recursos para que eu conseguisse dar o melhor de mim. Em especial ao apoio para realizar minha viagem a Montevideú/UY, sob a qual desenvolvi meu trabalho de campo. Sem vocês nada disso seria possível!

A minha querida irmã, Milene Landa, por ser minha confidente e amiga, além de ter traduzido o resumo dessa dissertação com tamanha desenvoltura. “Somos duas, para uma cuidar da outra”.

Aos meus avós, Mariza e Miguel, Jeanine e Rodolfo, pelos incentivos e pelo carinho, sou um pouquinho de cada um de vocês na minha personalidade e em meus escritos.

A minha orientadora Rosangela Schulz, que certamente foi muito mais que uma simples orientadora de pesquisa nessa caminhada. Por ter sido uma verdadeira amiga, por nunca ter desistido de mim, ter tido paciência e bom humor para me fazer seguir em frente. A dissertação não teria “nascido” se não fosse a tua profunda dedicação e o empenho que tiveste em corrigir tudo comigo.

Agradeço a ti, Lucas, por estar sempre por perto, topar toda e qualquer aventura ao meu lado, inclusive a de desbravar o Uruguai, foste uma pessoa muito importante nessa jornada ☺

Aos meus amigos da graduação, que se tornaram amigos pra a vida toda: Pati, Gui, Nathi e Tati! Sou muito grata a vocês! Tantas foram as vezes nos reunimos e dividi com vocês minhas aflições e encontrei a alegria. Nesse tempo foram junções, reuniões, aniversários... momentos que guardo com extremo carinho.

As minhas amigas do mestrado: Márcia e a Juliana! Meninas, eu não seria ninguém sem vocês! Márcia, obrigada pelos mates nas tardes sem sentindo, p conselhos, pelas risadas! E Ju, obrigada pela parceria infinita, por me amparar e ... acalmar, pelos almoços no RU, e estar por perto, sempre!

Ao meu bom amigo Marcos venezuelano que, de bom grado, me socorreu nas transcrições em espanhol.

A Emília Echeveste, que, de secretária do ICP tornou-se uma amiga, e foi fundamental para que as primeiras entrevistas fossem marcadas, obrigada por realizar as ligações enquanto eu ainda não me sentira segura para fazer.

A UDelaR e todos os pesquisadores do ICP que me receberam de braços abertos e me fizeram eu me sentir em “minha em casa”. Obrigada por me fornecerem toda a estrutura e recursos disponíveis para que eu desenvolvesse meu trabalho de campo em Montevidéu. Em especial agradeço o apoio de Antônio Cardarello, Carmen Midaglia e Niki Jonhson.

Ao PPGCPol e a todo o corpo docente, por proporcionarem grandes aprendizados e compartilharem o mais qualificado conhecimento durante o curso. Em especial a dois professores: Ao Prof. Álvaro Barreto, pela dica de objeto de pesquisa, pelos empréstimos de livros, textos, e-mails colaborativos e pelas excelentes contribuições na banca de qualificação. Muitas inspirações vieram disso tudo. A Prof.<sup>a</sup> Luciana Ballestrin, pelo interesse na pesquisa, apóio e também pelas excelentes reflszezões propostas na banca de qualificação.

A todas as bravas mulheres que me concederam a oportunidade de entrevista-las e conhece-las de uma maneira formidável. Obrigada por terem se esforçado para compreender meu “portunhol” incompreensível. Foi maravilhoso compartilhar suas histórias e suas experiências de vida.

Por fim, A CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) que proporcionou as condições objetivas, o apoio financeiro por meio da concessão de bolsa, para a dedicação exclusiva à vida acadêmica, culminando na conclusão desse trabalho.

## Resumo

LANDA, Marina dos Santos. **Participação feminina no terceiro nível de governo uruguaio**: O perfil das Primeiras *Alcaldesas* e *Concejalas* eleitas aos Conselhos Municipais (2010-2015). 2015, f.117. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Instituto de Filosofia, Sociologia e Política. Pelotas, 2015.

Esta dissertação tem a finalidade de analisar a representação feminina nas primeiras eleições municipais do Uruguai, institucionalizados em 2009, pela Lei Nº 18.567 de Descentralização Política e Participação Cidadã. Dessa forma, buscou-se traçar um perfil sociodemográfico e examinar a trajetória política das eleitas, com o objetivo final de conhecer quem eram as mulheres que compunham o nível municipal. A criação deste terceiro nível de governo corresponde a uma novidade institucional na política do país, pois até então a máquina administrativa era composta apenas pela instância nacional e pela departamental. Dessa forma, com a descentralização, foram criadas 89 localidades, constituindo assim o nível municipal. Atropelos, pouco investimento partidário e falta de esclarecimento aos cidadãos marcaram este primeiro pleito, contudo, desviando dos problemas, em maio de 2010 as eleições foram realizadas. Fruto desse conturbado contexto e desse inovador arranjo institucional, 21 mulheres foram eleitas para o cargo de *Alcaldesa* e outras 66 para o cargo de *Concejala* (em um universo de 89 e 356 cargos em disputa, respectivamente), isto é, aproximadamente 20% das vagas, entre os dois cenários. A relevância do trabalho acontece, justamente, por ir além dos índices eleitorais alcançados e direcionar a análise para o perfil e as percepções dos atores políticos eleitos, sendo estes mulheres. Deste modo, durante a realização do trabalho de campo coletou-se 15 entrevistas em quatro Departamentos do Uruguai, com políticas atuantes nos Conselhos Municipais. Com base nos relatos e em um levantamento biográfico posterior foi possível delinear um panorama aprofundado sobre o perfil de algumas mulheres que, por cinco anos (2010-2015), estiveram a frente das primeiras administrações municipais do país.

**Palavras-Chave:** Uruguai; Terceiro nível de Governo; Eleições 2010; Representação Feminina.

## Abstract

LANDA, Marina dos Santos. **Female Participation in the Third Level Of Government Uruguay**: The profile of the first *Alcaldesas* and *Concejalas* elected to Municipal Councils (2010-2015), f.117. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Instituto de Filosofia, Sociologia e Política. Pelotas, 2015.

This thesis aims to analyze the representation of women in the first municipal elections in Uruguay, institutionalized in 2009 by Law Nº 18,567 of Decentralization Policy and Citizen Participation. Thus, it attempted to draw a sociodemographic profile and examine the political trajectory of elected, with the ultimate goal to know who the women who made up the municipal level. The creation of this third level of government represents an institutional innovation in the country's politics, because until then the administrative machinery was made only by the national authority and the department authority. Thus, with decentralization, it was created 89 locations, thus constituting the municipal level. Mishap, little party investment and lack of information to citizens have marked this first election. However, avoiding the problems, in May 2010 elections were held. Fruit of this troubled context and this innovative institutional arrangement, 21 women were elected to the post of Alcaldesa and 66 others for the post of Concejala (in a universe of 89 and 356 positions at issue, respectively), approximately 20% of vacancies between those two scenarios. The relevance of the work is precisely to go beyond achieved electoral indices and direct the analysis to profile and perceptions of elected political actors, and these women. Thus, during the course of fieldwork collected up 15 interviews in four departments of Uruguay, with active policies in the Municipal Councils. Based on the reports and at a later biographical survey was possible to outline a detailed overview of the profile of some women who, for five years (2010-2015), were ahead of the first municipal administrations in the country.

**Keywords:** Uruguai; third level of government; 2010 elections; Female Representation.

## Lista de abreviaturas e siglas

BBF	Bancada Bicaberal Feminina
CCZ'S	Centro Comunaiz Zonais
CEU	Corte Eleitoral Uruguiaia
CM	Conselho Municipal
CRR	Camara de Representantes da República
FA	Frente Ampla
GRECMU	Grupo De Estudos Sobre a Condição Da Mulher
INAMU	Instituto Nacional das Mulheres
JD	Junta Departamental
JL	Junta Local
MIDES	Ministério Do Desenvolvimento Social
MLN	Movimento De Libertação Nacional (LOS TUPAMAROS)
PC	Partido Colorado
PIODNA	Plano Nacional de Igualdade de Oportunidades e Direitos
PN	Partido Nacional
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
UDELAR	Universidade Da República

## Sumário

<b>1. Introdução</b> .....	<b>11</b>
<b>2. Capítulo 1 – Aspectos históricos e políticos-institucionais ao terceiro nível de governo uruguaio.</b> .....	<b>18</b>
2.1. Principais características do sistema político-institucional .....	19
2.2. O percurso da democracia no Uruguai .....	20
2.3. O princípio de descentralização na capital, Montevideu. ....	25
2.4. O Processo de descentralização no restante do país .....	30
2.5. Distribuição geográfica dos municípios pelo país.....	32
2.6. Deveres e atribuições dos governos locais .....	36
2.7. O Conselho Municipal (CM) .....	37
2.8. Fragilidades do processo eleitoral em 2010 .....	37
2.9. Os resultados eleitorais de 2010 .....	40
<b>3. Capítulo 2: A inserção e a participação feminina na esfera civil e na esfera política tradicional</b> .....	<b>42</b>
3.1. A militância e o movimento de mulheres/feminista no Uruguai .....	43
3.2. A participação da mulher na política institucional .....	49
3.3. Entrelaçando as duas esferas, o cenário pós 2010.....	56
3.4. É possível pensar em perspectivas para o futuro? .....	58
3.4.1. Legislação de Cotas .....	59
3.4.2. A Bancada Bicameral Feminina (BBF).....	61
3.4.3. Os governos da Frente Ampla e a política de equidade de gênero .....	63
<b>4. Capítulo 3 - A edificação de um (novo) ator político? O perfil das mulheres eleitas aos conselhos municipais em 2010</b> .....	<b>67</b>
4.1. O trabalho de campo e a realização das entrevistas .....	67
4.1.1. Qual é o perfil sociodemográfico? .....	69
4.1.2. Qual a trajetória política e a militância dessas mulheres? .....	72
4.1.3. Como aconteceu o recrutamento eleitoral no pleito de 2010? .....	80
4.1.4. Desafios frente ao Governo Municipal .....	83
4.1.5. Há expectativa de concorrer novamente a uma vaga no Conselho Municipal? .....	89
4.1. Considerações gerais sobre as respostas .....	93
<b>5. Considerações finais.</b> .....	<b>97</b>
<b>Referências</b> .....	<b>102</b>
<b>Apêndices.</b> .....	<b>111</b>

## 1. Introdução

A inserção da mulher na política institucional tem sido umas das principais preocupações de diversos teóricos atentos às fragilidades e potencialidades da representação política, assim como, aos déficits e as qualidades das democracias contemporâneas. No Uruguai o tema tem despertado profundos questionamentos aos cientistas políticos locais, na medida em que o país tem apresentado dois cenários de participação feminina antagônicos. No seio da sociedade civil existe ao longo da história uma pluralidade de movimentos femininos e feministas. São mulheres que lutaram por seus direitos como cidadãs plenas no início do século XX; que nas décadas de 1960 e 1970, resistiram na clandestinidade, combatendo o regime militar no país; que na virada do século XXI, voltaram-se às temáticas mais radicais: como a extinção das distinções do binarismo homem/mulher, a regulamentação do aborto e os direitos reprodutivos, articulando-se com movimentos transnacionais. Contudo, na esfera tradicional, isto é na política institucional, o país continua a se caracterizar pelas baixas taxas de representação de mulheres no parlamento e no executivo, cifras que colocam o Uruguai em uma posição de desvantagem no mundo e na região, perante seus vizinhos<sup>1</sup>.

Para colaborar com a discussão sobre a condição do gênero na política no país, este trabalho tem o objetivo de investigar a representação feminina em espaços de atuação formal, especificamente no nível político local. Dessa vez, em um espaço instituído muito recentemente pela política Uruguiaia, os municípios, ou seja, o terceiro nível de governo que levou a descentralização política para o todo o território.

O projeto de descentralização começa a ser idealizado pela primeira vez na capital do país, Montevideú, a partir de 1990. A Intendência, então sob a administração do Frente Amplista Tabaré Vázquez, através de decretos, institui os

---

<sup>1</sup> Na classificação mundial de mulheres nos Parlamentos em janeiro de 2013, o Uruguai ocupava a 102ª posição, de um total de 190 países classificados na data. Detalhamento disponível em: <http://www.ipu.org/wmn-e/arc/classif010113.htm>.

Conselhos Comunsais Zonais (CCZ's), nesse contexto foram constituídos 18 Conselhos de Bairro por toda a cidade. Estes órgãos eram coordenados por um governo local heterogêneo, composto por uma *Junta Local* (representantes da Intendência) e pelo *Concejo Vecinal* (Líderes de Bairro). Entretanto, a experiência ficou restrita aos limites de Montevideu por quase 20 anos.

A descentralização volta a ser objetivo de debate apenas em 2005, quando a FA assume a presidência do País, também sob a administração de Vásquez. Após várias alterações no projeto original que foi encaminhado ao Parlamento, os tramites legais finalmente foram aprovados pela Camara de Representantes e Senado, no final de 2009. Através da Lei de Descentralização Política e Participação Cidadão foram criados 89 municípios por todo o Uruguai, assim, em 2010 os cidadãos uruguaios compareceram às urnas para eleger os seus primeiros representantes locais.

O projeto de descentralizar a política e ampliar a participação busca aproximar os cidadãos das decisões locais e do cotidiano da política – com a aplicação de *Cabildos Locales* -, além disso, visa fomentar uma relação de proximidade entre os representantes e os representandos. Ademais, institui a regra/norma que definiu a composição dos Conselhos Municipais pela via eleitoral, isto é, todas as autoridades são eleitas em um pleito, que acontece simultaneamente às Eleições Departamentais. De caráter inovador, as eleições locais também congregam grandes particularidades, como a ideia de um Conselho Municipal, formado por cinco pessoas, que decidem as atividades em votação conjunta, reunindo-se toda a semana para discutir os temas dos municípios.

Vários estudos têm sido realizados com o objetivo de examinar as potencialidades e as fragilidades da forma municipal no Uruguai: estudos sobre o teor da Lei que origina os governos locais (BARRETO, 2011); sobre a geografia dos Municípios (QUETGLES, 2011); avaliação dos resultados nacionais e por Intendências (CARNADELLO; MAGRI, 2011), a respeito do desempenho de cada partido e, até mesmo, sobre a percepção da população sobre as eleições (OROÑO, 2011). Entretanto, ainda carecem mais trabalhos cujo foco esteja centrado nos atores políticos eleitos.

Da mesma maneira, os trabalhos sobre a representação feminina têm crescido no país, de uma forma que existe, inclusive, uma especialização em Gênero e Políticas Públicas na *Universidad de la Republica (UdelaR)*. Há reflexões sobre o perfil social e a trajetória política das parlamentares uruguaias (MORITIZ; SCHULZ, 2014); análises sobre a tímida presença feminina no primeiro e segundo nível de governo (JOHNSON, 2001, 2010); (PEREZ, 2005); reflexões sobre as variáveis que influenciam a carreira feminina (JOHNSON, 2001); (PEREZ, 2006), dentre outros olhares acerca da participação feminina na política institucional. Contudo, ainda não existem trabalhos sobre a presença feminina no terceiro nível de governo, muito menos, buscou-se conhecer quem são essas mulheres.

Dessa forma, essa dissertação de mestrado buscou unir esses dois elementos e analisar a representação feminina nos 89 municípios, buscando conhecer quem são estas mulheres e qual o percurso político, até assumirem seus cargos municipais em 2010. Para isso, foi realizada uma apuração sobre desempenho eleitoral feminino, na qual se verificou a presença de 87 mulheres em posições no Conselho Municipal - 21 *Alcaldesas* e 66 *Consejalas* –, as quais se tornaram o objeto de pesquisa da dissertação.

Com base nessa contextualização, o problema de pesquisa pode ser sintetizado pela seguinte questão: *Quem são as primeiras mulheres eleitas para ocupar os cargos municipais, institucionalizados em 2010, no Uruguai? Isto é, qual o perfil sociodemográfico e a trajetória política das mulheres que compuseram o terceiro nível de governo?*

Para responder a essa questão foram delineadas duas hipóteses centrais. A primeira hipótese trata especificamente de mapear o perfil sociodemográfico das eleitas. A hipótese pondera tratar-se de mulheres maduras, com famílias constituídas, alto grau escolar e profissões variadas, podendo a filiação partidária alterar essa última variável.

A segunda hipótese pondera sobre o exercício da militância e a trajetória política. Entende-se que as mulheres eleitas estão ingressando pela primeira vez na política institucional, dessa forma, o cargo assumido em 2010 no Conselho Municipal é o primeiro conquistado em suas carreiras políticas pela via eleitoral. Contudo,

acredita-se que grande parte das eleitas tenha um longo vínculo partidário e uma larga trajetória de atuação em movimentos sociais, sindicais, estudantis ou habitacionais. Dessa forma, essas mulheres já eram militantes políticas, sobretudo na comunidade local, pela qual foram eleitas.

Para testar a validade das duas hipóteses, metodologicamente foram utilizadas técnicas de pesquisas quantitativas e qualitativas. Inicialmente foi adotada uma abordagem quantitativa, a fim de vislumbrar o quadro geral das eleições municipais e desempenho feminino no pleito. Além dessas informações, foram examinados os dados gerais das eleições departamentais de 2009 e nacionais de 2010. Também foram retomados os índices no primeiro e segundo nível de governo, a partir de 1985, ou seja, no cenário pós-redemocratização. Com todas essas informações foi possível conjecturar um quadro geral sobre a evolução da representação de gênero no país vizinho.

Em relação à abordagem qualitativa, foi desenvolvido um trabalho de campo no Uruguai, no qual se realizaram algumas entrevistas com mulheres eleitas aos Conselhos Municipais. Optou-se por trabalhar tanto com as *Alcaldesas* quanto com as *Concejalas*, pois, *a priori*, os candidatos concorrem apenas à vaga no Conselho Municipal. Posteriormente, conforme a colocação nas listas, sabe-se qual cargo cada um assumirá. Dessa forma, o arranjo institucional permite que os partidos lancem várias listas, com ordenamentos diferentes, podendo o nome de pessoa estar em mais de uma lista e em posições diferentes.

Nesse momento, também se deve levar em consideração o desafio percorrido para a obtenção das entrevistas. Destacam-se, nesse aspecto, a dificuldade que foi lidar com a língua espanhola e as dificuldades de descolamento e de acesso as *Alcaldías* do interior do país, isto é, as mais distantes da capital e da zona metropolitana. Como a pesquisa estava sendo aprimorada na UdelaR, em Montevideu, o contato aconteceu conforme as condições de transporte e os recursos físicos disponíveis, além disso, dependia da recepção das entrevistadas. Somando-se todos esses fatores, o resultado foi a obtenção de 13 entrevistas: nove em Montevideu e quatro em Canelones. Posteriormente, no regresso ao Brasil, foi possível entrevistar uma *Alcaldesa* do Chuy (Cerro Largo) e uma *Alcaldesa* em Fraile Muerto, dadas as condições fronteiriças do Rio Grande do Sul.

A abordagem das entrevistas consistiu na elaboração de um roteiro semiestruturado, composto por dois eixos centrais: 1) O primeiro é informativo, compreendendo neste ponto os aspectos sociodemográficos. Foram consideradas as seguintes variáveis: idade, escolaridade, estado civil, profissão, partido político, vínculo partidário, mandatos anteriores e experiências em cargos públicos; 2) O segundo eixo versa sobre a trajetória política e a militância, foram questionadas: a militância política, o interesse em participar de um cargo público, o recrutamento eleitoral para a eleição em 2010. Isto é, as mulheres foram procuradas pelos partidos ou as próprias manifestaram interesse em se candidatar. 3) Por fim, a expectativa sobre a reeleição e planos futuros, incluindo a aposentadoria de cargos eletivos.

Optou-se pela aplicação de um roteiro semiestruturado. A estratégia permitiu seguir uma ordem, mas também com flexibilidade para a inclusão de novos questionamentos e argumentos, caso fossem necessários. A opção trouxe um grande benefício na pesquisa, na medida em que as mulheres tiveram maior liberdade em suas entrevistas, incluindo em algumas ocasiões opiniões e percepções acerca da autonomia e o funcionamento dos municípios, de modo que o mesmo tornou-se um dos eixos da análise feita do terceiro capítulo. Assim, com a aplicação de entrevistas semi-estruturadas pôde-se obter insights sobre as visões pessoais e coletivas, imaginações, as esperanças, as expectativas e as críticas do presente, e as projeções do futuro. (BLEE; TAYLOR, 2012)

Além disso, a opção por trabalhar com este modelo de entrevista também se deve a opção pelo método semiestruturado que permite trazer o agente social para o centro da análise e das discussões (BLEE; TAYLOR, 2012). Esta característica combinou com as pretensões primordiais da pesquisa, ou seja, de conhecer quem eram os atores políticos eleitos, isto é, as *Alcaldesas* e as *Concejalas*.

Com o material empírico coletado, buscou-se organizá-los em cinco eixos analíticos elaborados em forma de questionamentos: A) Qual é o perfil sócio demográfico dessas mulheres? B) Qual a trajetória política e a militância dessas mulheres? C) Como aconteceu o recrutamento eleitoral no pleito de 2010? D) Quais os desafios frente ao Governo Municipal? E) Há expectativa de concorrer novamente a um cargo no Conselho Municipal?

A dissertação está composta de três capítulos. O primeiro capítulo está subdividido em dois andamentos. No primeiro momento, o foco é o panorama geral sobre o funcionamento da política Uruguaia, assim, se buscou observar o desenvolvimento histórico da política uruguaia e a consolidação da democracia, o sistema de partidos, as reformas no sistema eleitoral em 1996, incluindo as últimas mudanças na legislação efetivadas no ano de 2010, com a criação do terceiro nível de governo. A segunda parte do capítulo trata especificamente do processo eleitoral que deu origem aos primeiros Conselhos Municipais do país. Busca apresentar as discussões anteriores a aprovação da Lei no Parlamento, o conteúdo da Lei de Descentralização e Participação cidadã (fragilidades *versus* trunfos), a configuração territorial dos municípios até chegar nos resultados finais, para finalmente tocar no desempenho feminino.

O segundo capítulo apresenta a revisão bibliográfica sobre a participação das mulheres nas transformações sociais de gênero no Uruguai. Com a intenção de descortinar uma história política demarcada pela perspectiva de gênero, destacando o pioneirismo do país e os protagonismos dos movimentos sociais de mulheres e feministas em impulsionar o debate e a criação de leis que assegurassem os direitos civis, políticos e sociais às uruguaias. Permite verificar que a luta das mulheres se ressignifica ao longo dos séculos XX e XXI. Assim, os espaços de representação feminina vão se expandindo, proliferando em diversos campos de atuação, desde as organizações de base na sociedade civil até a formação de uma bancada de mulheres na arena política institucional. Recentemente, a discussão também está presente na maior Universidade do país (UdelaR), em um espaço acadêmico próprio, e dentro do próprio governo Frente Amplista, através do MIDES (Ministério do Desenvolvimento Social) e do Instituto Social das Mulheres.

O terceiro capítulo retoma o ponto central da discussão da dissertação, a Eleição Municipal de 2010, mas dessa vez o olhar volta-se especificamente para as autoridades locais femininas, compreendendo a análise descritiva dos dados empíricos e a interpretação das entrevistas. Assim, as falas foram analisadas contextualizadas nos cinco eixos descritos a cima.

Por fim, a conclusão, momento no qual os três capítulos foram conectados para atingir o objetivo final, ou seja, a de conhecer o perfil geral das mulheres

eleitas, ressaltando suas similaridades, diferenças e especificidades. A análise e a reflexão teórica sobre a implementação dos municípios, a partir do conhecimento sobre a situação da mulher na sociedade e na política uruguaia e pelo resultado das próprias entrevistas, tornou possível detectar a figura de um novo ator político: mulheres maduras, com uma trajetória política própria e fortemente influenciadas pelo vínculo partidário, o qual delineou vários aspectos de suas carreiras políticas.

## **2. Capítulo 1 – Aspectos históricos e políticos-institucionais ao terceiro nível de governo uruguaio.**

Construiu-se esse capítulo, balizando-o, sobretudo, com duas finalidades: Inicialmente, temos a intenção de apresentar os aspectos mais gerais da história política e institucional do Uruguai. A apresentação desta parte inclui a organização e a divisão dos poderes políticos, o funcionamento de cada nível de governo e o envolvimento dos atores políticos, incluindo os partidos políticos, em cada uma dessas esferas de poder. Após, será apresentado brevemente alguns aspectos centrais da trajetória e a consolidação da democracia no país, o envolvimento dos partidos na manutenção e estabilidade da ordem política e, por fim, a ascensão da esquerda progressista à presidência da República em 2005.

Dessa exploração inicial pretende-se, no segundo momento, abordar os limites e/ou avanços que circunscrevem a criação e o funcionamento do terceiro nível de governo. Em outras palavras, o capítulo engloba desde a concepção do Partido Colorado e Partido Nacional (denominados pela literatura como os partidos tradicionais), até as recentes transformações na política em 2010, mais de dois séculos de história. Nesta parte também analisaremos a evolução das características do sistema político e do sistema eleitoral e partidário e a grande reforma de 1996. Ao fim desta explanação, pretende-se destacar a importância dos partidos para o funcionamento do jogo político, assim como suas transformações ao longo do século XX e XXI. Como veremos, apenas com a reforma de 1996 serão estabelecidas as bases para uma possível descentralização política no Uruguai. Processo institucionalizado apenas em 2009 pela Lei de Descentralização Política e Participação Cidadã e, enfim, oficializado nas primeiras eleições municipais em 2010.

Na parte final do capítulo, destina-se atenção para a análise dos resultados eleitorais de 2010. Sob a ótica das teorias neoinstitucionais, problematiza-se o

desempenho eleitoral feminina em números gerais, bem como as possibilidades que a nova instância representativa traz para as mulheres.

## **2.1. Principais características do sistema político-institucional**

A República Oriental do Uruguai, como é denominado oficialmente o Uruguai, comporta suas atuais leis e determinações institucionais na Constituição datada de 1967, muitas das suas disposições foram suspensas em 1973, com o início da ditadura, mas restabelecidas 11 anos depois. A Constituição uruguaia permite aos cidadãos revogar ou alterar as leis por referendo, mecanismo que rotineiramente é utilizado no país, e uma de suas marcas democráticas. Com o sufrágio universal, os uruguaios elegem seus representantes à todos os níveis governamentais por meio de eleições com o voto direto, para mandatos de cinco anos, somente ao presidente não é permitida a reeleição.

A capital do País é Montevideú, cuja região reúne em torno de 40% da população do Uruguai – aproximadamente 1,8 milhão de habitantes.

O Uruguai é uma República Democrática Representativa, e tem em sua maior expressão política o Presidente, que assume igualmente as funções de Chefe de Estado e Chefe de Governo. Coexistem três poderes, o poder Executivo, o poder Legislativo e o poder Judiciário<sup>2</sup>. O Poder Executivo é exercido pelo Presidente da República e pelo Vice-Presidente, atuando juntamente com os atuais 13 ministérios<sup>3</sup>. O poder legislativo é exercido por um Parlamento, composto por três órgãos: o Senado, a Câmara dos Representantes e a Assembleia Geral. O vice-presidente da república também é o presidente do senado, que conta com 31 membros. A Câmara dos Representantes é integrada por 99 deputados. Assembleia Geral é a reunião conjunta destas duas câmaras.

---

<sup>2</sup> A designação de cada membro da Suprema Corte de Justiça (artigo 236 da Constituição), do Tribunal do Contencioso-Administrativo (artigos 236, 307 e 308 da Constituição), da Corte Eleitoral (artigo 234 da Constituição) e do Tribunal de Contas (artigo 208 da Constituição) é feita por decisão da Assembléia Geral com maiorias especiais. O Poder Judiciário e os órgãos com hierarquia constitucional, cada um em sua matéria, são independentes no exercício de suas respectivas funções.

<sup>3</sup> Dados de 2014, durante o governo de José Mujica e Danilo Astori, disponibilizados no site da presidência: <https://www.presidencia.gub.uy/>

Atualmente coexistem três níveis de governo. O primeiro deles é Poder Executivo Nacional e o segundo nível de governo é o Departamental, o último nível, o Municipal, foi sancionado apenas em 2009. Dessa forma, até 2010, o território uruguaio era subdividido somente em departamentos, 19 no total. Cada Departamento é governado por um Executivo Departamental (Intendência Municipal) e por uma Junta Departamental composta por 31 membros, denominados Edis Departamentais, que exercem as funções legislativas em matéria departamental.

Apesar da confiança do povo uruguaio e da força dos partidos políticos (que resistiram aos períodos de repressão), ainda assim, o país concentrou suas decisões políticas apenas nessas duas únicas instâncias governais. Somado a esse elemento, está o enxuto sistema partidário, formado apenas por três partidos competitivos em todo o território, que impossibilitou uma disseminação da participação política em nível local, com partidos menores.

El Estado uruguayo funciona por medio de compartimentos verticales que derivan en que las políticas desemboquen directamente en el territorio. Es posible constatar una sectorialización de las políticas en donde cada organismo actúa directamente sin buscar una verdadera coordinación entre los actores. Esta fragmentación en muchas ocasiones ha generado superposición de competencias, lo que redundo en gastos de recursos innecesarios y conflicto de intereses entre actores (CARDANELLO, 2011, p3).

Dessa forma o terceiro nível de governo busca dar vazão a um movimento diferente, ou seja, de disseminar e implementar políticas municipais, que se articulam com as de caráter departamental e nacional, porém que deem conta das peculiaridades locais em termos objetivos, levando em consideração as percepções dos cidadãos, através da aproximação dos votantes, da sociedade civil e dos governantes.

## **2.2. O percurso da democracia no Uruguai**

Com o intuito de compreender brevemente a manutenção e a evolução da democracia Uruguaia é pertinente considerar primeiramente a importância e força que os partidos, especialmente a força que os partidos tradicionais tiveram durante o

século XIX e XX. Assim, será possível compreender como o jogo político sustentou-se e, por vezes, dificultou as transformações no sistema político.

Juntamente com o Chile e a Costa Rica, o Uruguai é um dos únicos países da América Latina caracterizado por conseguir sustentar a imagem de uma democracia sólida e estável. Seguramente é o país que mais tempo viveu sobre a égide de regimes democráticos na América Latina e, apesar dos dois momentos autoritários que o país viveu (1934-1942) e (1974-1984), destaca-se a confiança que os Uruguaios depositam em suas instituições políticas. Sendo assim, neste primeiro momento, apresentaremos alguns momentos da história política que colaboraram para o atual momento do país.

No Uruguai encontram-se dois dos mais antigos partidos da América do Sul. Dessa forma, destaca-se que o país tem toda sua história política fortemente perpassada pelo enfrentamento e, por vezes, a consonância de ideias entre os dois partidos da República: os tradicionais *Blancos* e *Colorados* (CHASQUETTI; BUQUET, 2004). De fato, a existência das agremiações é um acontecimento muito antigo, datado no início do século XIX, suas formações são anteriores a própria consolidação da nação uruguaia<sup>4</sup>. Assim sendo, até o início do século XX, o enfrentamento entre os partidos já aconteciam, tratava-se de confrontos bélicos.

A divisão espacial e econômica do país desempenhou papel fundamental para demarcar a força de cada partido. No interior do país o Partido Blanco (ou Nacional) era a força política predominante, enquanto na capital, Montevidéu, e nos pequenos centros urbanos prevaleceu o domínio do Partido Colorado:

El partido colorado es el que recoge los intereses de los centros urbanos, particularmente Montevideo, y refleja a grupos sociales emergentes que han crecido de la mano de la inmigración europea al país a partir de la segunda mitad del siglo XIX y la primera del siglo XX. En tanto, el partido Nacional refleja los intereses del interior rural, de los pueblos y de los terratenientes del país. (GUTIÉRREZ, 2012, 62).

---

<sup>4</sup> A maioria dos historiadores aponta a origem do confronto entre os dois lados na "*Batalla de Carpintería*" no ano de 1836. É a primeira ação militar entre as duas forças que se tem informações. Destaca-se que o embate se deu seis anos depois da primeira constituição e onze anos mais tarde da Declaração de Independência, em 1825. Nesse momento já surgiam as "divisas" ou as fronteiras ideológicas que serviam para distinguir os integrantes de cada um dos "bandos" políticos. Para ver mais sobre o assunto, consulte Chasquetti; Buquet, 2004.

A constituição de 1830 ainda não previa a existência de partidos políticos, além disso, o país tinha um sistema eleitoral bastante excludente e era caracterizado pela baixa competitividade: A Câmara de Representantes elegia seus componentes pelo sistema de voto majoritário e o Senado tinha seus representantes indicados pelo voto indireto, também utilizando um sistema majoritário, onde homens notáveis eram eleitos. Somente em 1918, com as definições de uma constituição, e a criação dos primeiros mecanismos constitucionais, foi criado um sistema que garantisse uma fórmula competitiva e democrática.

Dentre as transformações, a nova constituição consagrou o sistema bipartidário (reforçando a disputada entre o PC e PN) e estabeleceram-se as regras eleitorais que permaneceram vigentes até 1996. A reformulação da constituição envolveu a negociação de várias facções, influentes nos dois partidos tradicionais na República. Do lado colorado, prevaleciam dois setores com opiniões dicotômicas: Os *Batllistas*, setor de centro-esquerda, seguidores do presidente Batlle y Ordoñez, favoráveis a reforma constitucional e os *Riveristas*, setor da direita, liderados pelo senador Manini Ríos, que discordavam da forma com que o partido estava conduzindo o governo do País e se opunham ferozmente a reforma. O Partido Nacional, partido de oposição ao governo, também era contrário a realização da reforma.

A formulação da constituição reforçou um movimento próprio do cenário Uruguaio: o estabelecimento de facções ou tendências (sublegendas) dentro dos partidos, que, ao mesmo tempo, serviu para frear o multipartidarismo, mantendo o poder concentrado na mão dos dois partidos tradicionais.

Se trata de una compleja estructura institucional que permite la convivencia de varias tendencias al interior de los dos partidos tradicionales – sin quebrar el bipartidismo – generando de esa forma agrupamientos que ayudaban a mantener la diversidad en un contexto propicio para la gobernabilidad (GUTIÉRREZ, p.63, 2012).

Foram muitas as negociações até que, em 1918, a Convenção Nacional Constituinte conseguisse sancionar um projeto que agradasse a todas as partes envolvidas na disputa “[...] elaborando un proyecto consensuado, producto de un pacto que implicó recíprocas concesiones” (CHASQUETTI; BUQUET, 2004, p.226). O Partido Nacional conquistou a alteração para o sistema proporcional para a

eleição da Câmara de Representantes e a ampliação para o sufrágio universal e obrigatório, com cadastramento jurídico<sup>5</sup>; o *Riverismo*, setor minoritário do Partido Colorado, conseguiu manter a figura do Presidente da República, eleito de forma direta, pelo sistema de voto duplo e maioria simples. Já o *Batllismo*, setor majoritário, conquistou a criação de um conselho nacional administrativo, dentro do Executivo, composto por nove membros.

Até 1958, todas as eleições presidenciais foram vencidas pelo Partido Colorado, pois sua força na Capital prevalecia, contudo o Partido Nacional ocupava posições de destaque no âmbito parlamentar e departamental. A partir da segunda metade do século inicia-se a alternância de presidentes entre os dois partidos que durou praticamente todo o século XX, a ponto da democracia uruguaia funcionar como um consenso entre os dois partidos. Nessa conjuntura, não houve espaço para descentralização ou o surgimento de pequenos partidos em localidades menores que demandassem tais ações. A política estava fortemente atrelada ao sólido sistema partidário, que sustentou a democracia uruguaia até o final dos anos 60. Deste modo, antes do surgimento da Frente Ampla, os partidos tradicionais possuíam uma dinâmica interna que os fraccionava no eixo conservador-progressista.

Até a primeira metade do século XX, a imagem popular do Uruguai em muito se distinguia da de seus vizinhos da América do Sul: de colonização europeia, com pequenas proporções territoriais e população bastante homogeneizada, era visto como um país caracterizado pela competição social e ascensão econômica, resultado da substituição do modelo agroexportador.

Além disso, o Uruguai, durante a etapa *Batllista*, consolidou sua democracia e alcançou altos níveis de bem-estar. Em comparação com seus vizinhos latinos, também foi o primeiro a consolidar uma legislação mais avançada assegurando os direitos trabalhistas e sociais. “Este sistema debe inscribirse en el proyecto modernizador de comienzos de siglo, que cuenta entre sus antecedentes la reforma de la educación de 1877 que universalizó el acceso a una enseñanza laica, gratuita y obligatoria” (MOREIRA, p, 100, 1994).

---

<sup>5</sup> A Constituição de 1918 estabeleceu o voto secreto, igual e universal, contudo o voto feminino continuou em espera de uma legislação própria, apenas efetivado a partir de 1938.

Por todas essas características, na década de 40, o país era conhecido internacionalmente como a “Suíça das Américas”, em uma rápida alusão ao estilo de vida europeu. Contudo, essa prosperidade clássica logo encontrou seus limites, com o esgotamento do modelo de desenvolvimento baseado na industrialização e a ruína do modelo de bem-estar social desenvolvido ao longo das décadas de 40 e 50 pelo setor Batlista do Partido Colorado.

A crise econômica e social, os congelamentos de salários e do dólar, a inflação, as altas taxas de desemprego somado ao descontentamento de diversos setores econômicos e grupos sociais marginalizados deixaram explícita a incapacidade dos mecanismos consensuais e das práticas clientelísticas em congregar a população para encontrar soluções para a crise. A se ver diante dos diversos problemas o governo adotou práticas repressoras e autoritárias, que tiveram seu auge em 1968, com diversas mortes de jovens ligados ao movimento estudantil.

É nesse contexto que surge o programa fundacional da Frente Ampla, em 1971. Resultante de uma coalizão de esquerdas, a FA congregava visões distintas e/de concepções socialista, desde reformistas até revolucionárias, isto é, haviam setores orientados pela visão desenvolvimentista, entusiastas da teoria da dependência, assim como os setores que acreditavam que a única solução seria por um viés radical socialista, de superação da sociedade de classes.

O surgimento da FA e de todas as discussões sobre o caráter ideológico e as soluções pragmáticas dentro da esquerda foram drasticamente abafados pelo golpe militar em 1973. Como seus vizinhos latinos, o Uruguai não escapou das experiências ditatoriais que marcaram outros países. Durante os anos de chumbo suspenderam-se todas as atividades políticas dos partidos políticos tradicionais e as agrupações de esquerda foram postas na ilegalidade<sup>6</sup>.

Pelo Ato Constitucional nº18 de 1984, a esquerda voltava a figurar na legalidade e, no ano seguinte, há a restauração da ordem democrática. Lentamente iniciou-se um crescimento gradativo do eleitorado de esquerda. Assim, pouco a

---

<sup>6</sup> Ao contrário dos demais países da América do Sul que sofreram com ditaduras e tiveram seu governos eleitos democraticamente destituídos pelas Forças Armadas, no Uruguai foi o próprio presidente Bordaberry (PC) que firmou o decreto de dissolução do Parlamento, permanecendo a frente do País até 1976.

pouco, a Frente Ampla foi ampliando seu espaço no cenário eleitoral, vindo a se tornar a terceira força política do país, em oposição ao bloco tradicionalista de ideologia centro-direita<sup>7</sup>. Ano após ano, o desempenho eleitoral do partido foi crescendo ao ponto que em 1994, PC, PN e FA tiveram votações quase idêntica nas eleições presidenciais.

Em 2000, o PC ainda teria força política para conquistar a cadeira presidencial, sustentando-se mais uma vez pela tradição *Batllista*. Jorge Luis Batlle Ibáñez foi o quarto integrante da família Batlle, a ocupar a presidência da República.

Em 2005, após novas alternâncias de presidentes afiliados ao PN e ao PC, pela primeira vez é eleito um presidente da coalizão de Esquerda. Dessa forma, a coligação *Encuentro Progressista - Frente Amplio - Nueva Mayoría*, liderada por Vazquéz e Nin Vovoa conquista 50,45% dos votos válidos, tornando-os os primeiros representantes da esquerda a serem vitoriosos em uma eleição nacional. É interessante ressaltar que o índice foi alcançado ainda no primeiro turno, isto é, sem haver a necessidade de uma *segunda vuelta*, com o procedimento de *ballotage*, instituído com a reforma de 1996. O desempenho a nível executivo foi repetido na Câmara de Representantes, de modo que a FA conquistou maioria parlamentar, dessa forma, conseguiu implementar diversas mudanças que estavam presentes em seu plano de governo, dentre elas o programa de descentralização política.

Desde então, a esquerda tem alcançado sucessivas vitórias no nível executivo nacional. Em 2010 com José “Pepe” Mujica e Danilo Astori e em 2015, novamente com Tabaré Vazquez e Raúl Sendic.

### **2.3. O princípio de descentralização na capital, Montevideú.**

Conforme explicações anteriores, a implementação do terceiro nível de governo corresponde a uma novidade na política institucional uruguaia, pois até então, como foi previamente mencionado, a máquina administrativa do país era formada apenas

---

<sup>7</sup> Em 1989 a esquerda conquista a Intendência Municipal de Montevideú, com Tabaré Vazqués, então candidato pela FA, sendo reeleito em 1994.

pela instância nacional e pela instancia departamental, caracterizando uma concentração/centralização nas tomadas de decisões.

Contudo, em Montevideu aconteceu um processo um pouco diferente do que ocorreu no restante do País, pois anteriormente a criação de municípios a cidade já estava passando por um processo de descentralização de serviços que estimulou a participação dos bairros sobre decisões locais desde 1990. Desta forma, é possível afirmar que desde o primeiro Governo da Frente Ampla, de Tabaré Vasquez, Intendente de Montevideu, com a execução do Plano de *Desconcentración de servicios y Participación vecinal*, incluído nas bases pragmáticas do governo de esquerda, a descentralização política tem sido uma realidade na vida dos moradores da Capital.

Embora essa experiência tenha sido aplicada exclusivamente em Montevideu, isto é, as outras 18 Intendências foram deixadas à margem do processo, pode-se dizer que nesse momento foi estabelecido o primeiro passo para o que, 20 anos depois, se expandiria para todo o País. Deste modo, as primeiras ações da proposta envolveram a decisão de descentralizar o controle de alguns serviços dos bairros, como a água e a luz. O território de Montevideu foi dividido considerando/buscando um equilíbrio entre três variáveis: o número de população dos bairros, a superfície do território e a identidade de cada bairro. A junção dos bairros da cidade recebeu o nome de Centros Comunais Zonais (CCZ's).

Em 1993, houve a institucionalização total das CCZ's. Realizou-se o 1º Fórum Cidadão, e nele foram instauradas as primeiras dependências municipais e designados e/ou eleitos os primeiros componentes de cada um dos 18 governos locais. Cada zona era administrada por uma *Junta Local*, um corpo político presente na Constituição desde 1935. Para instigar a participação popular, também foram institucionalizados os *Concejos Vecinales*. Estes dois atores sociais tinham distintas funções:

A *Junta Local*: órgão governamental, integrado por cinco representantes dos principais partidos políticos, designados conforme a proporção da votação obtida pelos partidos nas eleições Departamentais. Estes eram nomeados pelo Intendente, guiando-se

pela indicação de cada partido - em outras palavras, são cargos de confiança do governo.

O *Concejo Vecinal*: órgão social, eleito por voto direto em votações abertas por moradores e moradoras de cada zona. Desempenha funções de assessoria e proposição de projetos para o Conselho Local, cargo não remunerado. O “Conselho de vizinhos” era formado por representantes que variavam de 25 a 40 titulares, e em muitos casos, eram representantes de organizações sociais, religiosas, culturais ou esportivas locais.

Em 1995, aconteceu o 2º Fórum Cidadão, que deu continuidade ao processo. Para proporcionar maior autonomia aos Conselhos de Bairros, alguns outros serviços foram descentralizados, conforme consultas feitas aos *Vecinos* e à população. Dentre os serviços, destacam-se: a manutenção do alambrado público, as ruas dos bairros e a adoção de um Corpo de Inspetores em cada uma das 18 zonas da cidade.

Durante o início dos anos 2000, pode-se destacar a regionalização do território, agrupando as zonas, conforme sua localização no atlas espacial de Montevideu e a criação do programa *Webvecinos*, que levou novas tecnologias de informação aos bairros mais carentes da cidade. Entre outros esforços, houve a realização de um grande seminário para debater os rumos da descentralização. O debate envolveu todos os partidos políticos, os *Vecinos*, os *Concejales*, os *Ediles Locales*, os funcionários municipais e a população em geral. Como produto da discussão, surgiu o programa “*Mejora de Gestión*”, criado com a finalidade de contribuir para o fortalecimento da capacidade da *Intendencia* de Montevideu em destinar atenção para os processos administrativos e a prestação de serviços a um grande número de cidadãos. Contudo, após o aquecimento dos debates dos primeiros anos do Governo Frente Amplista, o processo de descentralização estava caminhando a passos lentos, praticamente entrando em estagnação.

A partir de 2005, foi posto em prática um novo mecanismo de participação popular a nível local, são instituídos os *Participativo – Compromisos de Gestión*. Por meio do mesmo, a Intendência destinava fundos para que os próprios habitantes de

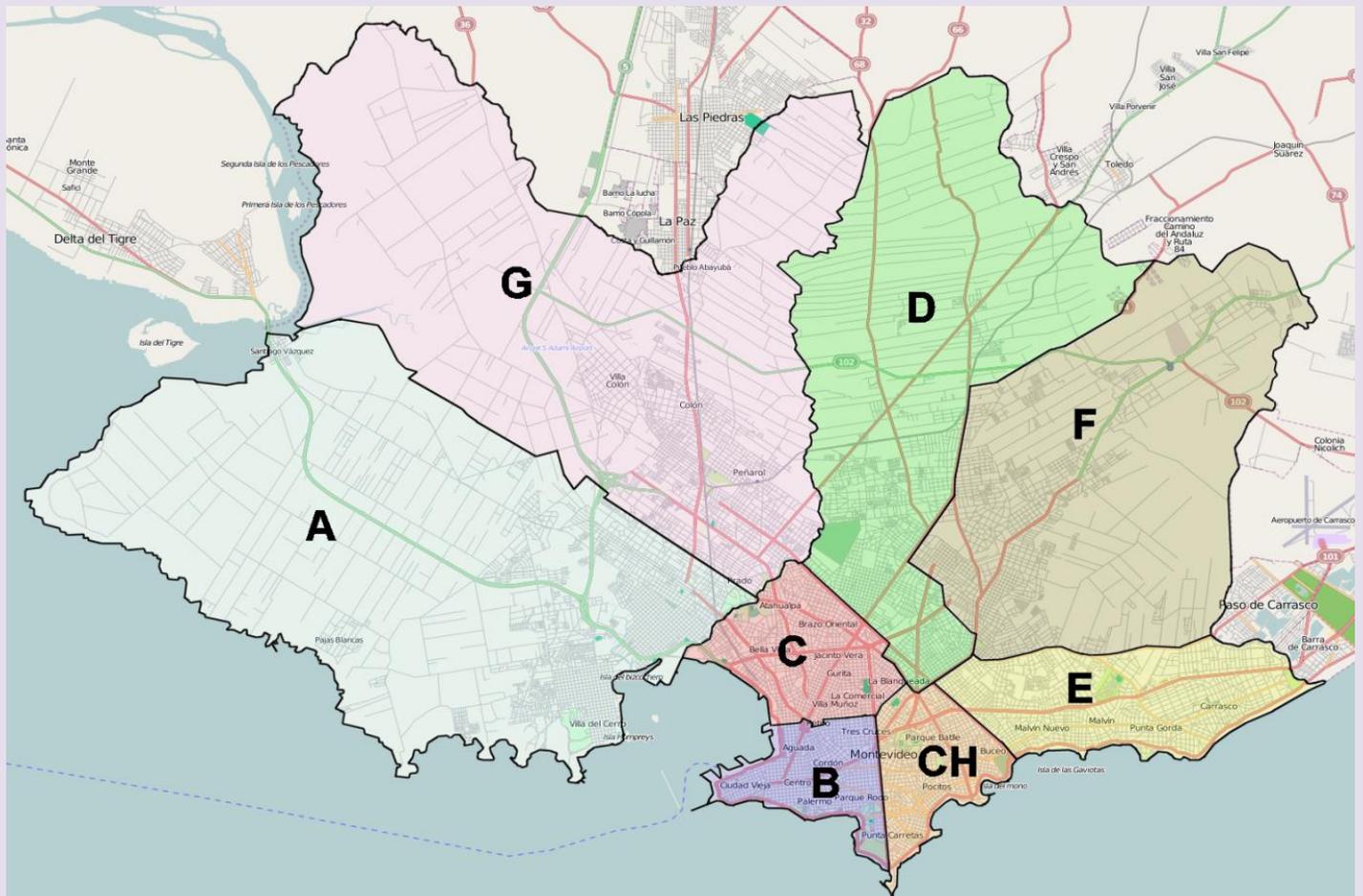
cada zona conseguisse apresentar propostas de projetos, os quais considerassem relevante para o bairro (FREIGEDO; LORENZONI, 2011).

Neste mesmo ano, aconteceu o 3º Fórum Cidadão e os *Cabildos Abiertos* começaram a ganhar características próprias. Dessa forma, o processo seguia um cronograma específico: previamente ao *Cabildo*, havia um período de divulgação e convocatórias aos moradores dos CCZ's, depois, mediante a um ato eleitoral aberto eram definidas quais as propostas a serem executados no próximo ano. Para profissionalizar o processo, foram instituídas *Equipos de Gestión Local* (EGL), ou seja, conselhos formados por profissionais de diversas áreas do mercado de trabalho relacionados à construção civil (administradores, urbanistas, agentes sociais, paisagistas, etc.), os quais teriam por objetivo analisar os projetos a serem executados para cada ano seguinte. Além disso, as equipes, de antemão, analisavam os projetos apresentados nas reuniões, para avaliar sua viabilidade.

Já o 4º Fórum Cidadão aconteceu em 2008, em meio às discussões sobre a possibilidade ou não da aprovação da Lei de Descentralização e Participação Cidadã, que já estava em trâmites na Câmara de Representantes. O fórum contou com a participação de representantes políticos de destaque, como o Presidente da Junta Local e o Diretor da Oficina de Planejamento e Orçamento do Governo Nacional, que expressaram o compromisso com a criação de um terceiro nível de governo a nível nacional.

Dessa maneira, como descrito acima, é possível observar que o processo de descentralização, já estava bastante adiantado na capital, através de acompanhamento e de discussões em fóruns menores sobre a participação cidadã. Assim sendo, pós-implementação dos municípios, todos os 18 CCZ's foram reagrupados nas novas oito municipalidades, denominadas posteriormente de A, B, C, CH, D, E e F.

A Figura 1, situada na página seguinte, busca aludir um pouco sobre o reordenamento realizado em Montevidéu.



**Figura 1 - Reordenamento das dezoito CCZ's nos oito municípios.**

**Legenda:**

Município A	CCZ's 14 - 17 - 18
Município B	CCZ's 1 - 2
Município C	CCZ's 3 - 15 - 16
Município CH	CCZ's 4 - 5
Município D	CCZ's 10 - 11
Município E	CCZ's 6 - 7 - 8
Município F	CCZ 9
Município G	CCZ 12 - 13

Fonte: Elaboração própria

## **2.4. O Processo de descentralização no restante do país**

Ao contrário de Montevideu, no interior do País o processo de descentralização aconteceu de forma desordenada e de maneira bastante abrupto. De fato, foi um movimento impulsionado basicamente pela institucionalização legislativa e pelo interesse do presidente. É verdade que o tema permaneceu por anos na agenda uruguaia de discussões políticas. Logo após o retorno da democracia, em 1985, a ideia de descentralizar o sistema institucional já era uma constante nas plataformas eleitorais e nos discursos políticos das três principais forças partidárias do País (PN, PC e FA). Nesse sentido, Magri alerta para um momento bem anterior a este, já que desde o início do século XIX o Partido Nacional reivindicava práticas políticas descentralizadoras, contudo o tema parecia não encontrar espaço para ser debatido na Câmara de Representantes. (MAGRI, 2011)

Pode-se assumir que as reformas nacionais no sistema político e partidário de 1996 constituíram-se como o momento inicial para que, enfim, a descentralização se iniciasse, pois, pela primeira vez, o tema foi incorporado como matéria constitucional. Aprovada por um plebiscito nacional em 18 de dezembro, a reforma alterou substancialmente o texto original de 1967.

No tocante ao assunto da descentralização política, alguns pontos necessitam ser destacados: Primeiramente, houve a institucionalização do Congresso Nacional de Intendentes, este era responsável por coordenar políticas departamentais e de descentralização. Dentro desse grupo de trabalho, foi instaurada a Comissão Setorial de Descentralização, formada por alguns Intendentes e por alguns membros de Ministérios Nacionais, atrelados a esta matéria. Essa comissão possibilitou o compromisso de ambos os níveis, nacional e departamental, com a agenda da descentralização (CARDARELLO, 2011).

Em se tratando do marco jurídico, a inclusão inc. 3º do conteúdo do Art. 262 trouxe, pela primeira vez, a clara separação e a distinção entre o que é matéria municipal e o que é matéria departamental, de modo a delimitar as atribuições e prerrogativas dos organismos locais de administração política da época, denominadas Juntas Locais. A reforma também permitiu a criação destas Juntas

Locais nas Capitais de Departamentos, o que anteriormente era proibido. Conceitualmente as Juntas locais são corpos políticos administrativos, então presentes na Constituição desde 1934 e poderiam ser estabelecidas em localidades menores que os departamentos, instaladas em todas as zonas urbanas com mais de 2000 habitantes. Sua implantação dependia basicamente da vontade do Intendente e ainda necessitava-se da anuência da Junta Departamental (BARRETO, 2011).

Embora tenha se expandido a possibilidade de se articularem novas Juntas Locais, vale ressaltar que este corpo administrativo não pode ser considerado um mecanismo de participação democrática, já que não haviam eleições diretas para se escolher as autoridades da Junta Local, ficando a cargo do Intendente fazer simples nomeações. Estes órgãos ainda podiam ser de dois tipos: unipessoais ou coletivos. No primeiro caso era uma espécie de cargo de confiança do Intendente, já no segundo caso, o órgão era, composto por cinco membros, igualmente nomeados, os *Ediles Locais*.

Com exceção de três Juntas Locais, (Bella Unión, San Carlos de Maldonado e Río Branco) todos os *Ediles Locales*, eram cargos comissionados, cumpriam funções administrativas, não podiam legislar e eram indicados pelo Intendente. Para mais, Barreto, dialogando com outros autores que analisaram a existência e o funcionamento das JL, apresenta números pouco animadores, que evidenciam que o funcionamento destas resumia-se basicamente a vontade do Intendente, independente da participação da população.

Apesar de permitida há bastante tempo pela legislação, as JL estavam longe de ser uma realidade no Uruguai: segundo Magri e Freigedo (2010), antes da instalação dos municípios, havia 156, das quais apenas nove eram autônomas e três eletivas. Oroño (2010a, p. 352) informa que em 55 delas os integrantes não estavam designados pelo Intendente, o que as deixava inativas. (BARRETO, 2011, p.2).

O tema da descentralização nacional ganhou seus contornos reais apenas em 2007, tão somente quando o presidente Tabaré Vázquez enviou um projeto ao Congresso de Intendentes e aos partidos de oposição com representação na Câmara de Representantes (Nacional, Colorado e Independente) propondo a implementação do terceiro nível de Governo. Depois de muita discussão, 16 alterações do conteúdo original, 18 meses de tramitação, finalmente foi sancionada a Lei 18.567, de 13 de setembro de 2009, intitulada Lei de Descentralização Política

e Participação Cidadã, esta culminou na eleição dos primeiros Conselhos Municipais em maio de 2010.

Embora ainda guardem algumas características das JL, é possível perceber que a nova forma de governo é bastante do modelo antecessor. Dentre as poucas similaridades, está o endereço onde funcionam as *Alcaldías*, que muitas vezes é o mesmo local onde funcionavam as JL. A segunda semelhança é em relação a um aspecto da legislação, pois se manteve a magnitude da Junta Local, isto é, o Conselho Municipal também é formado por cinco membros.

Depois, tudo o que caracteriza um governo municipal é diferente, sendo que a principal diferença (destaque que o marco legal congrega) é o caráter eletivo dos cargos do Conselho Municipal. Desta maneira, quem está a frente da administração pública, anteriormente foi candidato, sendo eleito pelo voto direto dos cidadãos uruguaios.

## **2.5. Distribuição geográfica dos municípios pelo país**

Em relação a distribuição de municípios pelo território, observa-se que o processo evidenciou uma das características mais emblemáticas do Uruguai: a grande concentração populacional na Capital e nas Zonas Metropolitanas, e a baixa densidade populacional no Interior e as zonas de fronteiras. Conforme a representação do Quadro 1 e da Figura 2, a seguir.

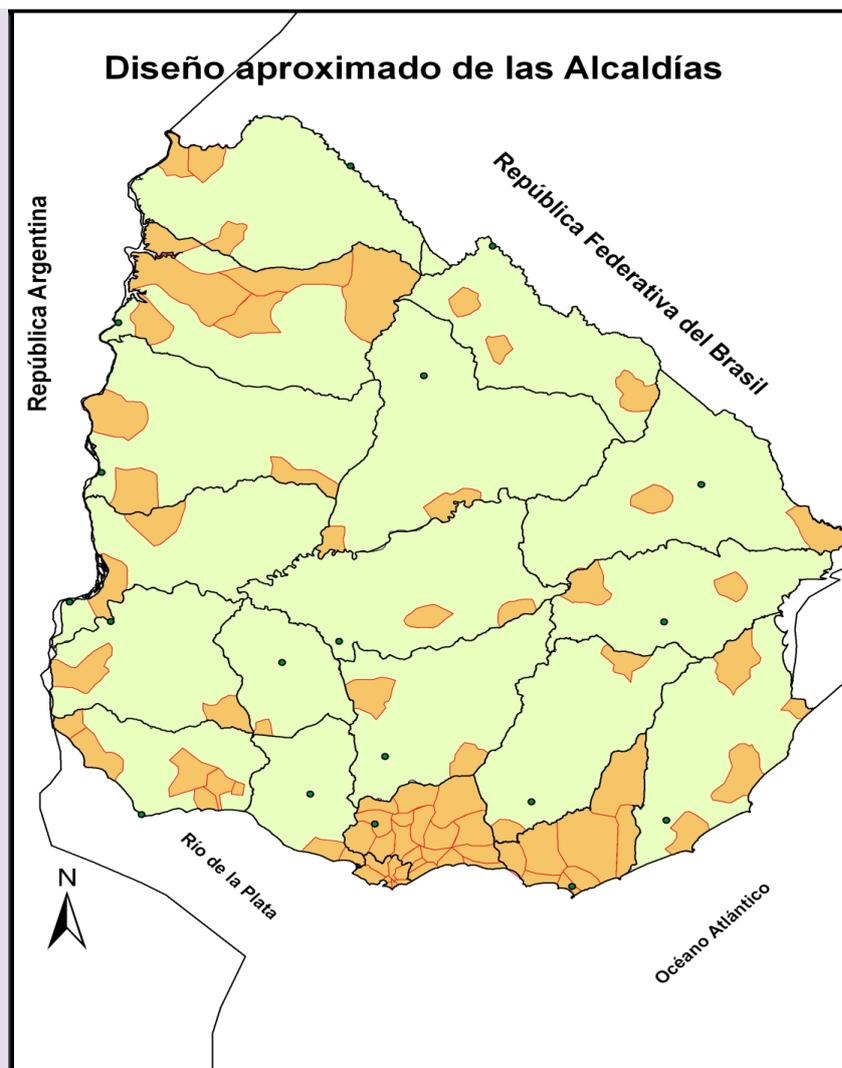


Figura 2 - Disposição dos Municípios pelo Território Uruguaio.

Fonte: QUETGLES, 2011

**Quadro 1 - População Departamental x Habilitados para Votar em Municípios x Porcentagem Total**

Departamentos	População	Habilitados para votar nas Eleições Municipais	% sobre a População Total	Número de Municípios
Artigas	78.019	17.659	22,60	3
Cerro Largo	86.564	15.653	18,08	2
Colônia	119.266	60.089	50,38	6
Durazno	58.589	8.417	14,36	2

Departamentos	População	Habilitados para votar nas Eleições Municipais	% sobre a População Total	Número de Municípios
Flores	25.104	954	3,80	1
Florida	68.181	8.405	12,32	2
Lavalleja	60.925	6.827	11,20	2
Paysandú	113.244	12.434	10,97	3
Rio Negro	53.989	15.764	29,19	2
Rivera	104.921	11.549	11,00	3
Rocha	69.937	26.163	37,40	4
Salto	123.120	10.991	8,92	6
San José	103.104	25.568	25,79	2
Soriano	84.163	21.300	25,30	2
Taquarembo	90.489	14.335	15,40	2
Trinta e Três	48.318	5.235	10,83	2
Canelones	485.240	358.255	73,83	29
Maldonado	140.192	120.436	85,90	8
Montevidéu	1.342.474	1.062.256	79,12	8
Total	3.255.839	1.802.290	55,36	89

Fonte: MAGRI E FREIGUEDO, 2011, p.328-329.

Dessa forma, uma das maiores dificuldades na criação dos municípios foi justamente a grande concentração de quase 80% da população nas três maiores intendências. De fato, pode-se observar que quanto mais próximo de Montevidéu, mais municípios foram criados. Assim, mais da metade dos municípios estão localizados em Montevidéu (08), Canelones (29) e Maldonado (8), totalizando 46 *Gobiernos de Cercanía*. Já em relação aos Departamentos do interior e das fronteiras do País, foi um movimento bem mais complexo a missão de reunir populações a fim de instituir municipalidades, pois não havia uma concentração populacional suficiente em apenas uma região. Em muitos casos, a criação de um município se deu pela união de duas ou mais áreas populacionais, demandando um esforço do governo departamental, sem acompanhar a expectativa das comunidades. Ainda é importante destacar que as Intendências de Montevidéu, Canelones e

Maldonado foram as únicas a contemplar integralmente seu território em municípios, conforme Magri, o resultado da ação é um mapa assimétrico:

Con un máximo de 29 Municipios el Departamento de Canelones lidera la descentralización, seguido de Montevideo y Maldonado con 8, Salto y Colonia con 6, Rocha con 4 y el resto entre 3, 2 y 1 Municipios. En tres Departamentos los Intendentes respectivos no cumplieron con la disposición de designar territorios en aptitud de municipalización, decisión que quedo a criterio del poder ejecutivo nacional (Colonia, Lavalleja, y Soriano) (MAGRI, 2010, p.89).

## 2.6. Deveres e atribuições dos governos locais

A Lei 18.567, em seu terceiro artigo, estabelece seis princípios básicos<sup>8</sup>, que de uma forma bastante peculiar apresentam quais são os objetivos, de fato, que a descentralização política buscou preconizar.

*Artículo 3º.- Son principios cardinales del sistema de descentralización local:*

- 1) *La preservación de la unidad departamental territorial y política.*
- 2) *La prestación eficiente de los servicios estatales tendientes a acercar la gestión del Estado a todos los habitantes.*
- 3) *La gradualidad de la transferencia de atribuciones, poderes jurídicos y recursos hacia los Municipios en el marco del proceso de descentralización.*
- 4) *La participación de la ciudadanía.*
- 5) *La electividad y la representación proporcional integral.*
- 6) *La cooperación entre los Municipios para la gestión de determinados servicios públicos o actividades municipales en condiciones más ventajosas.*

A partir dos princípios, a regência municipal deve ser conduzida. Dentre as principais responsabilidades dos governos locais está a elaboração de um Plano de Desenvolvimento Municipal, elaborado através da participação dos cidadãos e das propostas dos *Alcaldes e Concejales*. A aplicação e a gestão do plano devem primar por um enfoque local que reconheça as características e as necessidades locais,

<sup>8</sup> Conteúdo original, extraído na íntegra do Artigo 3º, da Lei 18.567.

dessa forma cada município tem a liberdade de elencar as suas prioridades de gestão.

As principais tarefas inclusas nos planejamento objetam a implementação e manutenção de obras relacionados com estradas, iluminação pública, sinalização e controle de tráfego. Além disso, há a preocupação com a limpeza e manutenção dos espaços públicos e/ou criação de novas áreas de socialização e a manutenção de áreas verdes. Também cabe ao governo local executar programas sociais, culturais e ambientais que visem incentivar a participação dos moradores na vida política em comunidade. Esse último ponto é particularmente importante já que um dos princípios do novo marco legal é a Participação Cidadão Consciente, isto é, cabem aos governos locais fomentar o apoio e o espaço às discussões locais, para cumprir com o objetivo de desenvolver as experiências de gestão associadas entre o Estado e a comunidade.

Para o cumprimento do plano é preciso recorrer aos recursos destinados pelas Intendências, nesse aspecto, é possível dizer que os municípios enfrentam uma tensão administrativa com as Intendências (MAGRI, 2010), pois embora seja função exclusiva do Conselho elaborar e executar o plano de desenvolvimento municipal, grande parte dos recursos financeiros, humanos e materiais dos governos municipais são designados pela Intendência Departamental correspondente, isto é, dependem de uma negociação prévia a qual os governos departamentais estavam acostumados a centralizar.

Para aliviar essa situação o governo central também destina fundos especiais para os Municípios (*Fondo Inversión Desarrollo Municipal*) “habilitando una válvula de escape en el vínculo directo con el gobierno nacional que amortigua la dependencia del nivel departamental y genera un by pass al gobierno departamental que queda por fuera de estas transacciones (MAGRI, p.88, 2010)”.

## 2.7. O Conselho Municipal (CM)

No capítulo 3, no art. 9º da Lei sobre descentralização encontram-se as diretrizes centrais para a composição do órgão municipal, o qual está incumbido de gerenciar os recursos humanos e financeiros e por representar a comunidade local. Dessa forma, como já mencionado, o Conselho deve ser formado por cinco representantes eleitos diretamente pelo sistema proporcional, formando um colegiado. Cada partido pode apresentar várias listas de votação, com as candidaturas previamente ordenadas, sendo assim, o modelo de Lista adotada é fechado e bloqueado. O partido tem total autonomia para decidir quais nomes constarão das listas e a ordenação destes. Na eleição municipal, não há lei de cotas de gênero ou qualquer outro tipo de ação afirmativa, podendo o partido apresentar mais de uma lista.

Quem preside o Município é o primeiro titular da lista mais votada, do partido mais votado, chamado de *Alcalde*, os outros quatro mais votados são chamados de *Concejales*, dispostos em ordem decrescente conforme a quantidade de votos de cada partido. As eleições nos municípios acontecem simultaneamente com as eleições departamentais, o tempo do mandato é de cinco anos, havendo a possibilidade de uma reeleição. Segundo o art. 10 da lei, para aspirar a reeleição os *Alcaldes* devem renunciar ao cargo com três meses de antecedência ao pleito.

O *Alcalde*, ademais de presidir as sessões e reuniões do conselho municipal, é a figura responsável por representar o município perante o Intendente, dessa forma ele deve negociar verbas, prestar contas e ordenar os pagamentos do município. Assim, por essas características, ele age como mediador, fazendo cumprir a normativa departamental e municipal. Além disso, o voto do *Alcalde* tem peso duplo, ou seja, quando não há consenso em determinada votação pelo conselho é o *Alcalde* quem deve desempatar as decisões, com seu voto.

Já as atribuições dos *Concejales* caracterizam-se prioritariamente pela fiscalização. Devem controlar e auxiliar o *Alcalde* em suas atribuições, mas também são os responsáveis pelas votações e deliberações em assembleias do município. Em se tratando de tarefas compartilhadas, tanto o *Alcalde*, quanto os Conselheiros

podem propor projetos e programas para o desenvolvimento local, desde que em concordância com as diretrizes departamentais e posterior aprovação do Conselho.

## **2.8. Fragilidades do processo eleitoral em 2010**

Elencar as possibilidades e as limitações da nova forma administrativa tem sido o foco de estudo de vários cientistas políticos do Uruguai e Brasil, ecoando uma relativa concordância com os limites do marco legal. Por exemplo, Magri é contundente ao afirmar que o terceiro nível de governo não entusiasmou a classe política uruguaia e nem aos votantes, que foram as urnas sem saberem efetivamente as funções/deveres do terceiro nível de governo. Além disso, em muitos aspectos a eleição foi tratada com uma eleição de segunda ordem, isto é, considerada de menor prestígio, se comparada as eleições departamentais, apesar das duas ocorrerem concomitantemente.

Dentre as polêmicas envolvendo a criação da lei, vale ressaltar um argumento, presente em grande parte de artigos que analisaram a realização da eleição: o atropelo entre as decisões para que a eleição fosse executada. O processo aconteceu de forma tão acelerada que pouco mais de sete meses separaram a promulgação da lei e a efetivação do pleito. Isto é, efetivamente foi muito reduzido o tempo para informar os cidadãos uruguaios e organizar todo o processo eleitoral (seja para a corte eleitoral, para os partidos políticos ou para o povo conhecer a nova modalidade).

A fines del mandato, en febrero de 2009, el Presidente ejerce presión política para generar un ámbito de aprobación parlamentaria del tema, cuestión que recién a principios de febrero de 2010 y a tres meses del período electoral departamental se decide y reglamenta el marco normativo gubernamental y electoral. Posteriormente, en marzo se determina el número de Municipios a crear (89 en los 19 Departamentos del país). (MAGRI, 2010b, p.87)

Ademais, alguns fatores colaboram para deixam o eleitor ainda mais confuso, dentre eles: Como restavam apenas três meses para informar aos cidadãos sobre a organização e os locais onde seriam implementados os CM, exclusivamente para esse pleito, foi decidido pela não obrigatoriedade do voto, o que resultou em altíssimos índices de abstenções e votos em brancos, para os padrões uruguaios.

Além disso, nem todos os uruguaios estavam aptos a participarem a votar, pois só haveria eleições naquelas localidades onde as zonas eleitorais estivessem habilitadas juridicamente. Outro aspecto problemático é que como a maioria das circunscrições eleitorais foram delineadas a partir da lógica governamental, isto é, de “cima para baixo”, esse problema gerava o risco de que os contemplados a votar, estivessem situados em uma zona sem nenhum laço de identidade territorial. Para mais, muitas áreas rurais foram excluídas do processo, inclusive, algumas áreas que anteriormente ao processo de municipalização eram assistidas pelas antigas Juntas Locais (JL).

Por fim, Altair Magri aponta que o atrelamento das eleições departamentais e locais, que aconteceram simultaneamente, além da decisão de abolir o voto cruzado, isto é, os eleitores necessariamente deveriam votar no mesmo partido nos dois níveis, diminuiu ainda mais a relevância do nível local. (CARDANELLO; MAGRI, 2011). Dessa forma, os eleitores votaram guiando-se pelas suas escolhas aos governos departamentais (maior peso) e os partidos concentraram seus melhores quadros políticos e sua atenção também para o segundo nível de governo.

## **2.9. Os resultados eleitorais de 2010**

Apesar de todos os problemas e objeções, as eleições foram realizadas em maio de 2009. Assim, os cidadãos uruguaios compareceram às urnas para escolher os primeiros representantes municipais. Com isto, surgiram resultados bem interessantes para serem analisadas: dentre eles, o desempenho feminino. Foram eleitas 21 mulheres para o cargo de *Alcaldesa* e 66 mulheres para o cargo de *Concejales* (em um universo de 89 e 356 cargos em disputa, respectivamente), conquistando aproximadamente 20% dos cargos em disputada nos dois cenários. É possível observar detalhadamente os números na Tabela 1.

**Tabela 1 - Mulheres X Homens: Eleições Municipais 2010**

	ALCALDES		CONCEJALES	
	N	%	N	%
Mulheres	21	23,60	66	18,59
Homens	68	76,40	289	81,41
Total	89	100,00	355	100,00

Fonte: Corte Eleitoral Uruguiaia

Os números, embora comedidos, são surpreendentes, dada a situação feminina bastante desanimadora em outras instâncias da política uruguiaia<sup>9</sup>. Se o desempenho feminino no ciclo eleitoral de 2009 deixou marcas negativas, tendo um crescimento da presença feminina muito abaixo do esperado na instância parlamentar<sup>10</sup>, o mesmo não se pode dizer das eleições municipais de 2010. É verdade que, os resultados ainda não se aproximam da paridade representativa almejada. Mesmo as mulheres ocupando 20% dos cargos locais em disputa neste nível de governo, ainda assim são índices limitados, seguindo as expectativas dos movimentos feministas e de mulheres.

Analisando o desenrolar dos acontecimentos durante o processo eleitoral e a análise da literatura dedicada a área, percebe-se que esta primeira experiência no nível local foi pouco explorada pelos atores sociais envolvidos no contexto, tanto pelo seu desinteresse ou pela desinformação dos votantes (o que resultou em índices altíssimos de votos nulos e brancos)<sup>11</sup>, quanto pela falta de investimentos dos partidos políticos, que optaram por investir seus recursos e propagandas na esfera departamental (MAGRI; FREIGEDO, 2010).

Em fevereiro de 2015 todos os *Alcaldes* e *Alcaldesas* que almejassem a reeleição deveriam renunciar, assumindo seus suplentes, e novas eleições aconteceram em maio de 2015. Embora já tenham se passado os primeiros cinco

<sup>9</sup> A representação feminina no Parlamento Uruguiaio mantém-se muito baixa, sendo 15,1% em 2009. Na classificação mundial de mulheres nos Parlamentos o Uruguai ocupa 104ª posição (15 deputadas federais em 99 – eleições 2009). Em relação as eleições departamentais, realizadas juntamente com as eleições municipais, foram eleitas apenas três mulheres para os cargos departamentais, correspondendo a 15,7%.

<sup>10</sup> A representação parlamentar feminina aumentou menos de 4%, tendo como referencia a eleição de 2005.

<sup>11</sup> No Uruguai, o voto é obrigatório para maiores de 18 anos e facultativo aos maiores de 70 anos.

anos, talvez os mais difíceis, ainda será necessário muito empenho para a forma municipal decolar, conforme observou Barreto, “Os desdobramentos desse desenho institucional ainda são desconhecidos, pois a realização é muito recente e há várias dúvidas relativas ao que eles realmente poderão realizar em benefício da qualificação das atividades do Estado” (BARRETO, 2011).

Embora a projeção e a relevância do terceiro nível de governo, nesta primeira eleição, tenham sido bastante inferiores ao destinado ao nível departamental, a conquista do nível local, ainda poderá se caracterizar em uma estratégia, na medida em que o eleitor deverá buscar alinhar seus votos, e ser vitorioso no nível departamental. Ganhar nas localidades, mesmo sem conquistar o Departamento, ainda pode ser vantajoso em outro aspecto, pois propicia ao partido a oportunidade de formar uma base opositora a nível local, o que pode ser bastante incômodo para o partido que controla o Departamento.

A decisão de convocar eleições em menos de oito meses após a promulgação da lei parece ter acarretado danos ao processo como um todo, entretanto, mesmo com estes percalços, a experiência mostrou que a novidade significou relevantes ganhos na questão da representatividade. Em se tratando da Lei, convém reformular algumas questões, principalmente a questão referente a mais autonomia as localidades municipais perante as intendências, para que realmente constituam-se como unidades políticas autônomas e organizadas, de forma a destinar maiores poderes e esclarecer quais competências estão encarregadas aos municípios.

Agora, para o aprofundamento da discussão, já conhecendo detalhes que envolveram a concepção do terceiro nível de governo e os resultados, no próximo capítulo dialogar-se-á com os teóricos e as teóricas da teoria política feminista, buscando analisar se essas características e arranjos institucionais podem estimular (ou não) às mulheres a adentrar no espaço político.

## **Capítulo 2: A inserção e a participação feminina na esfera civil e na esfera política tradicional**

Neste segundo capítulo foi construído com a intenção de explorar a presença das mulheres eleitas para este terceiro nível de governo, refletindo como elas chegaram para ocupar os cargos nos Conselhos Municipais. Agora, que foram apresentados os resultados e as características do governo municipal, busca-se demonstrar como a eleição de representantes a nível local tende a inserir personagens já conhecidas pelos votantes, como é o caso das *Alcaldesas* e *Consejals* eleitas em 2010. Dessa forma, busca-se refletir sobre como os municípios podem se caracterizar como uma via simples de entrada na política institucional. Ressalta-se, dessa maneira, a oportunidade singular ao optar (ou ser recrutada por um partido) por trilhar este caminho, embora possa ser preterido, desconhecido ou ainda pouco valorizado, para mulheres militantes na sociedade civil tornou-se fundamentalmente meio de acessar a cargos públicos.

Verificar-se-á que essa afirmação dialoga com os outros estudos da área sobre a presença de mulheres na política uruguaia, apontando que os níveis de representação feminina são inversamente proporcionais ao status e poder do cargo em disputa (JOHNSON, 2001). Isto é, nos cargos de maior prestígio e notoriedade política a competição tende a se restringir a homens notáveis. Já as mulheres ampliam chances em esferas onde o poder se limita a uma localidade específica ou regional, com poderes restringidos.

Em busca de compreender melhor essa situação, e, por consequência, a (sub)representação feminina em espaços de decisões e poder. Em geral, a literatura da área, tem elencado três grandes conjuntos de fatores que interferem no sucesso das mulheres no campo da política: matrizes de ordem cultural, aspectos socioeconômicos e os arranjos político institucionais, incluindo aqui os aspectos do sistema eleitoral e do sistema partidário. Apesar de considerar a variável gênero como específica, dentro destes fatores, a maioria desses estudos se limita a

dissertar acerca da uma tímida presença feminina na cena política, deixando de fornecer explicações sobre aquelas que tiveram êxito e ocupam cargos eletivos.

Há, ainda, uma vasta literatura sobre a carreira política e o sucesso de homens e mulheres na política institucional. Os estudos agrupam diversas análises sobre a trajetória de atores políticos e a forma como ocorre a inserção destes na política institucional, caracterizada como um campo político. Contudo, como se sabe, a política institucional, majoritariamente, é composta de homens, sendo que as poucas mulheres que estão inseridas neste âmbito possuem carreiras muito semelhantes a dos homens, dessa forma, as explicações buscam descrever e avaliar poucos perfis femininos, novamente há poucas pistas sobre a presença de mulheres que estão começando a sua vida pública e os motivos que as levam a tal atitude. Entretanto, esta mesma literatura nos dará várias pistas sobre o desempenho feminino superior em 10% dos outros níveis. Mais adiante veremos como essa teoria se combina com as características da política no Uruguai e com a militância feminina em bairros.

Para dar vazão a esta ideia, inicialmente, busca-se apoio na literatura especializada no viés histórico, pois, se tem a pretensão de demonstrar, brevemente, como se constituiu a participação da mulher na política Uruguiaia, isto é, desde o início nos anos de 1900 até as mais recentes conquistas, englobando aqui tanto a militância em movimentos de mulheres e feministas, quanto a sua inserção no campo da política institucional. Após, com o auxílio do referencial teórico selecionado, será proposta uma reflexão sobre o quadro político atual, que tem se tornado gradativamente mais favorável ao amadurecimento das questões de gênero no país, culminando – também – em uma maior participação de mulheres na política.

### **3.1. A militância e o movimento de mulheres/feminista no Uruguai**

A conjuntura política atual é fruto de diversas experiências e transformações anteriores. Assim sendo, entender o contexto em que os as mulheres “aparecem” pela primeira vez na constituição como cidadãs plenas, ou seja, com igualdade de direito perante os homens, e, mais além, na mobilização de movimentos feministas,

ajuda não só a conhecer como o país tem reconhecido mais da metade da população, mas também fornece ferramentas para pensar a própria história das mulheres na política.

O Uruguai, em comparação com seus vizinhos Latinos, foi o primeiro a consolidar uma legislação mais avançada assegurando direitos trabalhistas e sociais à classe trabalhadora. Durante esses anos, consolida-se e amplia-se a democracia no Uruguai, articulando liberalismo nas ideias, centralidade estatal e reforma social: “Este sistema debe inscribirse en el proyecto modernizador de comienzos del siglo, que cuenta entre sus antecedentes la reforma de la educación de 1877 que universalizó el acceso a una enseñanza laica, gratuita y obligatoria” (MOREIRA, p.100, 1994).

No início dos anos 1900, com a ascensão da Ideologia *Batlista* ao governo, um setor do Partido Colorado, ocorreu a extensão da educação para as mulheres. Em 1911 houve a criação da Sección Femenina da Enseñanza Secundaria y Preparatoria um órgão voltado para a preparação pré-universitária das adolescentes, o que abriu portas as mulheres das famílias tradicionais ao estudo universitário (AGUIRRE, 2007).

Em relação à legislação feminina, o país também foi o pioneiro em aprovar um conjunto de leis que viriam a transformar o lugar da mulher na sociedade uruguaia. Entre elas, cabe ressaltar: a Lei do Divórcio (1907), a Lei da Licença Maternidade para professoras (1912), A “*Ley de la silla*” - uma lei que obrigava o empregador a fornecer o número suficiente de cadeiras de descanso para as funcionárias - (1914), e a Lei do descanso semanal obrigatório, considerando inclusive o trabalho doméstico como atividade legal (1920) (Ibidem, 1994).

No final do século XIX emergiram diversos movimentos de mulheres, alguns com curta duração, porém também há registros de alguns movimentos sólidos e duradouros, que, inclusive, seriam retomados pós-ditadura. Villamil e Sapriza citam que os movimentos de mulheres desta época distinguiam-se em dois grupos, cada um seguindo uma vertente ideológica diferente. O primeiro grupo tinha influências dos modelos europeus da virada do século, orientando-se por uma forte veia anarquista, posteriormente, comunista e socialista. Com a grande capacidade de

organizar protestos civis e canalizar reivindicações laborais, este grupo estava preocupado com a situação da mulher no mercado de trabalho. Além disso, estes movimentos pautavam suas reivindicações refletindo o contexto histórico da Primeira Guerra Mundial (VILLAMIL; SAPRIZA, 1984). Nesse sentido, Scuro apresenta mais detalhes:

Dentre os principais temas que ocupam as mulheres nas primeiras décadas do século XX destacam-se as lutas pela paz mundial, a educação das mulheres e o livre acesso ao exercício das profissões liberais, a regulamentação da prostituição (que acarreta uma crítica à “dupla moral sexual”), o direito das mulheres sobre seu próprio corpo e a defesa das mães solteiras (SCURO, p.7, 2008).

A outra vertente era de matriz liberal, este grupo era composto majoritariamente pelas mulheres brancas pertencentes às classes média e alta, esta corrente reivindicava principalmente a ampliação dos direitos políticos e civis para as mulheres. Costumavam se organizar em associações, tendo fundado em 1911 a Federação Feminina Pan-americana e em 1916 a Comissão Nacional de Mulheres, deste último surgiria em 1919 a Aliança Uruguaia pelo Sufrágio Feminina e a revista *Acción Femenina* (VILLAMIL; SAPRIZA, 1984).

Estas agrupações de mulheres não apenas observaram o Uruguai se tornar um dos primeiros países do mundo - e o primeiro da América Latina - a estender os direitos civis e políticos para as mulheres, mas contribuíram ativamente para que as transformações acontecessem, conforme Aguirre:

La adquisición de los derechos políticos se produce en 1932. [...] Ello fue consecuencia de un proceso que duro alrededor de veinte años el cual se produjeron movilizaciones feministas, presentación de proyectos de ley por parte de socialistas y batllistas, así como numerosas polémicas con los sectores más conservadores. [...] Respecto a los derechos laborales, con el apoyo de anarquistas, socialistas y batllistas se logró una legislación laboral de protección de la mujer trabajadora, que prohibía el trabajo nocturno, establecía un horario preferencial durante la lactancia, licencia por maternidad, descanso obligatorio (Ley de la silla) y condiciones especiales para una jubilación temprana (AGUIRRE, S/P, 2007).

Deste modo, em 1932, o Parlamento uruguaio aprovou a lei que permitia as mulheres exercerem os direitos políticos, compreendendo o exercício de votar e também o ato de disputar eleições<sup>12</sup>. Em 1946, o País aprovou a lei que, por fim, consagrou os direitos civis para mulheres. Sem diferenciar solteiras ou casadas,

---

<sup>12</sup> Devido à interrupção democrática gerada pelo golpe de Estado de Gabriel Terra em 1933, o exercício do voto feminino só foi executado em 1938.

concede a todas as mulheres as mesmas capacidades cívicas permitidas aos homens. Para as casadas, ficou autorizado adquirir e administrar livremente dos seus próprios bens, bem como bens futuros, sem a interferência do marido. Desta forma, ainda que essas modificações tenham garantido uma situação de igualdade, mais formal do que real, dada a estrutura de desigualdade de gênero e os valores patriarcais, é fundamental destacar o pioneirismo do país em matéria legislativa (MOREIRA, 1994).

Após a conquista e a garantia dessas demandas descritas na constituição, a maior parte dos primeiros movimentos de mulheres desmobilizou-se, de modo que as décadas de 40 e 50 são caracterizadas pelas autoras Prates e Villamil como “letárgicas”: “letárgico este que corresponde a dos subs fases: la primera en una sociedad de creciente bienestar y la segunda de crisis” (PRATES; VILLAMIL, p.175, 1985).

Vale lembrar que nesta fase, o país viveu seu “apogeu desenvolvimentista”, registram-se os mais altos índices de bem-estar, de modo que se espalhou uma sensação de igualdade sexual. Crescem as taxas de participação feminina no mercado de trabalho e de escolaridade. Scuro é crítica a essa construção ideológica, denunciando a propagação de um *Mito da Igualdade* entre homens e mulheres na sociedade uruguaia, pois na verdade as mulheres ganhavam menos e possuíam empregos sem a carteira assinada (SCURO, 2008).

O movimento feminista volta a ascender apenas em um contexto de crise e pré-ditadura. Em contraste com o otimismo vivido nos anos de 40 e 50, o país estava passando por um período extremamente conturbado, tanto em aspectos econômicos como nos aspectos políticos e sociais, nas palavras de Scuro:

O período político uruguaio de finais da década de 60 e inícios de 70 é conhecido como o “pachecato”. Jorge Pacheco Areco foi eleito vice-presidente da República nas eleições de 1966 e assume a Presidência com a morte do Presidente Gestido, em 1967. Esses últimos anos da década são marcados por forte repressão, perseguição política e o surgimento da guerrilha urbana (SCURO, 2008).

Conforme salientado por esta autora, nesta época a guerrilha e os movimentos armados surgem como uma alternativa, dentre esses movimentos deve-se salientar o *Movimento de Libertação Nacional (MLN) – Tupamaros*. Formado a

partir de 1965, com orientação marxista revolucionária, a partir de grupos de diferentes orientações, como comunistas, anarquistas e socialistas. Com a retaliação aos partidos políticos tradicionais e a inconstitucionalidade do partido de esquerda, representada pela FA, as atividades concentram na clandestinidade. Assim, muitas mulheres participam da base do movimento e encontraram espaço para agir politicamente. Há depoimentos relatando que cerca de 30% da base era composta por mulheres, mulheres que adquiriram grandes vivência na política, algumas chegaram a ser presas e torturadas.

Cabe destacar que os movimentos de resistência, como o dos *Tupamaros* não tinham o foco específico nas temáticas de gênero, contudo, Moreira aponta inclusive para o surgimento de agrupações exclusivamente de mulheres, nesta época:

Fue en este período que surgieran agrupaciones o movimientos con un perfil exclusivamente de género, como lo fue el movimiento feminista, y se consolidó una gama de organizaciones donde la participación femenina era mayoritaria (los movimientos “de mujeres”). La presencia de estos movimientos va de la mano con la afirmación de algunos autores de que las características de estas organizaciones en el contexto autoritario (menor requerimiento de especialización funcional, extensión comunitaria de papeles domésticos) generaran una mayor permeabilidad de las mismas a la participación femenina (MOREIRA, p.106, 1994).

A participação dos movimentos de mulheres e/ou feminista também esteve presente na restauração da ordem democrática. É matéria a se ressaltar, que entre 1982 e 1984 o número de organizações de mulheres multiplicou-se de tal forma que atingiu a vários âmbitos do social, desde movimentos de bairros e de donas de casas até movimentos no âmbito religioso, acadêmico e dos partidos políticos. Filguera, em um artigo lançado apenas cinco anos após o fim da ditadura, fornece um levantamento acerca da insurgência de movimentos nessa ocasião, no qual destacou: Organizações de bairro de donas de casa; Organizações de donas de casa sindicalizadas; Organizações de mulheres trabalhadoras; Organizações de direitos humanos; Organizações voltadas ao trabalho social de diferentes comunidades religiosas; Grupos de investigação e ação social; Organizações feministas de longa data. No meio acadêmico houve a reestruturação do Grupo de Estudos sobre a Condição da Mulher (GRECMU). Por fim, nos partidos políticos começam a surgir os primeiros grupos de mulheres (FILGUERA, 1990). Assim como Filguera, Moreira aponta que estas organizações trazem uma novidade.

Esses novos grupos de mulheres constituem-se em resposta a igualdade “formal”, presente na constituição desde as décadas passadas, mas agora lutando para aplicar estas conquistas, já institucionalizadas, no mundo real. “La percepción de que las desigualdades reales subsisten en términos de los derechos civiles y políticos efectivamente ejercidos por la mujeres revitalizó las viejas demandas de género de las décadas pasadas” (MOREIRA, p.111, 1994).

A partir da década de 1980, os grupos feministas uruguaios voltam-se para demandas que vão além do local, articulando com as demandas ativistas transnacionais. Ecoam neste momento, as primeiras vozes que defendem radicalmente o direito das mulheres às decisões sobre o seu próprio corpo. Compreendendo nesta direção os direitos reprodutivos e sexuais, questões relacionadas com a regulamentação do aborto e direito de denunciar a violência doméstica.

Além disso, desde 1980 até o presente, podemos dizer que é o período germinal do feminismo crítico. Surge um movimento plural, com influências ideológicas das mais variadas (liberal, radical, anarquista, socialista) que tem como similitude a visão crítica a respeito da exploração e a opressão perante o nascer mulher. A problemática de gênero vem à tona, bem como ganha força a atenção as desigualdades estruturais entre homens e mulheres (equidade salarial, equidade política, equidade de oportunidades de empregos).

Após os anos 2000, a discussão feminista permeia também o meio acadêmico, o meio partidário e a sociedade civil, através da proliferação de novos movimentos feministas, havendo uma conexão entre estas esferas. Os movimentos também constituíram redes de apoio regionais, nacionais e internacionais, interconectando-se com distintos grupos feministas pelo mundo. O que tem permitido compartilhar experiências, circular ideias e pessoas, permutar recursos e estratégias solidárias.

Em 2012, os movimentos feministas Uruguaios são protagonistas de uma nova vitória a respeito de uma pauta que estava em curso de discussão na agenda pública desde 1987<sup>13</sup>. É promulgada a Lei N° 18.987 - *Interrupción Voluntaria del*

---

<sup>13</sup> De fato, o Uruguai já teve a prática do aborto legalizada, isso aconteceu em 1933 após uma reforma política de Estado, contudo o país voltou atrás poucos anos depois, em 1938, e o aborto voltou a ser crime, tanto para o médico quando para a mulher que o realizasse.

*Embarazo*<sup>14</sup>, dessa forma, o ato de abortar deixa de ser penalizado e torna-se regulamentado pelo Estado Uruguaio. Vale lembrar que a pauta havia sido vetada em 2007, pelo então Presidente Tabaré Vázquez, três dias após ter sido aprovada pelo Senado, contrariando majoritariamente vários setores do Partido e o programa de governo da FA. Dessa forma, as organizações feministas e os movimentos sociais engajados na causa precisaram se recuperar deste duro golpe advindo da própria esquerda e restabelecer novamente a luta. Nesse contexto os grupos feministas *Cotidiano Mujer* e *Mujer y Salud en Uruguay* (MYSU) tiveram fundamental importância; Além disso houve a formação de uma Coordenação Aborto Legal, reunindo vários setores da sociedade pró aborto e agrupações feministas (JOHNSON; ROCHA; SCHENCK, 2013).

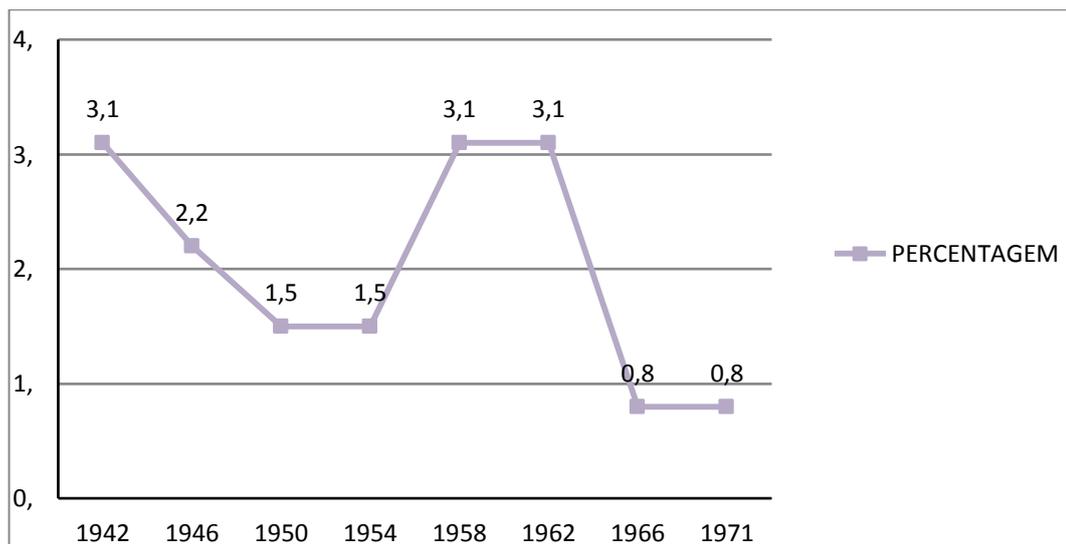
### **3.2. A participação da mulher na política institucional**

Em contrapartida ao protagonismo das mulheres em diversos movimentos enraizados na esfera civil, a participação feminina na política institucional não tem sido muito animadora, principalmente nos altos escalões. Em 1942, dez anos após serem permitidas as candidaturas femininas, quatro mulheres foram eleitas para ingressar no Parlamento. Para o Senado: Alvarez Vignoli e Isabel Pinto de Vidal; e para a Câmara de Representes: Julia Arevalo de Roche e Magdalena Antonelli Moreno. Contudo, até 1971 a taxa de representação feminina no Parlamento permaneceu ínfima, alcançando apenas o mesmo índice de 3,1% da primeira eleição (quatro mulheres), conforme é possível acompanhar no Gráfico 1.

---

<sup>14</sup> A lei Nº 18.987 permite o aborto até o primeiro trimestre de gestação. A lei determina que mulheres (apenas cidadãs uruguaias) que queiram por fim à gravidez nesse período sejam submetidas a um comitê formado por ginecologistas, psicólogos e assistentes sociais, que lhe informarão sobre riscos e alternativas ao aborto. Se a mulher desejar prosseguir com o aborto mesmo assim, poderá realizá-lo imediatamente em centros públicos ou privados de saúde. Abortos que não sigam esses procedimentos continuarão sendo ilegais. Também é permitido o aborto em casos de riscos à saúde da mulher, de estupros ou de má-formação fetal que seja incompatível com a vida extra-uterina, até 14 semanas de gestação.

**Gráfico 1 - Presença de mulheres no Parlamento Uruguaio (1942-1971)**



Fonte: Johnson, 2004

De fato, passados mais de 70 anos das primeiras eleições de mulheres no cenário institucional, ainda observam-se números pouco animadores em relação ao desempenho das mulheres. No Quadro abaixo, é possível acompanhar a pequena alteração nos números no cenário pós-democratização, os números referem-se a situação na Câmara de Representantes e no Senado.

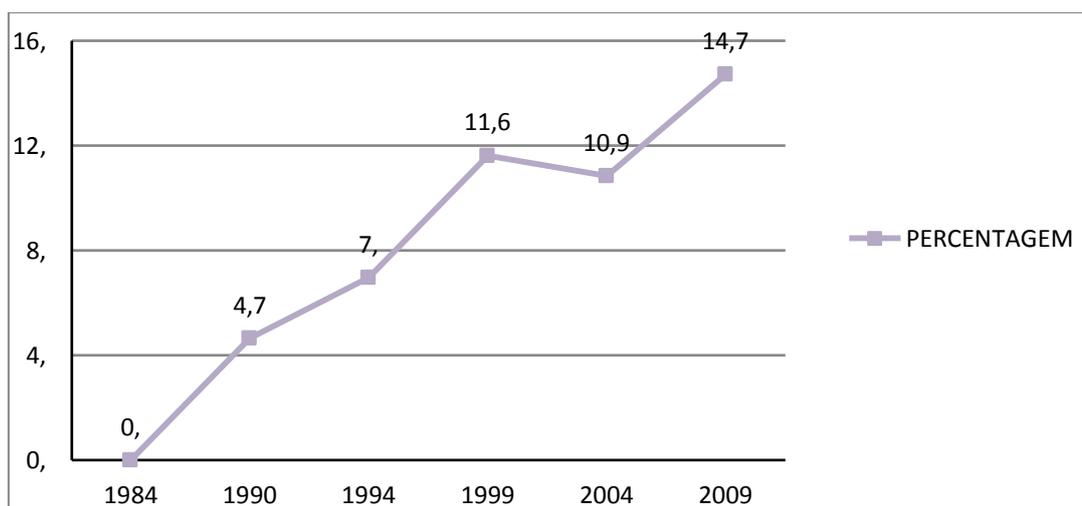
**Tabela 2 - Presença Feminina na Câmara de Representantes e no Senado (1984 - 2009)**

	1984	1990	1994	1999	2004	2009
<b>Camara de representantes</b>						
Mulheres titulares	0	6	7	12	11	15
Total de titulares	99	99	99	99	99	99
% de mulheres	0	6,06	7,07	12,12	11,11	15,15
<b>Senado</b>						
Mulheres titulares	0	0	2	3	3	4
Total de titulares	30	30	30	30	30	30
% de mulheres	0	0	6,67	10	10	13,33

Fonte: Corte Eleitoral Uruguaia e Johnson, 2005.

Em certa medida, o quadro 1 também demonstra que a presença feminina gradativamente está aumentando, com exceção do ano 2004, momento em que houve um leve decréscimo. Mesmo assim, ainda prevalecem índices pouco animadores. Para elucidar o progresso dos números acima, foi delineado o gráfico 2 o qual demonstra a evolução, eleição após eleição.

**Gráfico 2 - Presença de mulheres no Parlamento Uruguaio (1985-2009).**



Fonte: Johnson, 2005 e Corte Eleitoral Uruguaia.

Com o mesmo andamento, a presença feminina em cargos executivos igualmente é pequena, aliás, apenas há duas eleições passou de inexistente para tímida, pois, até 2010, nenhuma mulher havia sido eleita para o Cargo de Intendente em todo o País, tendo nesta ocasião acontecido a eleição de três mulheres<sup>15</sup>. Para mais, em 20 anos de governos colorados e brancos (1985-2005) somente duas mulheres haviam sido nomeadas ministras. Somente a partir de 2005, com os governos Frente Amplistas, as mulheres finalmente passaram a ocupar posições ministeriais.

<sup>15</sup>Adriana Peña (Partido Nacional) em Lavalleja, Patricia Ayala (Frente Ampla) em Artigas e Ana Olivera (Frente Ampla) em Montevideo.

Ainda é preciso lembrar que a população uruguaia nunca elegeu uma mulher como Presidente de seu País, nem sequer houve alguma a ocupar o cargo de Vice-Presidente da República<sup>16</sup> (o qual lhe daria o direito de ser líder da bancada no Senado). Ao contrário, o Uruguai nunca teve uma mulher como figura central em seu cenário institucional. Assim, o País tem andado na contramão dos vizinhos da América Latina, onde se tem presenciado um fenômeno constante, desde a retomada das democracias: de eleger mulheres ao Executivo Nacional.

Já são seis mulheres há ocupar a cadeira da presidência da República, pela via eleitoral: Violeta Barrios na Nicarágua (1990), Mireya Moscoso no Panamá (1999), Laura Chinchilla na Costa Rica (2010), Dilma Rousseff no Brasil por dois mandatos (2010-2014) (2014-2018), Michele Bachelet por dois mandatos Chile (2006- 2010) (2014-2018) e Cristina Kirchner na Argentina para dois mandatos (2007- 2011) (2011-2015).

A situação feminina tende a ser levemente mais favorável no cenário legislativo, isto é, na formação das *Juntas Departamentales* (JD). Em um artigo publicado em 2005, Johnson dedica uma sessão para apresentar a evolução de resultados eleitorais desde 1984 até 2005. Nesse âmbito, Johnson constatou que “las mujeres acceden con mayor facilidad a cargos de menor jerarquía, que además tienen, en este caso, la particularidad de ser no rentados” (JOHNSON, 2005).

Da mesma maneira, em um artigo mais antigo, ao analisar a intervenção feminina em Centros Comunitários Zonais (CCZ's) de Montevideo em 1996, a autora observa uma inserção de mulheres ainda maior. “Casi una tercera parte de los concejales (29,3%) eran mujeres, había siete presidentas (38,9%) y cinco secretarias (27,8%), y tres de los dieciocho Consejos Vecinales tenían más de un cincuenta por ciento de delegadas” (JOHNSON, p.76, 2001).

Analisando com calma estas duas situações, observam-se levemente similares os resultados que ocorreram em 2010, na composição dos Conselhos Municipais do terceiro nível de governo. Dessa forma, a exposição das duas autoras uruguaias parece explicar em parte a construção do cenário municipal. Johnson oferece-nos algumas conclusões importantes sobre o tema:

---

<sup>16</sup> As informações contidas aqui se referem até ao cenário observado em 2010, ano em que ocorreram as eleições do Terceiro Nível de Governo e as eleições Presidenciais do Uruguai.

La comunidad política uruguaya reconoce que el número más importante de mujeres participa como militante de base o representante partidaria local o intermedia; cuanto más se asciende la jerarquía partidaria, mas reducida está la presencia femenina, y solamente un porcentaje mínimo de mujeres llega a cargos públicos electivos (JOHNSON, 2001, p.76).

Pensando nessa questão, Scuro contribuiu para a discussão com outro questionamento. Para a autora, ao contrário do desenvolvimento da militância e da pluralidade dos movimentos de mulheres, que por diversas vezes conseguiram elevar as suas pautas à agenda política do País, o campo político é bastante desfavorável à participação feminina no Uruguai. “Talvez a resposta a essa questão possa ser encontrada na própria lógica da vida partidária, levando em conta que as mulheres se destaquem mais por posições pessoais do que pela militância no partido (SCURO, 2008, p.6)”. Dessa forma, mesmo que as mulheres sejam ativas na esfera civil e atuantes em movimentos sociais, não conseguem ingressar na vida pública de forma tão simples, pois há um distanciamento entre as duas esferas.

Assim, segundo as indagações das autoras e os próprios questionamentos que fundamentam essa dissertação, é possível supor a proeminência de uma estrutura distinta entre o campo da militância em movimentos sociais e o campo político profissional. De acordo com esta suposição, as mulheres não conseguem reunir o conjunto de características ideais para serem protagonistas na política tradicional, o que as restringe ao *background* da política de partidos. Contudo, ainda pensando na colaboração das autoras e em demais pesquisas sobre a participação feminina em níveis locais e regionais, vemos brotar novos questionamentos e outras configurações. Por exemplo, é possível ressaltar a presença de mulheres nos cargos menos prestigiados? É um espaço interessante para a mulher constituir-se como um ator político? As eleições municipais uruguaias são um bom exemplo para ser analisado?

Para colaborar com respostas a essa questão, na próxima sessão, analisaremos o caso das eleições municipais do Uruguai de 2010, construindo tal análise a partir do enfoque de gênero. Apresentaremos estudos que tratam da participação feminina em nível local e discutiremos sobre a carreira política, buscando arquitetar essas variáveis com a eleição de 2010.

### 3.3. Entrelaçando as duas esferas, o cenário pós 2010.

Conforme as análises apresentadas no primeiro capítulo e pelo próprio conteúdo da Lei de Descentralização Política e Participação Cidadã, percebe-se que esta foi criada tendo como principais objetivos aproximar e estimular o cidadão uruguaio a participar da política e das decisões de suas localidades. Embora a nova forma ainda não tenha se tornado popular e, todavia existam muitas dúvidas sobre suas reais implicações ou eficácia, os números apresentados no primeiro capítulo já despontam para uma novidade em relação a política tradicional e a participação feminina.

Nesta primeira eleição, os números ainda foram tímidos, aproximaram-se de 23%, entretanto já são superiores aos contatados em todas as esferas de poder que possuem cargos elegíveis no Uruguai. Na verdade, esta situação não é uma novidade, Moreira destaca que as mulheres sempre foram atuantes na política local e de seus bairros. Considerado um espaço periférico, longe de ser clássico, foi determinante para que as mulheres começassem a compartilhar da experiência de tomada de decisões “Allí la participación femenina adquiere un espacio y una importancia considerables” (MOREIRA, p.112, 1994).

Como já citado previamente, antes da formalização do terceiro nível de governo não havia canais tradicionais de administração política a nível local, pois até então a estrutura política uruguaia mantinha-se centralizada. Assim, não havia um corpo político institucionalizado que fizesse a comunicação com o segundo nível de governo e com os cidadãos, em outras palavras as decisões partiam de “cima para baixo”. Todavia esse canal nunca esteve vazio, principalmente em Montevideu, cujo pós 1990 floresceu a organização coletiva e a cooperação entre os “Vecinos”. Desta forma, proliferavam em vários bairros organismos locais e comissões de bairro, neste ambiente a mulher encontrou seu espaço, apoderou-se e começou a transitar na política.

Segundo Bruera e Gonzalez (1991), este espaço era considerado pelas mulheres como uma extensão de suas tarefas domésticas, quase um alargamento de seus deveres no âmbito privado. Entretanto, nada mais eram que canais primários de comunicação com a esfera pública e de formação política no cotidiano.

Segundo as conclusões de Moreira no cerne desses organismos, há dois aspectos a se considerar:

Aparentemente las relaciones jerárquicas se desdibujan en beneficio de un mayor igualitarismo entre los miembros y de una mayor colectivización de los liderazgos. Por otra parte, estas organizaciones reflejarían más inestabilidad, menos presencia de “marcas formales” (estatutarias, jurídicas, etc.), pero también más flexibilidad (MOREIRA, 1994, p. 113).

Isto volta a ocorrer com a criação dos municípios. Neste processo a política regional se fortaleceu, tornou-se estável e adquiriu status formal, contudo, a flexibilidade parece continuar presente, na medida em que a mulher não precisa deslocar-se de sua cidade, do seu local para agir ou tomar decisões, pois elas são discutidas e adotadas nas Reuniões do Conselho Municipal. Além disso, o relacionamento com o eleitor acontece em âmbito local, dessa forma, a política continua a se fazer no cotidiano, nas proximidades.

Claro que, para “chegar lá”, isto é, ser eleita é preciso passar por todo o caminho eleitoral e pela burocracia. Estar filiada a um partido, se lançar como candidata, estar bem posicionada em uma lista, fazer campanha, ou seja, investir tempo e recursos financeiros na divulgação da candidatura. Diferentemente do Brasil, que apresenta todos estes detalhes no site do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), no Uruguai não temos a disposição informações oficiais sobre as campanhas eleitorais, seja sobre os gastos de campanha dos candidatos ou sobre fichas com as informações profissionais e pessoais de cada candidato. Todavia, se formos pensar no tamanho dos distritos eleitorais e na pequena importância que essas eleições contraíram, e, após, compará-las com o nível departamental, é possível perceber que, naquele contexto, as eleições do segundo nível exigiram um grau de mobilização muito superior por parte dos candidatos e partidos.

Agora, embora não seja o foco principal deste trabalho, é interessante acrescentar aqui a discussão sobre Carreira Política, pois essa categoria ajuda a pensar acerca do funcionamento do sistema partidário. Devemos compreender que estamos conceituando sobre um espaço de poder altamente competitivo e hierarquizado entre seus membros. Dessa forma, introduz-se nesta discussão o conceito de Campo Político, formulado pelo sociólogo Pierre Bourdieu (BOURDIEU, 1989).

Esta leitura se mostra útil para entender como se estabelece a seleção de candidaturas em eleições, a compreensão de como é organizado o jogo político institucional e também ajuda a explicar como a própria estrutura política regula a ação dos agentes, internos e externos ao campo. Entretanto, também apresenta contribuições significativas para pensar sobre o espaço dado as candidaturas femininas, enquanto agentes iniciadas ao campo. Ainda, apesar de limitado, fornece algumas pistas de como alguns candidatos sofrem pressões e restrições pelo campo, de acordo com a posição interna que ocupam. Por isso, ao assumir que existe um campo, com regras próprias que orienta e ao mesmo tempo restringe a participação dos agentes sociais na política, o conceito atribuído sentido para o estudo da situação das mulheres na política.

Nesta perspectiva, todos os candidatos, independente do gênero, são capazes de construir uma trajetória de sucesso na política e, assim, consolidar uma carreira política. Entretanto, os estudos na ciência política tem constatado a dificuldade das mulheres em fazer esse movimento, de adentrar na esfera pública, exatamente pela característica de serem novatas em eleições e possuírem poucas, ou nenhuma experiência em outros cargos políticos. (MIGUEL; BIROLI, 2010)

Deste modo, quando se aplica a teoria à prática, observa-se que realmente as mulheres são os agentes que encontram maiores obstáculos para a construção de uma carreira sólida no campo político. A questão é bem simples, é importante ter em mente o objetivo principal dos partidos em uma eleição, isto é, conquistar mais cadeiras no espaço representativo para conquistar maior poder. Logo, os partidos apostarão as suas fichas nos candidatos que ofereçam menores riscos eleitorais, basicamente estamos falando de escolhas racionais. Em primeiro lugar, há preferência por selecionar os atuais mandatários dos cargos em disputa (*incumbents*) e, caso isso não seja possível, os partidos tendem a escolher candidatos com características similares aos primeiros. Ainda há a concorrência daqueles que possuem tradições familiares na política (PÉREZ; VAIRO, 2013).

O que diferencia a força entre os candidatos pode ser sintetizado através de outro conceito formulado também por Pierre Bourdieu, conhecido como Capital Político. O Capital Político pode ser definido como um importante conjunto de recursos, e geralmente atua como mediador da posição de um agente dentro do

campo político (BOURDIEU, 2011). Para avaliar a força do capital político de um candidato, primeiramente é preciso conhecer o tamanho político do seu partido e sua ideologia, conforme esta configuração pode-se indagar sobre o peso de cada candidatura para um partido. Mas também pode ser incorporado ao conceito questões relativas a trajetória política dos candidatos, a sua capacidade de articular contatos, o desempenho em eleições passadas, mandatos anteriores e recursos financeiros dos candidatos (BOURDIEU, 2011).

Infelizmente, não foi possível encontrar muitas informações sobre o perfil social e a trajetória política das mulheres eleitas, sejam as *Alcaldesas* ou as *Consejals*. Como já foi salientado, a Corte Eleitoral do Uruguai (CEU) apenas dispõe informações sobre a composição das Listas Partidárias e diversos dados sobre o escrutínio dos votos. Para tentar analisar o perfil destas mulheres, foi feita uma coleta de dados em blogs e sites de informação, além de uma pesquisa de campo, o qual será explanado no próximo capítulo, assim conseguimos algumas informações que ajudam a entender quem são estas mulheres.

As mulheres eleitas pelo PN e pelo PC majoritariamente são quadros políticos que se destacam pelo sua profissão e notoriedade na região. As candidatas eleitas pela FA são, em grande parte, mulheres atuantes na sociedade civil e em movimentos sociais<sup>17</sup>. Todas têm em comum o fato de serem iniciantes na esfera política institucional, ou seja, ainda estão em fase de construção da sua carreira pública, porém já praticavam algum tipo de ação política no seu dia a dia. Assim, é possível compreender o terceiro nível de governo como um espaço para penetrar ao campo político tradicional, um espaço novo, com regras institucionais diferentes e atores políticos ainda em desenvolvimento.

Desta forma, acredita-se então que houve nesta eleição a comunhão de cinco fatores, os quais propiciaram as mulheres um desempenho eleitoral superior ao das outras esferas. a) O ano de 2010 marca o primeiro pleito municipal, assim não havia políticos em exercício para tentar a reeleição nesse nível; b) Não existiam cargos similares, desta forma o ambiente era totalmente novo, favorável ao surgimento de novos quadros políticos; c) A literatura aponta que não foi uma eleição muito prestigiada, quem já estava com a carreira política constituída lançou-se a cargos

---

<sup>17</sup> Os dados disponíveis e as entrevistas serão trabalhados no terceiro capítulo.

“superiores”, como os Departamentais e das Juntas Departamentais; d) A tradição feminina Uruguaia de participar de organismos regionais e de movimentos de bairros, considerada uma extensão da vida privada, é agora cambiada em direção à vida pública; e) A busca dos partidos por novos quadros políticos: os partidos de direita concentraram-se em cooptar indivíduos notáveis e a esquerda em seduzir membros de movimentos sociais atuais e antigos, nesses espaços encontraram mulheres que preenchiam essas características.

Por último, deve-se ressaltar que este nível de governo tem a intenção de dialogar com a sociedade civil, tal qual, incentivar a aproximação com os “*vecinos*” e com os movimentos de bairros, lugar onde a mulher possui melhores chances de se destacar. Dessa forma, é possível sugerir que, consolidando-se o terceiro nível, poderemos ver finalmente mais mulheres despontando na política, encontrando seu nicho na política local.

### **3.4. É possível pensar em perspectivas para o futuro?**

Ao que tudo indica, a política uruguaia apresenta singularidades e transformações a partir de 2005, ano que a esquerda assume a presidência do País. No tocante à temática da representação feminina, além da descentralização política e da criação dos municípios, outras transformações na conjuntura política do País podem afetar direta ou indiretamente a situação da mulher na política e da própria sociedade Uruguaia. Nesta última sessão do capítulo serão analisados alguns pontos centrais que tem marcado e influenciado a discussão de gênero no país.

O primeiro fator a ser lembrado é a utilização da Lei de Cotas, as quais seriam aplicadas nas eleições primárias de 2009, e, posteriormente, nas eleições nacionais de 2014 e nas departamentais de 2015. Além disso, faremos uma alusão ao funcionamento da Bancada Feminina e suas estratégias de negociação no Parlamento. No meio acadêmico, resalta-se a vasta discussão na principal universidade do país (Universidade da República), com a tema de gênero e política. Estes estudos, inclusive, encontram-se no site do parlamento uruguaio, em uma sessão nomeada de “Parlamentaria”, o que demonstra uma conexão entre o

Parlamento, a Bancada Feminina e a Universidade. Por fim, não podemos deixar de mencionar o próprio movimento progressista do Uruguai, que tem ocupado uma posição de destaque na política da América Latina e que, indiretamente, contempla nossa análise.

### **3.4.1. Legislação de Cotas**

A aplicação das Cotas de Gênero tem ocupado lugar de destaque nos estudos voltados a pensar a inserção política feminina. Na prática, vem se constituindo como uma importante estratégia na ampliação da representação e participação de mulheres na política institucional. Há um consenso entre vários autores, particularmente entre autoras, de que a intensificação da lei de cotas poderia representar uma grande ajuda, no sentido de promover a igualdade de gênero na política. A discussão evoluiu ao longo dos anos em consonância com os diferentes testes empíricos de aplicação da Lei de Cotas em diversos países. Assim, há uma ampla literatura sobre limites e as possibilidades das leis de cotas nos mais diversos cenários e sistemas políticos e partidários. (ARAÚJO, 2001, 2005, 2007, 2010); (HTUN, 2001); (PÉREZ, 2006), (JOHNSON, 2001, 2005, 2010); (PINTO; MORITIZ, 2009), (PINTO; MORITZ; SCHULZ, 2013); (MORITZ; SCHULZ, 2015);

É verdade que existe um debate acadêmico indagando até que ponto a cota é capaz de transformar as mulheres em sujeitos políticos. A indagação parte do pressuposto que se ela apenas busca integrar quantitativamente as mulheres na política, afastando-se de uma representação substantiva, limitando-se a expressar uma representação descritiva<sup>18</sup>. Todavia, a mesma literatura assume que este instrumento legítimo, se bem aprimorado, pode ser uma ótima ferramenta de engenharia política e causar efeitos positivos no tocante a inserção feminina e a própria qualidade democrática.

---

<sup>18</sup> Segundo Pitkin, a representação substantiva implica que o representante tenha certo grau de liberdade para agir, porém não deve colocar-se persistentemente em contradição com os representados. Agir pelos representados não significa que os representantes apenas exerçam a representação quando estiverem de acordo com as suas vontades. Entretanto, sob condições normais, os desejos dos representados e as ações dos representantes deverão convergir. É fundamental a prestação de contas, no entanto a fiscalização não deve ficar restrita a esse procedimento. (Pitkin, 1967).

Para Moreira e Johnson, não há dúvidas que as cotas devam ser aplicadas no caso uruguaio, uma vez que a democracia durante muito tempo foi sustentada pelo sistema partidário sólido que não trouxe resultados positivos em termos de representação de mulheres, na palavra das autoras:

Dada la centralidad de los partidos políticos en la democracia uruguaya, una mayor participación de las mujeres a la política, implicará necesariamente una mayor participación de las mujeres en los partidos: ninguna medida tendiente a corregir los desequilibrios entre hombres y mujeres será efectiva, si ésta no se vincula con la estructura y la oferta partidaria (como las cuotas en listas partidarias) (MOREIRA; JOHNSON, s/p, 2003)

Este é um tema polêmico no Uruguai, pois o corpo político foi muito resistente à concepção de uma Lei de Cotas, desde 1988 transitaram dezenas de projetos com este conteúdo no Parlamento, mas apenas recentemente a Lei foi sancionada, isto é, somente em 2009. Ela só viria a ser executada nas eleições internas de 2009 e nas nacionais de 2014 e departamentais de 2015, por uma única vez.

No tocante ao seu teor, a Lei Nº 18.476, estabelece no seu Art. 2 que todas as listas partidárias ou nominatas de convenções devem incluir pessoas de ambos os sexos, a cada terna de candidatos (a cada três nomes), valendo para a lista de titulares e suplentes, isso para todas as listas ou nominatas apresentadas pelos partidos. Esta disposição será igualmente aplicável às eleições de segundo grau, com o propósito de integrar os órgãos de direção dos partidos. Agora resta saber como o Sistema Político e os partidos se adaptarão a Lei de Cotas no Uruguai.

Em 2009, quando foi aplicada nas eleições primárias, registrou-se um aumento importante da presença de mulheres nos órgãos eleitos nessa primeira instância. Para a eleição em si, a Corte Eleitoral fez sua própria interpretação da Lei, tornando-a mais permissiva (distribuindo as cotas entre as listas de titulares e suplentes, ao invés de analisar cada lista em separado), isto permitiu aos Partidos definir algumas engenharias para fugir do compromisso com a Cota na lista de titulares. Desta forma, poucos foram os efeitos nas listas apresentadas para a eleição, ainda assim, nas eleições de nacionais de 2009, o desempenho feminino no Parlamento alcançou seu melhor desempenho desde 1984 (JOHNSON; PÉREZ, 2010).

### **3.4.2. A Bancada Bicameral Feminina (BBF)**

A constatação da sub-representação feminina nos diversos órgãos institucionais tem levado as poucas mulheres presentes nestes espaços a conceberem estratégias criativas para contornarem essa situação. Essa conjuntura fica evidente em esferas de poder tradicionais, como os Congressos Legislativos, onde há majoritariamente homens. Assim, na América Latina, uma dessas atitudes tem sido a auto-organização das mulheres de diferentes partidos em bancadas ou comissões próprias, a fim de constituírem um bloco de atuação conjunta. Esses blocos tem possibilitado o fortalecimento das questões relativas ao gênero e a fomentação de políticas públicas dessa natureza.

No caso do Uruguai, no início do ano 2000, precisamente no dia 8 de março, atendendo ao simbolismo do dia internacional da mulher, foi constituída a Bancada Feminina. Surgindo da iniciativa das três deputadas Margarita Percovich (FA), Beatriz Argimón (PN) e Glenda Rondán (PC), que exerciam mandato na Câmara de Representantes e estavam preocupadas com a defesa dos direitos femininos e pela restrita representação de mulheres no Parlamento.

A bancada se mantém ativa e, a partir da legislatura de 2014, conta com a participação de mulheres de todos os partidos com representação no Parlamento, possui coordenação horizontal, sem eleições internas de autoridades formais (ainda que informalmente algumas legisladoras ocupem posições de liderança em seu interior). Esse formato, permite que haja um diálogo franco e direto entre os membros, flexibilizando as relações extrapartidárias e potencializando a pequena representação feminina. Na publicação que comemora os 10 anos da fundação da BBF, essa particularidade é uma das mais exaltadas:

La naturaleza multipartidaria y horizontal de la Bancada Femenina representaba una modalidad de trabajo poco común en un ámbito legislativo que en general está fuertemente marcado por las divisiones partidarias, o donde la articulación interpartidaria responde a las necesidades de gobiernos de coalición (JOHNSON, 2011, p.26).

Por não comportar o status de organismo institucionalizado, uma das primeiras iniciativas da Bancada Feminina foi a criação de uma Comissão Especial de Gênero e Equidade, na Câmara de Representantes. A criação dessa Comissão

permitiu o acesso formal aos processos legislativos e aos canais de interação e controle no interior na Câmara de Representantes em outros organismos do interior do Estado. Em 2005, no início da XVI legislatura, a Bancada Feminina ampliou-se ao formalizar a adesão das Senadoras, transformando-se na Bancada Bicameral Feminina (BBF).

Em relação a sua rede de relacionamentos, a Bancada mantém relações muito próximas com a Rede de Mulheres Políticas, uma coordenação interpartidária de mulheres militantes que ocupam cargos em todos os níveis do sistema político Uruguaio. Essa transversalidade tem possibilitado o debate entre os níveis de representação, potencializado a própria consciência de gênero das mulheres (vistas como atores coletivos) e possibilitando a reflexão sobre a ação feminina em espaços políticos tradicionais. Por outro lado, a Bancada também mantém seus vínculos estreitos com movimentos sociais, organizações de mulheres e atores da sociedade civil.

Outro aspecto a se destacar, é a constante criação de mecanismos que proporcionem a aproximação da BBF com os cidadãos uruguaios. Além da realização de seminários e eventos de divulgação, anualmente e a cada quinquênio, a bancada disponibiliza uma prestação de contas com a totalização dos registros individuais de todas as legisladoras. A BBF mantém uma relação muito próxima com a principal Universidade do País, a *Universidad de República (UDelAR)*. Em 2007, foi assinado um convênio com a Área Gênero e Política, do Departamento de Ciência Política da Faculdade de Ciências Sociais. Essa cooperação tem como objetivo a consolidação de alguns vínculos informais que já estavam sendo estabelecidas entre as duas instituições, a partir do mútuo interesse pela temática da mulher na política. Aliás, as pesquisadoras do UdelAR geralmente estão presentes ou coordenam eventos e ações realizadas pela BBF, de modo que há um diálogo franco entre as duas instâncias e em diversos episódios tem ocorrido troca de experiências práticas e teóricas para cada lado.

Alguns frutos dessa proximidade são passíveis de se encontrar no próprio site da BBF. Em uma das sessões do site Parlamentar, é possível encontrar uma ampla bibliografia nacional, organizada em vários eixos temáticos sobre a problemática da mulher na política Uruguaia. Há publicações nacionais e internacionais sobre a

questão do poder, da representação feminina, discussões sobre as cotas partidárias, dentre outros assuntos semelhantes. No tocante aos demais conteúdos do site, encontramos todas as legislações que afetam a vida das mulheres, um histórico sobre a BBF, as periódicas prestações de contas e alguns indicadores sociais.

Em 2008, a Bancada realizou uma grande consulta cidadã, chamando o movimento de “*Mujer, tu voto tiene voz*”. Nesta ocasião, convocou as uruguaias a mandarem suas demandas, inquietudes e propostas com o compromisso de transmiti-las a seus partidos e tomá-las como base para construir a agenda legislativa para o período de 2010 a 2015 (GONZÁLEZ; SAMPLE, 2010).

Assim, como se pode notar, a BBF constitui-se em um organismo bastante atuante no Parlamento, dentre tantos aspectos importante destacar a capacidade das mulheres em se articularem mesmo com as diferenças partidárias. Entretanto, justamente por possuir composição heterogênea, em determinadas situações, a atuação conjunta encontra um limite, principalmente envolvendo o debate de temas polêmicos. Assim, a unidade está sujeita a negociações internas e a pequenos “rachas”, gerados pelo conflito entre as ideologias partidárias. Uma das críticas mais pesadas que a bancada recebeu foi dos movimentos feministas no ano de 2010, durante os Debates no Parlamento sobre a despenalização do Aborto, ao constatarem sua desmobilização:

Por parte de las organizaciones de mujeres y feministas entrevistadas, se identificó un debilitamiento del vínculo con la Bancada, en el sentido de que no se logró instalar un espacio de articulación y una agenda sustantiva de coordinación de acciones entre ambos actores, excepto en las “fechas claves” vinculadas a los derechos de las mujeres (MS). En cuanto a la inclusión en la agenda legislativa del tema del aborto en particular, la Bancada no jugó un rol activo visible en el proceso más reciente, aunque al inicio de la actual legislatura, cuando se realizó el “traspaso” de las salientes y las entrantes de este espacio, la Diputada Daisy Tourné planteó que *“hay que completar la ley de salud sexual y reproductiva y aunque sea un tema donde tenemos diferencias, no nos debe dividir”* (JOHNSON, 2011).

### **3.4.3. Os governos da Frente Ampla e a política de equidade de gênero**

Por fim, deve-se destacar o próprio “giro” à esquerda cujo país rumou a partir de 2005, essa mudança estrutural afetou a condição da mulher no Uruguai em diversos aspectos. Já foi mencionada a elevação de mulheres a cargos ministeriais

e a descentralização política, contudo, talvez seja na criação de organismos governamentais e nos avanços legislativos, que mais diretamente a eleição da FA tenha afetado a vida das mulheres.

No primeiro Governo da FA (2005 – 2010), observou-se gradativamente a ampliação dos espaços de governança descentralizada no Uruguai, com destaque para a realização de conferências e planos sobre temas que envolviam intensamente a sociedade civil e o governo. Nesse sentido, foi criado o Ministério do Desenvolvimento Social (MIDES), um órgão de cobertura nacional, com o sentido de promover a igualdade entre populações em desvantagem social.

Os debates sobre a temática de gênero também ganharam bastante notoriedade, sendo conveniente destacar a institucionalidade que a questão despontou com a implementação do Plano Nacional de Igualdade de Oportunidades e Direitos (PIODNA), instituído pela Lei nº 18.104. Este plano é fruto das discussões internas e um dos compromissos do Instituto Nacional das Mulheres (INAMU). A execução do PIONDA contou com a participação de membros do poder executivo, poder judicial, sociedade civil e pesquisadoras da UdelaR, tendo a duração de quatro anos (2007 – 2011). Seu principal objetivo era, de fato, promover a igualdade entre homens e mulheres:

[...] constituye un marco general que compromete al Estado a adoptar todas las medidas necesarias tendientes a asegurar el diseño, elaboración, ejecución y seguimiento de las políticas públicas de manera que integren la perspectiva de género (PLAN, 2007, p.13).

No tocante ao marco legal, no Art. 4 há três linhas de ações que se complementam, no item A garantem-se o respeito e a vigilância dos direitos humanos as mulheres (civis, sociais, políticos, econômicos e culturais). A seguir, no item B promovem-se estes direitos, constituindo garantias para tal e no item C se promovem trocas culturais com o objetivo de garantir a igualdade entre os homens e as mulheres. Ainda no Art. 8 menciona-se a criação de um Conselho Nacional Coordenador de Políticas Públicas de Igualdade de Gênero, presidido por um representante do Instituto Nacional das Mulheres.

Para esta análise destaca-se também a estratégia adotada pelo governo em aplicação o plano em todo o país, pois foram trabalhadas algumas variáveis já discutidas nesta dissertação, mas em relação aos municípios, o que demonstra uma

confluência de ideias e ações. O plano se deu em toda a extensão do território Uruguaio, foram desenvolvidas estratégias de descentralização para a realização de diversos programas, seminários e cursos. Depois, para que fosse executado, o programa contou com a participação cidadã tanto em sua formulação, quanto no momento de sua efetivação. Todas essas etapas têm por objetivo final a inclusão social, política e cultural das mulheres.

Mas não foi somente o compromisso formal com a igualdade feminina que se deve registrar. No segundo governo Frente Amplista (2010 – 2015) o Partido buscou uma reaproximação com os movimentos feministas – com os quais, definitivamente estava em dívida - com a tão esperada despenalização do aborto. A pauta manteve-se no plano de governo de José “Pepe” Mujica e Danilo Astori e, durante a campanha, o candidato a presidência já havia afirmado seu compromisso com a demanda. Para mais, a FA manteve a maioria na CRR e dessa vez a “*ventana de oportunidad*” voltou a se abrir, confluindo na aprovação da Lei N° 18.987 - *Interrupción Voluntaria del Embarazo* (JOHNSON; ROCHA; SCHENCK 2015).

Por fim, além da despenalização do aborto, as aprovações de outras duas leis, no segundo governo da FA, merecem destaque nessa sessão final: A Lei N° 19.075 - *Matrimonio Igualitário* e a Descriminalização - e a Regulamentação do Consumo da Maconha, pela Lei N° 19.172 - *Marihuana y sus Derivados*. Estas, embora não sejam pautas ligadas necessariamente aos movimentos feministas, devem ser ressaltadas, pois recolocam o Uruguai, em uma posição de destaque na política progressista na América Latina, tal como aconteceu no século fim do séc. XIX e início do séc. XX.

É claro que estas duas modificações contaram especialmente com a pressão massiva de alguns coletivos e movimentos sociais sobre os partidos políticos e o Parlamento, para que os projetos se consolidassem em leis vigentes. Sem dúvida, as três demandas partiram das organizações da sociedade civil e se não fossem por suas mobilizações dificilmente estariam em discussão na agenda pública. Contudo, progrediram na esfera institucional em boa proporção pela ascensão da FA ao poder (MOREIRA; LAJTMAN, 2015).

Em 2014, a FA foi reeleita para um terceiro mandato, novamente Tabaré Vázquez foi eleito como o Presidente do país. Futuramente poderão ser feitas análises de como o governo se relacionou com os movimentos sociais, em especial com os Movimentos Feministas, já que a relação encontrava-se desgastada desde seu veto a despenalização do aborto em 2007. Também serão importantes as análises quanto a presença feminina na constituição da equipe diretiva e ministerial do governo. Porém, estas não são investigares para este momento.

Até aqui conhecemos as regras institucionais e o funcionamento do jogo político e partidário do Uruguai, bem como, qual é a participação das mulheres em todos os níveis políticos e nas esferas de poder. Também nos aprofundamos no desenvolvimento e na atuação dos movimentos de mulheres e feministas durante a consolidação da democracia e na contemporaneidade. Todas as informações, analisadas até esse momento, colaboraram para explicar o desempenho feminino no terceiro nível de governo. Por fim, apresentamos um panorama geral sobre a situação da mulher na atualidade, momento em que o Uruguai resgata sua situação de vanguarda na América Latina, ao aprovar Leis progressistas.

Agora será o momento de focar diretamente nos atores sociais dessa história, isto é, as mulheres. Por isso, no terceiro capítulo apresentam-se as percepções, obtidas por meio das entrevistas de campo, de algumas *Alcaldesas* e *Consejalas*.

#### **4. Capítulo 3 - A edificação de um (novo) ator político? O perfil das mulheres eleitas aos conselhos municipais em 2010.**

Conforme destacado no fechamento do segundo capítulo, nesta última parte da dissertação a atenção volta-se especificamente para conhecer que são as mulheres do terceiro nível de governo no Uruguai. Para atingir esse objetivo, pretende-se traçar um perfil dessas políticas, constatando diferenças e similaridades entre todas as candidatas eleitas que aceitaram fazer parte da pesquisa. Utilizaremos como principal ferramenta de análise algumas entrevistas realizadas com as *Alcaldesas* e as *Consejalas* investigadas neste trabalho. Este material é fruto do trabalho de campo desenvolvido ao longo do ano de 2014 no país vizinho.

##### **4.1. O trabalho de campo e a realização das entrevistas**

Todas as entrevistas foram realizadas no segundo semestre de 2014, isto é, ao final do quarto ano de gestão municipal<sup>19</sup>. Essa marca temporal permitiu que as entrevistas abarcassem desde questões iniciais, como o recrutamento partidário, a organização da eleição e os primeiros momentos das gestões municipais, até algumas considerações finais dos mandatos, isto é, impactos dos primeiros cinco anos dos governos de “*cercanía*” e a reeleição.

Outro elemento enriquecedor é que todas as entrevistas foram concretizadas nos locais de funcionamento dos Municípios, o que demonstra o quão, de fato, o terceiro nível de governo está aberto para as consultas cidadãs, bem como para receber pesquisadores, inclusive estrangeiros. Este fator também permitiu ver de

---

<sup>19</sup>De acordo com A Lei de Descentralização Política e Participação Cidadã, todos os *Alcaldes* que pretendessem disputar a reeleição deveriam renunciar em fevereiro de 2015, dessa forma, a grande maioria das autoridades já estava refletindo sobre o seu período de mandato.

perto o funcionamento dos municípios, o atendimento dos funcionários ao público e um pouco da rotina de cada uma das entrevistadas.

No total, foram realizadas 15 entrevistas: nove no Departamento de Montevidéu, quatro no Departamento de Canelones, uma no Departamento de Rocha e uma no Departamento de Cerro Largo. Dessa forma, os encontros com as *Alcaldesas* e *Consejalas* dos municípios de Montevidéu e de Canelones foram ao longo do trabalho de campo realizado em Montevidéu no decorrer do mês de Julho de 2014<sup>20</sup>. Já as entrevistas com a *Alcaldesa* de Fraile Muerto (Cerro Largo) e com a *Alcaldesa* de Chuy (Rocha), foram realizadas posteriormente, nos meses de novembro e dezembro, respectivamente, durante algumas visitas às localidades.

A metodologia aplicada na realização das entrevistas seguiu a forma de um questionário semiestruturado, centralizado nos dois conjuntos de fatores que compunham a pergunta condutora do trabalho: (I) perfil sociodemográfico (II) Trajetória Política e Militância. Para organizar as respostas, optou-se por classificá-las em cinco eixos temáticos. Assim, cada parte deste capítulo se deteve em um item importante na arquitetura do perfil final. Didaticamente, optou-se por dispor os cinco eixos analisados na forma de pergunta, são elas/eles: A) Qual é o perfil sócio demográfico dessas mulheres? B) Qual a trajetória política e a militância dessas mulheres? C) Como aconteceu o recrutamento eleitoral no pleito de 2010? D) Quais os desafios frente ao Governo Municipal? E) Há expectativa de concorrer novamente a um cargo no Conselho Municipal?

É preciso lembrar que não se trata de um nível de governo muito conhecido, embora a universidade uruguaia tenha desenvolvido vários estudos sobre os municípios, há uma carência de trabalhos acadêmicos sobre os atores políticos eleitos. Assim, nestes estudos prevalecem análises com foco no conteúdo da Lei que origina os municípios, na competição eleitoral e nos resultados finais. Para ir além das entrevistas, reuniu-se uma base de informações biográficas complementares, o que permitiu destacar aspectos interessantes das trajetórias

---

<sup>20</sup> Durante esse mesmo tempo, foi realizado um pequeno estágio na Universidade da República, no Departamento de Ciência Política. A UdelaR cedeu-me à infraestrutura para que os contatos fossem realizados. Deste modo, as entrevistas foram marcadas da forma mais simples possível. Em um primeiro momento foi feito um contato pelo e-mail dos Municípios, disponíveis nos sites, de cada Departamento ou Município. Depois, conforme as respostas positivas foram agendadas as entrevistas por telefone.

políticas. Essas informações foram coletadas nas páginas dos partidos das entrevistadas e nos sites dos Municípios. Foram consideradas como informações relevantes: o tempo de filiação partidária, os mandatos anteriores, a militância e os vínculos políticos familiares.

Ao final do capítulo, sob o exame de todos esses pontos e a sua posterior conexão, tem-se a pretensão de colaborar com as discussões sobre a carreira das mulheres na política institucional e, principalmente, responder a problemática que deu origem a esta dissertação: *Quem são as mulheres eleitas para a primeira gestão municipal no Uruguai (2010 – 2015), quais suas percepções e perspectivas na política institucional?*

#### 4.1.1. Qual é o perfil sociodemográfico?

O primeiro elemento que carece atenção nesta análise converge para os aspectos sociais e econômicos da vida destas mulheres. Para isso, a primeira parte da entrevista abarcou informações simples sobre quatro quesitos: idade, estado civil, escolaridade e profissão. De acordo com as respostas dadas, foi construída a Tabela 1.

**Quadro 1. Perfil social e econômico: *Alcaldesas e Concejals* (2010 – 2015).**

Nome	Município	Data de nascimento	Estado Civil / Filhos	Escolaridade	Profissão	Partido e Setor
<b>Adriana Rojas</b> ( <i>Concejala</i> )	Município A	02/10/1965	Casada 1 filho	Ensino Superior	Psicóloga	Frente Ampla Espaço 609 Movimento de Participação Popular
<b>Beatriz Lamas</b> ( <i>Alcaldesa</i> )	San Ramón	05/09/1963	Casada 4 filhos	Ensino Superior	Dentista	Partido Nacional 400 Oficialista
<b>Cristina Castro</b> ( <i>Alcaldesa</i> )	Progreso	17/09/1951	Casada 2 filhos	Ensino Médio	Ferrovária (aposentada)	Frente Ampla 2121 Asamblea Uruguay

<b>Nome</b>	<b>Município</b>	<b>Data de nascimento</b>	<b>Estado Civil / Filhos</b>	<b>Escolaridade</b>	<b>Profissão</b>	<b>Partido e Setor</b>
<b>Cristina oliveira (Concejala)</b>	Município B	28/08/1953	Casada 2 filhos	Ensino Superior	Secretária <sup>21</sup> (Aposentada)	Frente Ampla Espaço 609 Movimento de Participação Popular
<b>Gletel Ferrari (Alcaldesa)</b>	Santa Rosa	02/12/1955	Casada 1 filho	Ensino Superior	Médica	Partido Nacional 400 Oficialista
<b>Graciela Echenique (Alcaldesa)</b>	Fraile Muerto	24/12/1955	Casada 5 filhos	Ensino Médio	Produtora Rural	Partido Nacional - 3B
<b>Lilián Piña (Concejala)</b>	Município A	01/07/1954	Divorciada 3 filhos	Ensino Superior Incompleto	Coordenadora política (FA)	Frente Ampla Lista 90 Partido socialista
<b>Mabel Lamadrid (Suplente del Alcalde)</b>	Município G	06/05/1954	Divorciada 1 filho	Ensino Fundamental	Operária Têxtil e líder cooperativista (aposentada)	Frente Ampla Lista 90 Partido socialista
<b>María Elena Godoy (Concejala)</b>	Município E	01/03/1947	Divorciada 1 filho	Ensino Médio	Operária Têxtil (Aposentada)	Frente Ampla Espaço 609 Movimento de Participação Popular
<b>Mary Urse (Alcaldesa)</b>	Chuy	30/07/1954	Casada 5 filhos	Ensino Fundamental	Micro Empresária	Frente Ampla 2121 Asamblea Uruguay
<b>Miriam Rodríguez (Alcaldesa)</b>	Município C	24/12/1955	Divorciada 3 filhos	Ensino Superior	Professora	Frente Ampla Espaço 609 Movimento de Participação Popular
<b>Rosa Imoda (Alcaldesa)</b>	Los Cerrillos	22/10/1961	Solteira sem filhos	Ensino Médio	Secretária	Partido Nacional 400 Oficialista

<sup>21</sup> Secretária parlamentar de um político uruguaio.

Nome	Município	Data de nascimento	Estado Civil / Filhos	Escolaridade	Profissão	Partido e Setor
<b>Sandra Nedov</b> <i>(Alcaldesa)</i>	Município D	23/07/1964	Casada 3 filhos	Tecnólogo	Metalúrgica / Líder Associativa	Frente Ampla Espaço 609 Movimento de Participação Popular
<b>Susana Camarán</b> <i>(Alcaldesa)</i>	Município E	27/04/1966	Casada 1 filho	Ensino Médio	Educadora pré-escolar	Frente Ampla Espaço 609 Movimento de Participação Popular
<b>Teresa Nieves</b> <i>(Concelaja)</i>	Município E	15/02/1951	Divorciada 2 filhos	Ensino Médio	Profesora (Aposentada)	Frente Ampla Espaço 609 Movimento de Participação Popular

Fonte: Elaboração própria a partir das entrevistas.

A tabela está organizada em ordem alfabética, conforme os nomes das entrevistadas. Constam informações sobre o cargo que assumiram no Conselho Municipal, o Município pelo qual foram eleitos, o partido e o setor que participam dentro estrutura partidária. No tocante a informações pessoais, há detalhamentos sobre a situação civil, a filiação, a escolaridade e as profissões de cada mulher.

Os dados demonstram que estamos diante de um perfil de mulheres “maduras”, já que a mais nova está prestes a completar 50 anos. Todas as entrevistadas possuíam entre 50 e 70 anos, o que demonstra uma similaridade muito grande no quesito da faixa de idade. Em relação ao estado civil, também encontramos um “perfil de maturidade” uniforme entre as entrevistas. Com exceção de uma mulher, todas as outras relataram ser ou terem sido casadas e possuir filhos e netos, isto é, já constituíram uma família.

Para as mulheres da FA, esses dois primeiros fatores vêm a se somar com o fator da profissão, pois todas as mulheres entrevistadas já estavam estabelecidas em uma carreira profissional. Porém, as atividades mencionadas são atreladas a alguma função ligada a política, seja porque ocupam um cargo técnico (na estrutura burocrática política) ou por desenvolverem projetos na base sindical. Com a execução de uma psicóloga e de uma microempresária, são três professoras, quatro operárias,

uma coordenadora política e uma secretária parlamentar. As quatro mulheres ligadas ao PN possuíam profissões de cunho liberal, sendo três destes postos elitizados: Médica, Dentista e Produtora Rural; A quarta foi secretária parlamentar. É interessante destacar que esse modelo encontrado dialoga com os outros padrões de representação feminina observados no Parlamento brasileiro e Uruguiaio. (SCHULZ; MORITZ, 2014)

Outra variável, a se considerar, é que grande parte destas mulheres relatou já estar aposentada da atividade laboral. Vale lembrar que essa característica, possivelmente seja resultado de um efeito colateral da legislação que controla o funcionamento dos municípios, uma vez que o único cargo do Conselho Municipal a receber salário é o do *Alcalde*, desse modo, os *Concejales* desempenham suas funções voluntariamente. Assim, há duas maneiras de conseguir se dedicar a vida pública neste nível: a) Recorrendo a uma jornada dupla de trabalho, ou seja, exercendo uma profissão que permita conciliar as duas atividades; b) Estando aposentado da carreira profissional.

Por fim, o último aspecto a ser analisado, dentro dessa primeira parte é a escolaridade. Cabe destacar que não foi possível encontrar nenhum padrão de instrução entre as entrevistadas. Há mulheres com o Ensino Superior completo, enquanto há algumas apenas com a formação básica do Ensino Fundamental. Nem mesmo o pertencimento a um ou ao outro partido condicionou as respostas. Dessa forma, sugere-se que, a nível municipal, esta não é uma variável determinante no sucesso eleitoral. Opondo-se com aos resultados encontrados nos outros níveis de representação em diversos estudos empíricos em cargos mais prestigiados do Uruguai (JOHNSON, 2004).

#### **4.1.2. Qual a trajetória política e a militância dessas mulheres?**

Neste ponto, a identificação com o partido começa a fazer grande diferença. Se a variável escolaridade não é determinante na construção do perfil, o reconhecimento a nível local é uma característica extremamente determinante para o sucesso eleitoral para as filiadas da FA. Em relação às mulheres do PN o cenário

é avesso: embora admitissem que já nutrissem simpatia pela agremiação, têm sua trajetória perpassada por padrinhos políticos.

Talvez a trajetória que mais se afasta das outras frentes amplistas, seja a de **Mary Urse (FA)**, *Alcaldesa* do Município do Chuy<sup>22</sup>. Aliás, a própria definiu-se “*Soy una Alcaldesa atrevida*”. Urse iniciou a militância na juventude, com 18 anos, ao filiar-se ao PN, permaneceu até 2003. Durante esse tempo ocupou alguns cargos de confiança em governos *Blancos*, trabalhando na Intendência de Rocha. Após alguns desentendimentos, desligou-se do partido. Sem paradeiro, ficou poucos meses filiada ao PC, até que em 2004 filou-se a FA, partido pelo qual concorreu às eleições, tornando-se *Edila Local* na magistratura 2005 - 2010. Em sua entrevista fez questão de destacar a trajetória e a atuação social na comunidade local, endógena de partidos. Segundo suas palavras, sua eleição é resultado do reconhecimento de trabalhos na sociedade do Chuy,

[...] Nosotros, el 5 de enero, cumplimos 24 años que llevamos presentes a todos los niños carenciados de Chuy, como 1200 niños, lo venimos trabajando hace 24 años, nosotros también siempre juntábamos túnicas para los niños, calzados, siempre anduvimos en lo social. Hoy como *Alcaldesa* ayudamos a 300 familias muy carenciadas para que tengan un mejor nivel de vida, todo lo que era de choza o de lata, tratamos de darle el material, tanto bloque como chapa, como piedra, todo para que tengan una mejor calidad de vida y que no vivan como vivían, eso lo hicimos con más de 300 familias (Mary Urse).

Em compensação, cinco mulheres da FA relataram que iniciaram a trajetória políticas muito jovens, militando na clandestinidade no período ditatorial, tão logo se filiaram a FA. A primeira a relatar essa questão foi **Mabel Lamadrid (FA)**. Nascida de militantes do Partido Socialista, setor que compõe a FA, durante toda sua vida esteve vinculada à atividade sindical. Depois, com a volta da democracia continuou a militar pela FA, agora de forma pública. Durante a entrevista a líder sindical relembrou alguns momentos que viveu na ditadura militar e que a marcaram:

[...] Estuve detenida en la dictadura, en el 1974 yo trabajaba en una fabril textil - la CMT, que es lo que hoy CNT - en ese momento hizo un paro, un apagón en toda la fábrica. Nosotros lo hicimos, además yo era la delegada, la que estaba visualizada por la empresa, apagamos las luces y bueno, después me detuvieron primero 15 días. Después en el 1977 me volvieron a detener por un mes y después en el 1982 me volvieron a detener también

---

<sup>22</sup> Considerada uma figura polêmica na localidade, já declarou publicamente que em sua juventude exerceu a prostituição, anteriormente a função política era proprietária de uma Whiskeria.

por 2 meses. Buenos, viví todo ese tema de la dictadura de terror porque nunca sabías cuando te podían llevar y trabajabas en un lugar y sabías que al poco tiempo ya sabías dónde estabas. (Mabel Lamadrid)

**Cristina Castro (FA)**, também está nessa mesma linha de atuação. Foi líder sindical, militou na clandestinidade até o fim da ditadura uruguaia, depois, com a redemocratização, passou a ocupar cargos honorários, como o de *Edila Local*, além de participar da base da FA.

[...] Fui dirigente sindical de la Unión Ferroviaria, en el momento que ingresé al ferrocarril me conecté con viejos sindicalistas, entré muy joven y después vino todo el proceso de la dictadura donde los sindicatos prácticamente dejaron de existir. Militamos medio escondidas en la clandestinidad y ya cuando se retoma la democracia en 1984 que es cuando ya empezamos de vuelta a las organizaciones, empezaron a soltar los viejos sindicalistas y se retomó toda la militancia de los sindicatos y ahí ya me enganché a fines del 84 con gente que incluso ahora ya está fallecida, dirigentes sindicales como Pedro Toledo y un montón de nombres más. Después estuve en AFE en noviembre de 1990, milité a nivel de sindicatos y era secretaria de organización del gremio de la Unión Ferroviaria.[...] Bueno, realmente si te gusta la política, y a mí me gusta, siempre mi cargo fue electivo, nunca fue un cargo de confianza, quise que mis cargos más allá de los ofrecimientos fueran cargos electivos como de Edila, y ahora soy Alcalde. (Cristina Castro)

**María Elena (FA)** é outra *Concejala* que recordou com detalhes suas experiências vividas durante a ditadura militar, lembrando os encontros de companheiros que aconteciam em sua própria casa, tal qual a dificuldade para manter alguma mobilização.

[...] En la época de la dictadura ser militante era complicado, en mi casa los domingos se hacían reuniones, venían los jóvenes, el gremio estudiantil de universitarios, se hacía los domingos clandestinos, años terribles. Incluso los jóvenes que cayeron venían a casa, pero había que hacerlo, era difícil, nos cuidábamos mucho, pero hubo gente que cayó. Algunos pudimos hacerlo y tuvimos la suerte de que no caímos presos, pero fui muy duro ver a toda la gente que iba cayendo del lado de uno, fue bravísimo. [...] Hay gente que dice en aquel se vivía mejor, no me cabe duda que se vivía diferente, nunca es mejor que uno tenga cercenados los derechos, aún cuando viva en una situación de crisis económica. Nunca puede ser mejor vivir en libertad que vivir oprimido. (María Elena)

Continuando, foi a vez de **Miriam Rodríguez (FA)** lembrar os anos de chumbo e o que viveu neles. A *Alcaldesa* também possui uma trajetória semelhante às das três políticas citadas acima, entretanto, iniciou sua militância alguns anos mais cedo, no movimento estudantil no ano de 1968. Além disso, é filha de fundadores da FA.

[...] Milito desde los 13 años, yo comencé la militancia en la lucha por la rebaja del boleto estudiantil en el años 68, estaba ingresando al primer año del Liceo - cuando ahora el Boleto es gratuito para todos los estudiantes, después del gobierno del Frente Amplio, el boleto es gratuito para todos los estudiantes. Ahí empecé la militancia a nivel estudiantil y más nunca dejé de luchar, incluso en el periodo de la dictadura yo tenía mi padre que estaba preso, 10 años tuvo preso en la época de la dictadura, me quedé acá y siempre mantuvimos la militancia en la clandestinidad, hasta que volvió la democracia y la militancia se volvió pública. [...] Hoy estoy ocupando un cargo, pero es un cargo de militancia más, no es ni más ni menos que eso. En 2000 – 2005 fui secretaria de una Junta Local, anterior a instalación de los Municipios. Entre 2005 y 2010 estuve en la descentralización del Intendencia, el Montevideo. Ahora 2010 – 2015 en el Municipio. (Míriam Rodríguez)

Por último, neste quesito, introduz-se o depoimento de **Teresa Nieves (FA)**. A Frente Amplista foi mais a fundo que colegas e mencionou que era impossível não ser militante dentro daquele contexto autoritário. Ela iniciou sua militância em 1968 no movimento estudantil, lutando pela gratuidade da passagem estudantil e esteve na fundação da FA.

[...] Yo empecé la militancia como estudiante, yo hice la carrera de maestra del 68 al 70, la explosión del mundo, el mayo francés, América Latina, todo el mundo convulsionado, era imposible no ser militante, luego en el 71 comencé la militancia política en el Frente Amplio, que fue siempre paralela al gremio donde trabajé. (Teresa Nieves)

Com um perfil mais técnico, **Cristina Oliveira (FA)** destacou seu total comprometimento com a política. Em suas palavras: “*full time*”. Ela que atualmente desempenha funções em vários níveis da política: municipal, departamental - como secretária de um Deputado - é líder setorial na FA. Oliveira é mais uma das mulheres que está há muito tempo nos bastidores da política e agora é eleita em um município.

[...] Dedico tiempo completo a la política, a nivel del Municipio, a nivel del Parlamento, que trabajo de secretaria para un Diputado, y a nivel político porque soy direccione en un sector político de mi Partido. Desde los 15 años soy militante sindical y política, pero nunca milité a nivel estudiantil. Porque empecé a trabajar a los 15 años, 15 años y medio en realidad, e rápidamente me sindicalicé y empecé a militar sindicalmente. Desde 71 soy parte del Frente Amplio, desde que se formó. (Cristina Oliveira)

Ao contrário dela, **Sandra Nedov (FA)** destacou um forte vínculo com o movimento sindical e suas atividades na área do cooperativismo. Além disso, é

filiada a FA desde a redemocratização, identificando-se como uma mulher de esquerda desde jovem:

[...] Me primer vinculo político fui delegada sindical, fui metalurgia y trabajo en la industria química e en la Industria Metalúrgica, ahí como empecé a militar. Soy cooperativista por ayuda mutua. Yo vivo en una cooperativa por ayuda mutua, de la que soy socia fundadora. [...] Las cooperativas de vivienda tienen por objeto proveer de alojamiento adecuado a sus socios, construir viviendas a través de la autogestión. Además, siempre fui militante del izquierda, cuando salimos de la dictadura ya comencé a militar por el MLN<sup>23</sup> del Frente Amplio. (Sandra Nedov)

As três mulheres mais jovens do grupo de eleitas pela FA, mencionaram que sua relação com o partido, de fato, começou com o retorno da democracia. Além disso, as três mencionaram que há muitos anos estão envolvidas em atividades ou cargos relacionados a descentralização. Vale advertir que todas elas são de Montevidéu, e, como foi mencionado no primeiro capítulo, em Montevidéu o processo iniciou da década de 90. **Susana Camarán (FA)** explicou sobre sua trajetória até se tornar *Alcaldesa*:

[...] Soy maestra de jardinera, algo muy diferente, pero a mí me gusta mucho la política. Fui representante del comité de base de la coordinadora, fui representante de la coordinadora en la 44, fue Integrante de la Mesa Política por las Bases y ahora Alcaldesa. (Susana Camarán)

**Adriana Rojas (FA)** e **Lilián Piña (FA)** são duas mulheres que estão há 10 anos participando ativamente de mobilizações nos bairros, representando a localidade em que residem. As duas são *Concejales* do Município A, moram na região do Cerro. Rojas explicou que,

[...] Yo fui Concejala Vecinal durante 10 años en la zona del Cerro, o sea, que yo tenía experiencia en la descentralización. Concejala Vecinal 10 años y también militante política, cuando se armaron los municipios dentro de la zona del Municipio yo participé de las discusiones (Adriana Rojas).

E Piña foi pelo mesmo viés,

[...] Me filié en 85 en Partido Socialista, y, bueno, después me mudé para acá, para la zona [Villa Del Cerro]. Participé en la coordinadora en

---

<sup>23</sup> Movimento de Liberação Nacional - Tupamaros (MLN-T), ou simplesmente Tupamaros, foi um grupo guerrilheiro na Ditadura Uruguaia, com o fim do regime saiu da clandestinidade e passou a compor a FA.

diferentes comisiones vinculadas al programa de descentralización, fue delegada departamental por 10 años de Frente Amplio – Montevideo, hasta 2010 que asumí como Concejala (Lilián Piña).

Neste momento findam as respostas das mulheres ligadas a FA. Agora voltar-se a atenção para alguns fragmentos das respostas dadas pelas mulheres do PN. Em contrapartida da longa militância das Frentes Amplistas, duas Nacionalistas mencionaram que a filiação ao partido é algo bastante recente. É o caso de **Beatriz Lamas (PN)** e de **Gletel Ferrari (PN)**, que se filiaram especificamente para concorrer ao pleito de 2010. A primeira, afirmou que sua militância partidaria é recente.

[...] Soy afiliada al partido desde ahora, pero he sido siempre del Partido Nacional, siempre voté al Partido Nacional, siempre por un tema también familiar, de historia, viste, la divisa blanca, la línea de mi familia era de los caudillos blancos, entonces yo seguí la línea familiar de mi padre, era activo en el partido, me llevaba de chiquita a la casa del partido, entonces yo quedé en el partido, siempre me gustó el partido nacional y nunca me cambié, tengo una identidad de familia (Beatriz Lamás)

Da mesma maneira, Gletel Ferrari, confirmou o tempo e o objetivo de filiação,

[...] No tengo mucho tiempo en el Partido, pero me gusta, me gusta aprender. Lo político tiene que ser visto desde la formación, ejercer el gobierno, de estos 5 años que van a transcurrir el enriquecimiento en la formación personal es muy importante, aprendes trabajando, aprendes ejerciendo y tienes posibilidades de trabajar en grupo de ver experiencias de otros lados, de participar en seminarios, en talleres. Todo eso te enriquece y tratado dentro de lo que puedo de poder ir a esas actividades, son las que más me han gustado, yo siempre fui ligada en el Partido Nacional pero ahora es que participo del Partido Nacional (Gletel Ferrari).

Por outro lado, as outras duas *Alcaldesas* do PN mencionaram possuir suas trajetórias políticas influenciadas por outros políticos uruguaios, mas que, ainda assim, possuíam uma longa ligação com o PN. **Rosa Imoda (PN)** tem como seu padrinho político Luis Lacalle Pou, que hoje figura entre os principais nomes do PN, tendo disputado as eleições presidenciais de 2015. Segundo a mesma, *“Hace 15 años que militamos juntos, con Lacalle Pou, incluso yo fui su secretaria en el Parlamento, cuando fue Diputado.”*

**Graciela Echenique (PN)** ressaltou em sua entrevista que é tradicionalmente de família *blanca*, inclusive um irmão seu - já falecido - havia sido Intendente de

Cerro Largo.<sup>24</sup> Em 2005 trabalhou para o Intendente de Cerro Largo, sendo que o mesmo impulsionou/sugeriu sua candidatura à eleição em 2010. En sua narração ela relembrou tais passagens,

[...] Yo milito políticamente desde mi adolescencia en la lucha contra la dictadura, porque nosotros tuvimos aquel proceso de dictadura y en mi época de estudiante en Montevideo allí empecé a militar, pero tengo una fuerte influencia Blanca (Partido Nacional). Mi familia es Blanca, soy Blanca por convicción y por tradición, las dos cosas, después estuve siempre en el área social, trabajé mucho en el área social de manera independiente, pero siempre militando dentro del Partido, yo trabajé para mi hermano que fue también Intendente en un periodo acá, falleció muy joven en un accidente. Después trabajé para el actual Intendente de Cerro Largo, para Sergio Botana, bueno ahí en esa militancia a él se le ocurrió que yo podía sacar una lista, bueno saqué esa lista y la verdad nos fue muy bien (Graciela Echenique).

Com a fala da Alcaldesa de Fraile Muerto encerrou-se o segundo eixo de questões, que versou sobre a militância e a trajetória dessas mulheres. Pode-se perceber, com clareza, que as mulheres da FA têm uma larga trajetória de militância e envolvimento social, neste aspecto, o que varia entre elas é a forma como desenvolveram sua atuação no meio político. As mulheres do PN, embora não tenham tido cargos no partido, também possuem um vínculo estreito com seu partido de origem, tendo relações familiares ou pessoais com figuras de renome do partido.

#### **4.1.3. Como aconteceu o recrutamento eleitoral no pleito de 2010?**

A partir das narrativas, identificou-se como ocorreu o recrutamento partidário nas eleições municipais. Aqui, é pertinente voltar ao explanado no primeiro capítulo, pois todo o processo eleitoral ocorreu aceleradamente, dado poucos meses para organizar o pleito. Veremos que, majoritariamente, o recrutamento aconteceu devido a ação política a nível local. Quanto ao peso dos partidos, deve-se grifar a existência de diferentes estratégias na seleção das candidatas, associadas aos recursos

---

<sup>24</sup> Embora a entrevistada não tenha mencionado diretamente o ocorrido durante sua fala, a morte de seu irmão **Villanueva Saravia Pinto** (1964 - 1998) rendeu diversas polêmicas à cena política da fronteira uruguaia. Filiado ao Partido Nacional, em agosto de 1998, prestes a aderir à candidatura presidencial de Alberto Volonté, Saravia foi encontrado morto, vítima de um tiro na cabeça. Em um episódio confuso, que a justiça ao fim do inquérito classificou como suicídio, embora muitos políticos da época tenham mencionado suas suspeitas de assassinado. Fonte: <http://www.laondadigital.uy/archivos/2515>

sociais das mesmas. Além disso, verificaremos a inexistência de um discurso personalista, mais uma vez ficando evidente a força dos partidos na democracia Uruguiaia.

Dessa vez, vamos organizar as entrevistas por Departamento, pois o contexto territorial demarcou as circunstâncias das seleções de candidaturas. A primeira análise será a da Capital. Basicamente as montevideanas foram recrutadas por já participarem, em alguma instância, do processo de descentralização existente na cidade, que já acontece desde a criação das CCZ'S. Tal qual ressaltou **Susana Camarán (FA)** *“Montevideo, en particular, tiene esa historia de descentralización que más allá de la Ley, que es para todo el país. Montevideo tiene sus características propias”*.

Assim sendo, **Adriana Rojas (FA)**, **Lilián Piña (FA)** e **Teresa Nieves (FA)** talvez sejam as mulheres que mais se encaixam nesse movimento. Em suas falas, comentaram que o recrutamento aconteceu em decorrência das atuações e o conhecimento no âmbito local, isto as postularam para concorrer a vaga no conselho municipal. Adriana Rojas explicou que,

[...] Yo fui Concejal Vecinal 10 años en la zona del Cerro, o sea que yo tenía experiencia en la descentralización, Concejal Vecinal 10 años y militante política, cuando se armaron los municipios dentro de la zona del Municipio A. Yo tenía conocimiento, entonces mi sector me propuso para estar integrando la línea, que yo en realidad estoy en la línea del Alcalde, viste que son 5 líneas, yo estoy con el Alcalde, en el mismo sector político, entonces digo, fue como definición de los compañeros del territorio del MPP armar la línea para la lista y en esa línea por la experiencia y la militancia social, entre yo también. (Adriana Rojas)

Lilián Piña relembrou sua trajetória na base,

[...] Fui nominada por mi partido, Partido Socialista (90). Hay diferentes acuerdos dentro del Frente Amplio, y yo estaba participando en la actividad departamental del partido, en diferentes comisiones vinculadas al proceso de descentralización y al programa departamental del Frente Amplio. (Lilián Piña)

A *consejala* Teresa Nieves narrou que

[...] Yo era integrante del grupo de base de Montevideo, institucional nada ni de cerca, a no ser por algún o otro vecino, en muy contadas ocasiones, haber hecho un trámite a un vecino. [...] Unas de las 8 listas de Montevideo era de la base, la quinta línea era de las bases, entonces la integro desde ahí. En todos los casos alguien vino y nos dijo. Yo asumí el compromiso en

el municipio, el compromiso militante lo mantuvo, que también pasó en algún otro municipio. (Teresa Nieves)

**Susana Camarán (FA)** também salientou que já estava participando das discussões sobre a Lei sobre a Descentralização nos Comitês de Base e que a sugestão de seu nome aconteceu, em grande parte, devido às sugestões de companheiros do partido:

[...] Cuando empezó la discusión de la ley todos nosotros participamos desde los Comités de Base. Una vez que salió la ley, compañeros y compañeras de los que estaban en la diaria son los que postulan nuestros nombres. En mi caso me postuló mi partido, mi partido en el acuerdo tenía el segundo lugar de la lista, por tanto estaba en ese lugar. [...] Y me avisaron cuando ya me habían puesto en la lista, a mí en realidad me postuló un comité que no era el mío, el comité de mi barrio no me postuló. (Susana Camarán)

Um caso particular foi o recrutamento de **María Elena (FA)**, oposto ao de todas da FA. Este recrutamento, possivelmente, foi realizado “às pressas”, devido à necessidade de encaixar nomes nas listas e a ausência de tempo para isso. Dado que a mesma, nem sequer, estava no Uruguai, na verdade estava aposentando-se da política e viajando. Em suas palavras,

[...] Yo solo quería decir que en mi caso fue mi grupo político que me impulsó digamos. Yo estaba viajando y llamaron por teléfono, ni sabían que yo estaba en España, me llamaron para una consulta si podían manejar mi nombre para el municipio. Yo les dije que había salido de la junta local y que no quería saber más nada, pensé un segundo y les dije: hagan lo que quieran con mi nombre y cuando vaya me entero! No me dieron tiempo a pensar, pero no me arrepiento! (María Elena)

**Miriam Rodríguez (FA), Mabel Lamadrid (FA) e Cristina Oliveira (FA)** alegaram que a decisão se originou das combinações e acordos traçados internamente pelos setores que compõem a FA, coube a elas assumir o compromisso de militantes partidárias. **Miriam Rodríguez** discorre,

[...] Llegué por los diferentes acuerdos de los partidos del Frente Amplio, los sectores propusieron sus nombres, hombres y mujeres para ocupar ese lugar, fue parte de ese acuerdo. (Miriam Rodríguez)

**Mabel Lamadrid** explicou com outras palavras,

Bueno, fundamentalmente mi partido presentaba al Alcalde que es Gastón Silva también del partido socialista y se me planteó que fuera la suplente de

él y bueno yo estuve de acuerdo, fundamentalmente para apoyar la tarea, en los municipios se trabaja muy en equipo y todos tenemos una responsabilidad, titulares y suplentes y respondemos en el Concejo. Cada uno tiene su responsabilidad. (Mabel Lamadrid)

Cristina Oliveira expôs que,

[...] Fue decisión de mi organización política, o sea, el Frente Amplio. Una vez que empezó el proceso, discutí y propuso los nombres de los compañeros que iban a integrar la lista y asumí. Me gusta mucho, porque a mí me gusta mucho la política. (Cristina Oliveira)

Sob essa perspectiva, **Sandra Nedov (FA)** foi ainda mais incisiva em seu depoimento na questão da militância partidária. Segunda a *Alcaldesa* do município D, os militantes deveriam estar à disposição, deveriam entender as necessidades do partido, que estão acima das exigências individuais,

[...] Bueno, nosotros somos la militancia política. El partido político es quien dice a donde deberíamos ir, yo no me postulo, yo no pretendo estar en un lugar, las agrupaciones de cada zona eligen al compañero que se propone, eso va al partido político, el partido político apoya esta figura, no es una decisión propia. Yo, por ejemplo, ahora puedo ser reelecta, no sé si voy a ser reelecta, no sé si me van a proponer para eso o para otra cosa, integro la lista o soy convencional de mi partido. Pero, después, nosotros estamos a disposición de que el partido diga “bueno te necesito en tal lugar” y ahí tenemos que ir, a mí en particular me gusta más desempeñar cargos ejecutivos que legislativos, pero, si tengo que ser legislativo, pues bueno! (Sandra Nedov)

No Departamento de Canelones, esse compromisso não surgiu tão fortemente, a *Alcaldesa* de Progreso, **Cristina Castro (FA)** creditou sua candidatura por já ter experiência anteriormente, na *Junta Local* do departamento canário. Além disso, ela destacou os 57 anos de residência na localidade,

Para concurrir al cargo es electivo, entonces diferentes sectores a nivel del departamento tenían sus candidatos, incluso dentro del Frente mismo, competíamos internamente, bueno, salió nuestra lista la más votada, como dice la Ley 1567, la lista y el lema más votado, el primero de la lista sería el Alcalde y los demás en la lista los concejales, son 4 más. Al ser Edil Departamental me propusieron y estaba dispuesta, tenía que tener por lo menos tres años viviendo en la localidad, yo tenía más de tres de años, yo tengo 57 (Cristina Castro).

A mais de 300 quilômetros da Capital, no Departamento de Rocha, **Mary Urse (FA)** arriscou um discurso destoante das demais companheiras de partido e retomou sua primeira fala: creditou seu recrutamento ao reconhecimento dos cidadãos, em especial do bairro onde realiza trabalhos comunitários,

[...] Porque el Barrio Samuel<sup>25</sup>, fue más bien quien me hizo líder de ese barrio, le gustaba lo que yo trabajaba, trabajamos por 7 años en esa comisión y no descansábamos nunca y fue en ese mismo barrio que me hice líder y de ahí la presencia en la Junta Local y hoy Alcaldesa. (Mary Urse)

Enquanto foi predominante nos discursos da FA a relação com o partido e o recrutamento como uma questão estratégica do partido, três dos discursos nacionalistas citaram que a cooptação aconteceu pelo impulso de um quadro partidário de prestígio. No caso de **Graciela Echenique (PN)**, *Alcaldesa* de Fraile Muerto, a ideia partiu do Intendente de Cerro Largo em exercício na época, Sérgio Botana (PN).

Ainda há outro aspecto sobressaliente na fala da *Alcaldesa* de Fraile Muerto, que se refere ao fato dela assumir que agora, com filhos adultos, poderia dedicar-se a atividade da política, pois teria tempo para exercê-la. O que condiz com as teorias feministas já mencionadas durante a análise do primeiro eixo de questões.

[...] Si, fue el partido, yo no. Yo en todos los años de militancia, militaba digamos buscando votos, hablando con la gente, haciendo puerta a puerta, socialmente, pero nunca jamás se me había ocurrido sacar una lista, en realidad la idea fue del actual Intendente, de Sergio Botana, que me pidió que sacara una lista. Yo en ese momento ya tenía mis hijos grandes, al ser yo bastante tradicional en mi vida, crianza de hijos, matrimonio, todas esas cosas, pues podía dedicarme verdaderamente porque tenía tiempo suficiente como para dedicarme a la política, bueno y así fue porque esto lleva tiempo, mucho tiempo (Graciela Echenique).

As outras duas *Alcaldesas* com a candidatura impulsionada por quadros políticos de prestígio são **Beatriz Lamas (PN)** e **Rosa Imoda (PN)**, ambas eleitas no Departamento de Canelones e, ambas escolhidas pelo candidato nacionalista à Presidência da República, Luis Lacalle Pou, para disputar a eleição. Assim, Beatriz Lamas afirmou que,

[...] El partido me propuso, Luis Lacalle Pou eligió más o menos un perfil profesional, eligió en casi todos lados una mujer, si tenía una mujer en vista y como yo votaba la agrupación, él sabía que yo era del partido me propuso ir, yo no sabía si aceptarlo, ya acepté y ya quedé. (Beatriz Lamas)

Rosa Imoda complementou a sua forma,

---

<sup>25</sup> O Bairro Samuel Priliac é uma das localidades mais carentes do Município de *Chuy*. Dentre as atividades que desenvolve no Bairro, Mary Urse organiza todo ano a festa do Dia de Reis, no dia 6 de Janeiro. Ela é a responsável pelas doações de brinquedos, e, posteriormente pela distribuição na comunidade.

[...] Bueno, la oportunidad la tuve porque renunció el candidato que iba acá. Ese momento Luis Lacalle Pou, que ahora va de precandidato nacional, mejor dicho de candidato nacional, fue quien indicó mi nombre y bueno, acá estamos. Por suerte nos ha ido bien, pensábamos que no, pero bueno, es apostolado esto, la verdad que es un apostolado, porque estamos desde que te levantas hasta que te acuestas, no tienes feriado, no tienes licencia, no tienes nada, porque siempre estás preocupándote. (Rosa Imoda)

Por último, é interessante analisar o depoimento da Alcaldesa de Santa Rosa, **Gretel Ferrari (PN)**. Ela expressou uma fala extremamente ideológica para demarcar suas posições políticas, aliando a sua vontade de militante com a proposição do Partido. Dessa forma, Gretel justificou seu ingresso na política,

[...] Porque... Bueno, piensa que el lugar que uno deja, lo ocupa otro... Cuando uno no está de acuerdo como se manejan ciertas situaciones, y no estoy de acuerdo con la política del Frente Amplio, (además) era una posibilidad de dar una mano al partido nacional como militante del Partido Nacional. Ahí surge la Ley de descentralización en el 2010, mi sector político en el cual yo había elegido me propone que fuera la candidata a Alcalde en las elecciones municipales de 2010. (Gretel Ferrari)

Com a exposição das falas de todas as nacionalistas e de todas as frenta amplistas, conclui-se a terceira parte que aborda os questionários. A partir da análise dos trechos selecionados, chegou-se a conclusão que sim, os partidos importam muito no tocante ao recrutamento partidário. Na próxima sessão, veremos que, igualmente como aconteceu neste momento, a ideologia partidário interfere no posicionamento frente ao funcionamento dos governos locais.

#### **4.1.4. Desafios frente ao Governo Municipal**

Neste momento, é importante salientar o reforço sobre a identificação partidária que demarcou as posições de cada uma das mulheres durante a realização das entrevistas, conforme visto anteriormente. As mulheres da FA balizaram falas mais entusiasmadas, ressaltando o ato de descentralizar o poder e queixaram-se da adesão popular, observando que seu reconhecimento depende do trabalho executado. Enquanto isso, as mulheres do PN fizeram grandes críticas ao conteúdo da Lei e denunciaram a pequena autonomia e a falta de recursos próprios para executar ações nos municípios, embora também tenham apontado algumas conquistas.

Dessa vez, se iniciará a sessão apresentando as opiniões das mulheres do PN, pois o conteúdo das falas é muito próximo entre si, ou seja, permanece um tom extremamente crítico ao conteúdo da Lei de Descentralização Política e Participação Cidadã e, conseqüentemente, a falta de recursos próprios. **Beatriz Lamas (PN)** foi a primeira a reforçar que as mudanças têm sido lentas, sobretudo que faltam muitos atributos e recursos para o pleno funcionamento dos municípios,

[...] Realmente lo hago porque me gusta, me gusta la tarea, pero falta descentralización, demasiado lento, faltan recursos y la gente, la población por lo menos en los lugares chicos le atribuye todo al Alcalde, todo los temas, temas que no son de potestad del alcalde también, eso lo hemos visto, por ejemplo acá en San Ramón". (Beatriz Lamas)

Da mesma maneira, **Gletel Ferrari (PN)** traçou críticas ao conteúdo específico da Lei, também se queixou da pequena autonomia perante as Intendências, da verba insuficiente que recebe para o município e, ainda, fez críticas ao governo central da Capital,

[...] La ley tiene muchos vacíos, la ley fue creada muy rápido y entonces quedó con mucho vacíos legales, uno de ellos es no tener nosotros independencia económica, que nosotros la necesitamos. Estamos distantes de Montevideo y tampoco las Alcaldías tienen acceso directo, los diputados serían el nexo y a nosotros los diputados no nos han auxiliado, entonces lo que nosotros conseguimos es todo por medio de la Intendencia, con el Intendente particularmente. (Gletel Ferrari)

A cada entrevista, tinha-se a impressão que as mulheres haviam combinado as respostas, tamanha a concordância entre as falas, **Rosa Imoda (PN)** ressaltou exatamente os mesmos problemas que as suas companheiras de partido: dependência financeira e inconsistências no teor da Lei:

[...] Falta muchas cosas a la ley, sobre todo los recursos, nosotros reclamamos recursos propios, porque somos rehenes de los directores de las divisiones que nos dan los recursos o del Intendente de turno que esté, entonces nosotros no tenemos independencia económica por lo tanto muchas cosas queremos hacer y no podemos por eso. La oportunidad que hemos tenido, por ejemplo, nosotros hemos presentado proyectos a concurso y bueno hemos ganado, pero nos encontramos limitados por los recursos, que es lo que a nosotros nos cuesta más. (Rosa Imoda)

Por fim, **Graciela Echenique (PN)** apresentou um discurso um pouco menos latente do que as demais companheiras de partido, no entanto, mencionou as mesmas lacunas que as outras já haviam destacado. Lembrou que há muito para se avançar, principalmente sobre a captação de recursos próprios,

[...] En estos primeros años de descentralización sigue siendo dependiente del gobierno departamental, no tenemos recursos propios, hasta creo que lo que más hemos logrado es ver cómo impacta el gobierno local, ver que es el gobierno local, ver que hay que seguir avanzando en la descentralización, no perder de vista la parte de desarrollo local, pero nos falta avanzar mucho sobre todo la parte de recursos y ver realmente como quedan los recursos, si se nos va dar un porcentaje de recursos de los recaudados, regionalizar los recursos también, la micro-región, tampoco es superponer recursos y no sub-utilizarlos, es tener los recursos necesarios y que sean bien utilizados, porque tampoco sirve tener maquinaria para que trabaje una semana en un mes, entonces eso creo que se debería articular con la región, bueno vamos andando. (Graciela Echenique)

Agora, introduziremos as opiniões das mulheres da FA. Será possível identificar que as respostas também seguiram uma mesma linha de raciocínio, entretanto, cada uma expressou sua opinião de uma determinada maneira, assim há elementos interessantes à serem expostos.

**Cristina Castro (FA)** foi a Frente Amplista que em maior grau teceu críticas ao teor da Lei aprovada. Segundo suas análises, a lei menciona apenas uma “*desconcentración de poder*”, entretanto, Castro adverte que se deve buscar uma verdadeira descentralização dos municípios, por mais autonomia perante as Intendências.

[...] Bueno esto es una nueva experiencia y no está todavía la descentralización que realmente queremos, más allá de que le están haciendo unas modificaciones a la Ley en el Parlamento, pero esto es más bien una desconcentración y nosotros lo que queremos es una verdadera descentralización. Si estas dependiendo siempre del gobierno departamental y de los recursos económicos del gobierno departamental es muy difícil a nivel local descentralizar, nosotros recibimos una partida mensual que viene del gobierno nacional que ronda los 62 mil pesos, más o menos, y 13 mil que nos da el gobierno departamental según el municipio, con eso apenas da solo para los gastos locales. (Cristina Castro)

A resposta de **Lilián Piña (PN)** discorreu em direção oposta à da colega de partido. Praticamente, pode até ser considerada uma defesa partidária, um contraponto, pois Piña fez questão de lembrar que a descentralização política existe em grande parte pela idealização da FA.

[...] Yo creo que la gente se olvidó de como vivíamos antes, antes del gobierno del Frente Amplio [...] No es como ahora, que es fácil, que te abran la puerta de un ministerio que están abiertos para escuchar a la gente, los ministros bajan más a hablar con la gente. Están muy próximos a la gente, andan haciendo recorridos por los barrios, vienen a las ferias los senadores, se ocupan mucho de la gente, incluso dan charla en los comités de base y en casas de familias. El domingo tuvimos la recorrida del candidato por la zona y fue un mundo de gente que iba en la recorrida,

hablando con los vecinos del proyecto de gobierno, con la participación de las organizaciones de base, del consejo vecinal donde se reúnen. Nosotros hacemos todos los años un cabildo abierto donde rendimos cuentas de lo que se hizo en ese año, donde se invirtió la plata de los fondos que vinieron de la intendencia, en que se invirtió, en obras, en podas, en mantener plazas públicas, la electricidad, la luz, todo eso se vuelca en el cabildo abierto. (Lilián Piña)

Já **Adriana Rojas (FA)** se utilizou de uma metáfora para explicar como acontece o trabalho municipal: “trabalho de formigas”. Isto é, trata-se de um trabalho contínuo, variado e coletivo. Também ressaltou a criatividade que o Conselho deve ter para realizar suas atividades e atingir os objetivos propostos pela Lei.

[...] El trabajo es como muy de hormigas y variado porque tenés de todo, el tema es el presupuesto, porque el presupuesto es agotado, el presupuesto es calles, reposición de alumbrado, podas y espacios verdes y barrido, pero nosotros nos damos la idea sin salirse del reglamento, digamos, que tiene la ley de generar nuevos espacios públicos siempre con los vecinos, hacer actividades culturales, deportivas, nosotros tenemos muchas redes, fortalecerlas, formarlas. Nosotros creemos que sin participación esto no tendría razón de existir, existiría una oficina de gestión, pero nosotros lo que hacemos es fomentar la participación. (Adriana Rojas)

**Miríam Rodríguez (FA)** advertiu que nesta primeira etapa ainda há muitos aspectos para serem corrigidos, contudo, ressaltou positivamente a riqueza de ter um governo próximo ao cidadão e a obstinação da equipe municipal que atua em conjunto,

[...] El gobierno de cercanía lo que te da es la riqueza del conocimiento del problema del vecino en forma directa, conforme o desconforme, reclamo o felicitación pero tienes ese contacto en forma directa. Es la primera experiencia en el país y estamos haciendo todo un aprendizaje de esta nueva etapa del proceso, es un equipo y unos funcionarios muy comprometidos con el proceso y creo que eso nos ha ayudado enormemente a que sea más sencillo. (Miríam Rodríguez)

**Mary Urse (FA)** seguiu a mesma linha de Miríam Rodríguez, embora também tenha reconhecido os cortes orçamentários por parte da Intendência, considerou que sua administração tem sido exitosa,

[...] Nosotros hicimos presupuesto que fue votado y todo, en el presupuesto nos quedamos cortos, pero salimos muy bien igual y ya aprendimos para el otro. El presupuesto no es propio, la Intendencia nos manda 620 mil pesos por mes, con eso nos tenemos que manejar en todo, pagar los obreros y empleados. Pero la administración ha sido un éxito, el otro día vinieron de Montevideo, hicieron un arqueo y fueron a felicitarme delante de todos los concejales. (Mary Urse)

A *concejala* **Mabel Lamadrid (FA)** também reconheceu que o dinheiro destinado ao seu município é insuficiente, entretanto fez questão de mencionar que até poderia haver outras formas de captar recursos, restando analisar o que a Lei permite. Além disso, fez questão de comentar sobre a autonomia dos municípios para gerir os recursos que lhes são destinados, segundo a mesma, este é o grande triunfo,

[...] El dinero, la Intendencia departamental asigna a los municipios un dinero del presupuesto que siempre es menos de lo que el municipio precisa. A su vez, también, hay posibilidades que creo que ningún municipio lo ha hecho todavía que es recibir donaciones de acá como del exterior como dice la ley, todavía no está muy claro cómo se pueden recibir esas donaciones porque los municipios no tienen personalidad jurídica. Es complejo porque es algo que recién comienza en la historia política de un país, 4 años no son nada, pero lo bueno de todos los municipios de éste y de los 8 en total, es que todos han podido ejecutar cada año el presupuesto que tuvieron. Tu puedes tener mucho dinero y si no lo ejecutas, todos los municipios han ejecutado el presupuesto tenían, el dinero que tenían y eso es importante porque es muy importante para la gestión para la ejecución de las cosas. Te puede quedar 1 millón de pesos y si no lo puedes ejecutar, yo creo que los organismos públicos deben ejecutar el dinero porque para eso está y si no se ejecuta es porque no se están haciendo muchas cosas y si no se hace más es porque faltan recursos que seguramente a medida que vayan avanzando los municipios habrán cosas que hay que descentralizar más. (Mabel Lamadrid)

Com outro olhar, **Susana Camarán (FA)** fez um resgate de memórias e contou como foram os primeiros dias de governo, como o corpo político conseguiu se organizar, perante tantos desafios, e expôs a evolução nestes cinco anos. Por fim, terminou sua fala de forma bastante otimista, ressaltando o crescimento da popularidade municipal e o reconhecimento dos moradores de cada região,

[...] El primer día que asumí llegué a éste local, no había silla ni mesas, no había muebles, ni cortinas, ni aire acondicionado, estaba vacío con un montón de basura ahí en el medio, una portátil en el suelo y más nada. Teníamos sólo dos funcionarias que las conocía previamente y llegamos y no había nada, nada más telarañas. De ahí empezar a armarnos, buscamos una silla, un escritorio, tratar de armar algo, al tercer día de pasar frío pedimos una estufa, haciendo una lista de las cosas que necesitábamos, lápiz, cuadernos, hojas, que era lo más básico para funcionar y saber que nos [...] Que fueron 6 meses sin presupuesto, 6 meses en que teníamos que planificar el plan de desarrollo para 5 años, el presupuesto del año siguiente, la presentación ante la Junta y ante los vecinos, 6 meses sin un peso, los vecinos pedían barrido, pero teníamos ni un peso ni gente, ni maquinaria, fue terrible. [...] Hoy los 8 municipios somos capaces de llevar adelante un presupuesto, capaz de entender todas las reglas de funcionamiento del Estado, de relacionarnos bien con los vecinos de poder avanzar en la gestión, estamos muy involucrados con la gestión y ha quedado poco tiempo para la política, las decisiones son políticas también, transmitirle al vecino el porqué de las decisiones. (Susana Camarán)

**Cristina Oliveira (FA)**, embora tenha admitido que o reconhecimento dos cidadãos abarque um processo lento, compactua o otimismo da *Alcaldesa* do Município E, assim sendo, ressalta a necessidade de se estabelecerem estratégias para o bom funcionamento do Município,

[...] El reconocimiento de los ciudadanos con lo que es el tercer nivel de gobierno aún es lento, porque en otros países lleva muchos años de tener los tres niveles de gobierno. [...] Llevamos 4 años, pero nosotros elaboramos unas líneas estratégicas y eso es nuestra guía. Nuestro principal objetivo en todo lo que hacemos es hacerlo con los vecinos, con las organizaciones sociales, con el resto de las instituciones del territorio, la participación son el centro de estos gobiernos locales, pero sobre todo la participación ciudadana, porque la Ley que es nuestro marco jurídico es con la participación ciudadana. Descentralización y participación ciudadana van juntos en este proceso, entonces ese es como un principal desafío porque la participación es en muchos y diferentes espacios, el uso del espacio público, actividades socio recreativas, socio educativas, la cuestión de trabajar los nudos que aparecen en la convivencia articulando con los otros niveles del Estado y con los vecinos. (Cristina Oliveira)

**Sandra Nedov (FA)** discordou das posições expostas anteriores, tecendo críticas ao escasso reconhecimento que o terceiro nível de governo tem recebido. Segundo ela, as pessoas ainda não se deram de conta sobre importância da participação na política local, destacando que,

[...] Nosotros existimos pero, a veces, parece que no se dieran cuenta lo importante de La Ley - es que es de descentralización y Participación - nosotros esperamos que los vecinos tengan un compromiso con la gestión, nos digan que está bien o que está mal, qué tenemos que hacer mejor, qué nos controlen. (Sandra Nedov)

Partindo do mesmo posicionamento, **María Elena (FA)** também analisou a relevância social dos municípios. Concordando com Nedov, ela mencionou que o reconhecimento ainda está aquém do esperado. Para tentar contrapor, compartilhou uma experiência que demonstra que os cidadãos têm buscado compreender a lógica de eleger um governo descentralizado,

[...] Siempre la demanda es mayor que el reconocimiento, pero una junta de vecino se acercó y nos dijo: tenías razón, usted nos dijo que nos esperaríamos y se dio! Hoy hay un reconocimiento de que el municipio se gestiona de otra manera y tiene que ver con esto de personalizar, nosotros hemos hecho calles, 100 metros de calles, nunca se hubiera planificado desde la intendencia esa calle, pero nosotros sabemos lo fundamental de esa calle, yo comparto contigo que la descentralización ha rendido frutos. (María Elena)

Enfim, apresenta-se a fala de **Teresa Nieves (FA)**, que em sua entrevista ressaltou o que provavelmente há de mais interessante na concepção de uma política a nível local: o contato com o representante. Assim, a entrevistada apresenta um resumo de como a política tem se dado em seu cotidiano,

[...] Yo creo que lo fundamental, al comienzo, fue la articulación para que esto se movilizara, hubo que articular con los comunales, con el gobierno nacional. Mientras no se tenía presupuesto durante el primer año, lo que sí es más importante es que lo que era un expediente acá se transformó en una cara visible porque si el vecino tiene un problema del árbol, de la luz, de la calle, viene y nos pide una entrevista, o vemos el expediente a ver que falta en una calle, fue como humanizar ese expediente que en la centralización no pasaba. (Teresa Nieves)

A partir do quarto eixo foi possível apresentar as opiniões e as percepções de cada uma das quinze entrevistas sobre frente aos desafios do terceiro nível de governo. Resta agora, para a próxima sessão, verificar quais as expectativas para o futuro em suas carreiras políticas. Em outras palavras, no próximo bloco pretendemos descobrir se elas pretendem continuar na política em cargos elegíveis, se pretendem apenas seguir militando na base ou se pretendem se afastar da vida pública.

#### **4.1.5. Há expectativa de concorrer novamente a uma vaga no Conselho Municipal?**

Particularmente é interessante destacar esse último questionamento, pois ele revela que as mulheres possuem ambições políticas, porém, algumas vezes não encontram oportunidades para concretizar suas vontades. Em outros casos, a oportunidade precisa ser interrompida por algum motivo adverso. Além disso, há a constante restrição de gênero, que afeta as mulheres não apenas no início, mas na manutenção da carreira.

Isso foi claro no depoimento das duas mulheres que anunciaram que não concorrerão novamente. Das 15 mulheres entrevistadas, apenas duas afirmaram que não pretendem continuar a exercer a política em um cargo público, outras duas assumiram estar em dúvida. Dentro desses quatro depoimentos, em três a justificativa para tal atitude envolveu laços familiares. O que nos remete as restrições

de gênero, problema tão caro às mulheres na construção da carreira política. Apenas uma mulher pôs-se em dúvida, mas não apresentou maiores esclarecimentos.

**Gletel Ferrari (PN)**, embora tenha assumido que gostou de exercer a atividade de *Alcaldesa*, advertiu que se tornou complicado conciliar as atividades do Conselho Municipal com a atuação da medicina, sua profissão. Além disso, advertiu que gostaria de se fazer mais presente no desenvolvimento psicossocial do filho adolescente,

[...] No, mucho trabajo. No porque no esté interesada, no porque no me guste, o porque no me haya dejado muchas satisfacciones en general y en lo personal, pero, bueno, uno tiene que elegir. Voy a seguir con la medicina y no puedo seguir con esto porque esto requiere mucho tiempo. Es lindo pero cansa, mucho trabajo y uno está muy expuesto por los dos lados, como médico y como gobierno local también. Digo que como que cansa, como madre uno tiene también que estar presente, tengo un hijo adolescente de 16 años, hay que estar. (Gletel Ferrari)

**María Elena (FA)** atribuiu à decisão de se aposentar a sua idade, embora admita que seguirá militando pelo partido, mas não em nenhum cargo. O segundo ponto foi justamente o compromisso familiar, pois gostaria de ajudar a sua filha na criação de sua neta:

[...] Mí partido ya me lo planteó y yo dije que bajaba un escalón, voy a seguir trabajando, militando, pero no de forma en el municipio como integrante, porque tengo 67 años y tengo una nietica de dos y quiero tener más tiempo, además quiero ayudar a mi hija. (María Elena)

**Cristina Castro (FA)** creditou a sua indecisão alegando o elevado volume de trabalho que o cargo exige e, como María Elena, afirmou que gostaria de “curtir” os netos e a família.

[...] En mayo son las elecciones nuevamente de los Municipios, lo estoy pensando realmente, es mucho trabajo. Aparte la familia, las hijas, los nietos, llega el momento en que vos quieres disfrutar de los tuyos. (Cristina Castro)

A única mulher que não apresentou motivos concretos foi a *Alcaldesa Rosa Imoda (PN)*, pois preferia esperar passar as eleições nacionais para opinar sobre essa situação, talvez pensando nos ordenamentos do jogo político,

[...] No sé, todavía la gente nos está pidiendo que si vaya nuevamente y eso lo lograremos. Después de octubre que pasen las elecciones nacionales, veremos cómo se arreglan los apacho en la carreta como decimos nosotros. Todavía no sé lo que voy hacer. (Rosa Imoda)

O restante das mulheres anunciou que, se possível, pretende continuar a exercer a política em um cargo, entretanto, cada uma encarou a questão de uma forma particular. Um grupo da Frente Ampla retomou algumas respostas anteriores, afirmou que gostaria de continuar a militar na política, embora, não definam em qual espaço a atuação acontecerá. Delegaram a decisão as escolhas internas do partido. Novamente o peso do partido foi exposto nas falas.

**Teresa Nieves (FA)** foi breve, porém contundente “[...] *No sé, según lo que diga lo partido*”. A mesma postura adotaram Míriam Rodríguez, Susana Camarán e Cristina Oliveira. Para complementar sua ideia, Rodríguez articulou a sua resposta com o compromisso pela continuidade do projeto de governo desenvolvido pela FA, colocando-se totalmente à disposição do partido, pela unidade. De outra parte, Camarán e Oliveira ressaltaram o papel das eleições internas na definição das candidaturas. Segundo **Míriam Rodríguez (FA)**,

[...] No sé, no es mi problema, ese problema lo deben solucionar otros. Nosotros acá estamos para gestionar de mejor manera que podamos este año que nos queda, después cómo se articula la nueva lista en el municipio o si mantenemos a los mismos será parte de la negociación de la fuerza política. No me importa un cargo, igual vuelvo a militar a la base. Yo creo que uno tiene que ser funcional al partido y no el partido funcional a uno, vos sos militante para generar un lugar, vos sos militante para crecer en la masa, la gente y para que crezca tu proyecto político no para crecer vos en forma individual y creo que es algo que se nos metió como en la sangre con la formación que se nos dio es algo que lo tenemos muy incorporados - los frente amplistas - incluso, para nosotros el proyecto que enmarca cualquier otra tendencia es el del Frente Amplio. Lo importante es mantener la unidad, más allá, que de repente hayan cosas que de repente las tengas que dejar de lado, porque de repente no tienes la mayoría para que estén acá, pero lo importante es el proyecto del país. (Teresa Nieves)

**Susana Camarán (FA)** declarou que,

[...] A mí me hacen esa pregunta y siempre digo lo mismo, yo siempre he sido una militante y estoy en el lugar que el Frente Amplio decida, fui representante del comité de base de la coordinadora, fui representante de la coordinadora en la 41, fui representante del 41 en el partido, fui al Congreso pero el Frente Amplio siempre decidió. Yo estoy dispuesta a ir si mi partido me pone ahí pero no lo defino yo, lo definen otros. (Susana Camarán)

E **Cristina Oliveira (FA)** integrou a fala da companheira,

[...] Voy a continuar en las próximas elecciones, no sé en qué condición, ni en qué lugar, porque esa es una decisión que se toma a la interna del Frente Amplio y a la interna de los sectores que integran el Frente Amplio, ya no depende de nosotros. (Cristina Oliveira)

Três mulheres que afirmaram que gostariam de continuar na política a nível municipal, por que gostam da forma de intervenção municipal. Uma delas foi **Lilián Piña (FA)**, que respondeu de forma proativa *“Sí, pretendo. Es cuestión de que te guste, soy honoraria. El año que viene hay elecciones, si soy electa en primárias internas pretendo continuar acá.”*

O mesmo afirmou **Sandra Nedov (FA)**,

[...] Sí, yo creo que si, en 5 años en esto que se instala nuevo y que es para desarrollar, bueno primero creo que nosotros hemos adquirido una experiencia de ver cómo funciona esto, que cosas faltarían, que podemos profundizar, que sería bueno que algunos del concejo municipal que estamos quedara para poder darle una continuidad, para no empezar de nuevo otra vez después que hay proyectos de más de 5 años y que me gustaría poder terminarlos, pero bueno es acá o en otro lado. (Sandra Nedov)

E **Adriana Rojas (FA)** reiterou que,

[...] Si, lo pretendo, es una forma distinta de hacer política, la del municipio, porque vos estas con los vecinos y la relación es otra, no estás sentado en una oficina cerrada allí escondido de los vecinos, acá es continuo. Vos vas al barrio, ellos vienen, nuestros planes de gestión se hacen en base a las demandas de los vecinos y nosotros lo que siempre impulsamos es que los vecinos se organicen [...] lo que está exigiendo más es propuestas de cuestiones sociales viste, de arreglos de salones comunales y propuestas culturales. (Adriana Rojas)

Outras três *Alcaldesas* apresentaram maior certeza em buscar a reeleição, demonstrando mais independência do partido. Duas destas são filiadas ao PN e a terceira a FA. O interessante nesses casos é que duas destas atuam na fronteira, isto é, distante da Capital – o que sugere que o vínculo partidário é mais forte próximo de Montevideú. A outra apenas recentemente filiou-se ao partido, ou seja, ainda não fortaleceu seus vínculos institucionais, como afirma **Mary Urse (FA)**,

[...] Al principio tuvimos muchos problemas, por el hecho de ser mujer, el hecho de no tener bachillerato, pero hicimos los que otros no han hecho y son abogados. Ahora la gente me apoya y la familia me apoya mucho, los concejales también. [...] Así, el 10 de febrero renunció para poder ser reelecta en Mayo, el 10 de mayo son las elecciones. (Mary Urse)

**Graciela Echenique (PN) complementou,**

[...] Sí, yo creo que sí! Acá estamos muy bien, me parece que la gente nos apoya. Bueno, yo fui la primera vez y en realidad le di 4 votos a 1, yo tengo toda la mayoría en el Concejo, estamos fuertes, uno nunca está tan claro porque primero va a una urna a votar, pero uno va viendo ya como un balance de lo que está ocurriendo. Es lindo, es un trabajo lindo, dicen que las alcaldías es el tercer nivel de gobierno, yo particularmente creo que no, que es el primero porqué es el que está más cercano a la gente, tercero no, quien está primero ahí en la calle junto a la gente es el Alcalde, después está el Intendente y después si está el gobierno central. Podemos entender que sea el primero de acuerdo a la cercanía que tienen los votantes a quien va ocupar ese cargo, es el primer paso cuando las necesidades de la gente vienen acá al municipio. (Graciela Echenique)

**Beatriz Lamas (PN) concluiu,**

[...] Si, voy a ir de nuevo, voy a ir otra vez! Va mejorar la descentralización, igual ya aprendí cómo manejarme y como hacer, ya corro con ventaja de haber aprendido todo este tiempo. Aprendí mucho, incluso aprendí la parte administrativa, los vínculos políticos, me relacioné con la gente, en mi trabajo yo no tenía esa oportunidad de crecer en otro sentido, por eso la parte negativa de las cosas que no se hicieron, me veo la parte positiva para mí en lo personal, siempre hay críticas, pero he podido decirles cómo nos manejamos, se hicieron audiencias, cabildos, yo tengo un programa radial, es original creo que en el país soy la única que tiene. (Beatriz Lamas)

Por fim, **Mabel Lamadrid (FA)**, explicou que apesar da idade, possui grande disposição para continuar atuando politicamente, destacando o benefício que a aposentadoria lhe proporcionará para sua permanência na vida pública. Nesse sentido, Lamadrid relata,

[...] Bueno, la elección del 2015 en realidad en mi partido los candidatos y candidatas se eligen en una Convención Departamental, y en la última convención departamental en las elecciones que se hicieron yo quedé en la lista de ediles y edilas en séptimo lugar, que también acá en éste país los ediles y edilas son honorarios. Bueno, después están las suplencias que se tienen que armar porque se eligen los primeros y segundo lugares nada más, los terceros y cuartos suplentes quedan a definir después. Entonces la idea es seguir para poder aportar, yo ya tengo 60 años, pero tengo mucha energía y ahora además que jubilé, o sea, que tengo más tiempo para dedicar a la militancia, entonces la idea es seguir aportando, no sé en el municipio, todavía no está muy claro cómo van a ser las elecciones, si por lista o una lista única, todavía no sabemos. (Mabel Lamadrid)

Desta forma, terminou-se de apresentar todos os eixos que compuseram a análise das entrevistas. Nesta última parte, ao introduzir as falas das que não buscarão a reeleição, percebeu-se fortemente o surgimento de implicações de gênero. As três desistentes citaram o anseio de se dedicar a família e a incompatibilidade desta ação com a atividade política. Explicações estas que encontram suporte nas teorias sobre a ausência das mulheres na esfera política, objetivamente na variável de matriz cultural. (PÉREZ, 2006)

#### **4.2. Considerações gerais sobre as respostas**

Assim, diante dos dados coletados por meio das entrevistas e do refinamento de outras fontes biográficas, pôde-se identificar e examinar, em parte, qual o perfil político feminino no terceiro nível de governo uruguaio. E, a partir dessa constatação, foi possível assinalar similaridades e diferenças. Verificou-se como características em comum a presença de mulheres maduras, com famílias constituídas, com o nível de escolaridade variado.

As principais diferenças na composição do perfil passam a existir a partir do posicionamento ideológico e do vínculo partidário, conforme será descrito a seguir:

As mulheres filiadas ao FA vêm de uma linha profissional endógena à política, pois as suas profissões confundem-se com o exercício da política cotidiana. Ainda há três delas exercendo o professorado. São mulheres altamente identificadas com o partido. Com exceção de Mary Urse (FA) que estabeleceu seu vínculo em 2005, as demais participam do partido que representam há mais de 30 anos, ou seja, desde a restauração da ordem democrática no Uruguai, em 1985. Todas possuem um histórico de militância e participação em movimentos sociais, de base e de bairro. O recrutamento eleitoral ocorreu por meio dos acordos entre os setores da FA, estabelecidos nas prévias eleitorais do partido. Todas as entrevistadas ressaltaram que a inclusão de seus nomes nas listas ocorreu por decisão partidária e não por iniciativa própria. Também é importante destacar que essas mulheres

estão trilhando o seu próprio caminho na política e por conta de sua trajetória chegaram ao Conselho Municipal.

Sobre suas percepções, as mulheres da FA, acentuaram uma visão positiva em relação à política de descentralização, constatando um aspecto inovador na política uruguaia, ainda que tenham feito críticas quanto aos recursos destinados aos governos locais. Sobre a reeleição, das 11 mulheres Frente Amplistas, somente uma não deseja continuar atuando no cargo institucional, porém gostaria de dar continuidade a militância de base. As demais deixam a decisão de reeleição à cargo do próprio partido.

Já as mulheres filiadas ao Partido Nacional, embora sempre tivessem compartilhado da posição ideológica, nunca foram candidatas pelo partido e possuem vínculo institucional recente, ou seja, se filiaram perto das eleições de 2010. À exceção de Graciela Echenique (PN) que possui um histórico familiar ligado ao partido. Em relação às profissões anteriores ao exercício político, das quatro entrevistadas, três possuem profissões liberais notórias.

Assim, o recrutamento das mulheres Nacionalistas ocorreu através de apadrinhamento político com fins eleitorais. Em relação à política de descentralização, as críticas foram de aspecto negativo, principalmente no tocando à autonomia dos municípios e à escassez de recursos disponibilizados ao poder local. Quanto à reeleição, das quatro mulheres Nacionalistas entrevistadas, somente uma declarou que não pretende concorrer novamente por motivos de conciliação profissional e familiar.

Para finalizar o capítulo e retomar o título que o origina a dissertação, pode-se salientar um apontamento final. Podemos estar nos referindo a um novo ator político, eleito para um âmbito desvalorizado no campo político uruguaio, com uma lógica funcional avessa à aquela dedicada aos cargos do alto escalão político. Entretanto, o formato do recrutamento eleitoral permanece similar ao utilizado nos outros níveis. Dessa forma, o padrão feminino encontrado aqui, é balizado pelo recrutamento geral tanto do partido de esquerda (FA) quanto do partido de centro-direita (PN). Vale ressaltar que o estudo aqui produzido coincide diretamente com padrão geral identificado por Serna e Marengo no estudo Legislativo Uruguaio (SERNA;

MARENCO, 2007). Tudo isso demonstra que, mesmo com todas as especificidades, as adversidades e o pouquíssimo tempo para organizar o pleito, a lógica partidária ainda prevaleceu nas Eleições Municipais de 2010, e, nessa perspectiva, o novo deixa de ser novidade.

## 5. Considerações finais

A proposta dessa dissertação foi investigar a presença feminina no terceiro nível de governo Uruguaio, o qual surge pela primeira vez no circuito eleitoral de 2010. A ideia era ir além de uma análise descritiva sobre o desempenho feminino, bem como extrapolar explicações centradas nas regras do jogo político. Neste trabalho, o foco da observação esteve destinado às mulheres eleitas, isto é, a entender as características sociodemográficas, a construção das carreiras, as ambições políticas desse grupo vitorioso nas eleições municipais. Para sistematizar a ideia de trabalhar com os atores políticos femininos foi construído um problema de pesquisa que pudesse dar conta dessa perspectiva. Esse pretendia descobrir quem eram as uruguaias eleitas para o terceiro nível de governo.

Dessa forma, foram apresentadas duas hipóteses centrais, para auxiliar no esclarecimento dessa questão: 1) A primeira hipótese tratava especificamente dos aspectos sociodemográficos das eleitas. Imaginava-se que seriam mulheres experientes, com famílias constituídas, detentoras de um alto grau de escolaridade e com profissões variadas (podendo a filiação partidária alterar essa última variável); 2) A segunda hipótese ponderava sobre o exercício da militância e a trajetória política. Acreditava-se que as mulheres eleitas estariam ingressando pela primeira vez na política institucional, porém que já sustentassem um vínculo partidário, assim como uma larga trajetória de atuação em movimentos na esfera civil. Dessa forma, o ato de militar seria parte da vida política dessas mulheres.

No primeiro capítulo aprofundou-se desde os aspectos mais gerais da estrutura política do Uruguai, incluindo detalhes mais minuciosos sobre a institucionalização e o funcionamento dos municípios. Ao introduzir as noções sobre o desenvolvimento da democracia no Uruguai, pode-se perceber como o sistema político está atrelado ao sistema partidário, com destaque às forças das agremiações políticas na condução da cena política. Para cumprir este intento, foi necessário acompanhar o fortalecimento da coalizão de esquerda (FA), desde sua

formação até sua acessão ao poder, ou seja, da conquista da Intendência de Montevideu em 1990 até 2005 quando chega a presidência do país.

O segundo capítulo discorreu sobre o envolvimento feminino nas esferas de poder da sociedade uruguaia, em três momentos. No primeiro momento, destacou-se o protagonismo dos movimentos de mulheres e feministas na sociedade civil, demonstrando a força e a capacidade de pressão destes na política institucional. Esta exposição foi complementada com a apresentação das transformações ao longo do século XX e início do século XXI. No segundo momento, o foco foi a presença feminina na política tradicional. Os dados relativos à nível parlamentar e a nível executivo foram opostos aos observados na primeira parte, pois apontam uma tímida presença de mulheres nestas arenas de poder. Para mais, a análise sobre o crescimento percentual das taxas de representação não apresentou grandes alterações, permanecendo pequenos na CRR, no Senado e no corpo executivo, desde a retomada das eleições, em 1985. No terceiro momento, a exposição tratou da representação feminina à nível municipal, que demonstrou que o terceiro nível de governo, por todas as suas características únicas, favoreceu a participação feminina. Dessa forma, o espaço político do Conselho Municipal pode ser compreendido como uma intersecção entre a atuação militante na sociedade civil e a atuação profissional na política institucional. Por fim, foram examinados os três motes que influenciam a discussão sobre o papel das mulheres na política, bem como sobre a implementação de políticas públicas de gênero no país vizinho: 1) a aplicação da lei de cotas de gênero, 2) a Bancada Bicameral Feminina (e sua relação com a Universidade) e 3) a ascensão da FA ao executivo nacional.

Durante o percurso dissertativo, as conclusões obtidas ao término do primeiro e do segundo capítulo trouxeram contribuições e elementos pertinentes para o diagnóstico do terceiro capítulo. Em outras palavras, já conhecidas as regras institucionais que comandam o jogo político e o espaço da mulher na sociedade, era o momento ideal para aprofundar a pesquisa sobre os sujeitos motivadores do trabalho. Assim, o terceiro capítulo, momento destinado especificamente ao objeto de estudo dessa dissertação, ou seja, as mulheres do terceiro nível de governo é apresentado. Nesse momento buscou-se trabalhar com as quinze entrevistadas,

conforme as opções metodológicas, com o propósito de responder objetivamente a pergunta fio condutor da dissertação.

O primeiro aspecto que cabe destacar é que há uma distinção muito clara entre o caminho percorrido pelas mulheres da esquerda (FA) e pelas mulheres de centro/direita (PN) até a eleição municipal. O vínculo partidário se mostrou como tema central e, por isso, determinante no exame de cada um dos cinco eixos investigados.

Em relação ao perfil sociodemográfico, há apenas dois aspectos em comum dentre todas as entrevistadas, que são duas variáveis: a idade e a constituição familiar. Em resumo, são mulheres maduras e com famílias bem estruturadas. Por outro lado, em relação à escolaridade, não foi possível encontrar um padrão nas respostas, o que sugere uma fraca correlação entre a variável e o resultado eleitoral. Na análise das profissões o destaque é para a diferenciação de atividades das Frente Amplistas e das Nacionalistas. No primeiro caso, as mulheres exercem majoritariamente profissões endógenas à política, enquanto no segundo de dedicam a profissões liberais.

Dessa forma, com a exceção da variável escolaridade, constata-se que a primeira hipótese estava parcialmente correta, ou seja, há uma concordância entre o que foi previamente pensando e o que foi encontrado no campo empírico.

No que concerne à segunda parte da pergunta de partida, isto é, sobre o exercício da militância e a construção da trajetória política, também convém salientar a existência de um padrão muito distinto entre as mulheres filiadas a FA e as filiadas ao PN. Dessa forma, todas as mulheres da FA relataram um histórico atrelado aos movimentos sociais e mencionaram um passado de longa militância partidária, a grande maioria exercia a militância a nível local. Ao contrário, as mulheres do PN afirmaram ter estreitado seus vínculos partidários somente para a eleição (duas delas filiaram-se com esse propósito específico), sendo que três das quatro investigadas suas candidaturas foram impulsionadas por padrinhos políticos 2010.

Assim, se a segunda hipótese estivesse dirigida apenas para as mulheres da FA, ela estaria completamente confirmada, contudo, verificou-se que as mulheres da PN possuem um percurso e uma militância muito recente, e distante do que estava

sendo descrito na hipótese, isso acabou por comprometer o total sucesso da hipótese.

Além de responder à pergunta de partida, as entrevistas permitiram conhecer algumas das percepções dessas mulheres sobre a condução de um governo voltada para a atuação local, no qual se almeja a participação popular na tomada das decisões. Primeiramente, se deve mencionar que todas avaliaram a atuação a nível local como um movimento de extrema necessidade na política do Uruguai. Não foi raro nas entrevistas a menção de que o terceiro nível de governo deveria ser considerado o “primeiro nível de governo”, pois, invertendo a lógica, esse seria o principal contato que o cidadão teria com seus representantes.

Durante a execução das entrevistas, ainda foi possível observar a formação de dois discursos políticos antagônicos, pois, como introduzido ao longo do primeiro capítulo, a proposta de descentralizar a condução política é uma iniciativa advinda do programa de governo da FA<sup>26</sup>. Assim, as mulheres da FA defenderam a proposta aprovada, ressaltaram a importância de seu partido para que a Lei fosse institucionalizada. Elas também clamaram pela ampliação da participação popular, mencionando que a política local depende da boa relação com os cidadãos. Ao contrário, as mulheres do PN foram consideravelmente críticas ao funcionamento dos municípios, ressaltaram a falta de recursos para a realização de obras, revitalizações da cidade e o pagamento do corpo de funcionários. Também se queixaram constantemente da pouca autonomia perante as Intendências, lembrando que precisavam negociar caso quisessem realizar algum projeto. Embora não estivesse presente no questionário, nem tivesse sido interrogado, também endereçaram críticas à forma como o governo nacional da FA estaria conduzindo o país, como “liberdade” estaria sendo confundida com “desordem”.

Ainda sobre outros conteúdos expostos nas entrevistas, é importante ressaltar as memórias das Frente Amplistas mais velhas a respeito da repressão e da resistência ao regime militar, tanto quanto de seus envolvimento em greves gerais e seus ativismos em movimentos sindicais. Foram discursos recheados de

---

<sup>1</sup> As entrevistas de julho de 2014 foram realizadas em um contexto de campanha eleitoral a Presidência da República. Tabaré Vázquez da FA estava concorrendo novamente ao executivo nacional, provavelmente esse tenha sido um dos motivos pelo acirramento ideológico na condução das falas.

elementos históricos, que além de trazer informações para sustentar a primeira parte do capítulo 2, auxiliaram a pesquisa a refletir sobre o lugar da mulher da política. Os depoimentos obtidos reforçam que a introdução das mulheres nos espaços decisórios da política é um movimento necessário, dessa forma, medidas podem – e devem - ser tomadas para que a presença feminina se amplie.

Para mais, acredita-se que a pesquisa permitiu pensar, sob o âmbito da Ciência Política, sobre um do espaço de poder novo, que possibilita a atuação profissional aliado ao exercício da militância no âmbito local. Assim, a partir da intersecção da teoria política feminista, dos resultados eleitorais e do trabalho empírico, debruçou-se a atenção sob trajetórias de militância em localidades pequenas, que, contornando as restrições de gênero, atingiram a esfera pública da política, uma condição tão cara às mulheres em sociedades patriarcais liberais.

## Referências

AGUIRRE, Rosario. Relaciones de género en la sociedad uruguaya del siglo XX. Cambios y permanencias. In: NABUM, Benjamín (Org.). **El Uruguay del Siglo XX**. Montevidéo: Banda Oriental, 1. ed. 2008, 625 p.

ARAUJO, Clara; ALVES, José Eustáquio Diniz. Impactos de indicadores sociais e do sistema eleitoral sobre as chances das mulheres nas eleições e suas interações com as cotas. **Dados**. Rio de Janeiro, vol.50, n.3, p. 535 – 577, 2007.

ARAUJO. Clara. Rotas de ingresso, trajetórias e acesso das mulheres ao legislativo: um estudo comparado entre Brasil e Argentina. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, vol.18, n.2, p. 567-584, 2010.

ARAUJO. Clara. Partidos políticos e gênero: mediações nas rotas de ingresso das mulheres na representação política. **Revista Sociologia e Política**. Curitiba, n.24, p. 193-215, 2005.

ARAUJO. Potencialidades e limites da política de cotas no Brasil. **Revista de Estudos Feministas**. Florianópolis, vol.9, n.1, p. 231-252, 2001.

ARCHENTI, Nélide; TULA, María Inés. Cuotas de género y tipo de lista en América Latina. **Opinião Pública**, Campinas, v.13, n.1, p.185-218, 2007. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-62762007000100007&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762007000100007&lng=en&nrm=iso)> acesso em 28 Set. 2015.

ASUNCIÓN Lavrin. Mujeres, feminismo y cambio social, en Argentina, Chile y Uruguay 1890-1940. **Centro de Investigaciones** Diego Barros Aranda. Santiago de Chile, 2005, 527p.

BAREIRO, Line et al. Sistemas electorales y representación femenina en América Latina. **Mujer y Desarrollo**. Santiago de Chile, p. 54 – 100, 2004.

BARRETO, Álvaro Augusto de Borba. Eleições municipais comparadas: a escolha do chefe do executivo no Brasil e no Uruguai e o impacto sobre os sistemas partidários locais (2000-2005). **Revista Brasileira de Ciência Política**. Brasília, n.7, p.285-317, 2012. Disponível em

<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-33522012000100012&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522012000100012&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 27 Set. 2015. BARRETO, Álvaro Augusto de Borba. Criação de municípios no Uruguai (2009 2010): processo de inovação institucional. **Revista Jus Navigandi**. Teresina, ano 16, n. 2940, 20 jul. 2011. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/19575>>. Acesso em: 23 set. 2015

BLEE, M. Kathleen; TAYLOR, Verta. Semi-Structured Interviewing in Social Movement Research. In: KLANDERMANS Bert. STAGGENBORG Suzanne. **Methods of Social Movement Research**. Minneapolis: University of Minnesota Press, p. 92-117, 2002.

BOURDIEU, Pierre. A representação política: Elementos para uma teoria do campo político. In: Idem (Org). **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Difel, 1989.

BOURDIEU, Pierre. O Campo Político. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, v.1, n.5, p. 193-216, jul. 2001.

CABRAL, José Pedro Cabrera. Processos político-ideológicos na esquerda eleitoral uruguaia: 1971-2004. **Revista História & Luta de Classes**. Marechal Cândido Rondon. Ano 3, n. 4, p. 51-74, 2007.

CARDARELLO, Antônio. MAGRI, Altaïr. **Cambios, certezas e incertidumbres**. Elecciones Departamentales y Municipales 2010. Montevidéo: Instituto de Ciencia Política, 2011, 482 p.

CARDARELLO, Antonio. Muchas dudas, algunas certezas y escaso entusiasmo. Las elecciones municipales 2010 en Uruguay. **Revista Uruguay de Ciencia Política**. v.20, p. 63-94, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.edu.uy/pdf/rucp/v20n1/v20n1a04.pdf>> acesso em 28 Set. 2015.

CELIBERT, Lilián; JOHNSON, Niki. **Questiones de Agenda**: Disputas Democráticas: las mujeres em los espacios de representación política. Montevidéo: Friedrich Ebert Stiftung, 2011. 32 p.

CHASQUETTI Daniel; BUQUET, Daniel. La democracia en Uruguay: una partidocracia de consenso Política. **Revista Política**, Chile, n. 42, p. 221-247, 2004. Disponível em <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=64504211>>. Acesso em 28 set. 2015.

CHASQUETTI, Daniel. Uruguay 2006: éxitos y dilemas del gobierno de izquierda. **Revista Ciencia Política (Santiago)**, Santiago, v.27, n.esp, p. 249-263, 2007. Disponível em [http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0718-090X2007000100015&lng=es&nrm=iso](http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-090X2007000100015&lng=es&nrm=iso). Acesso em 28 set. 2015.

CHASQUETTI, Daniel; PEREZ, Verónica. ¿Mujeres en los márgenes?: Sistema de comisiones y poder de asignación en el Parlamento uruguayo. **Revista Ciencia Política (Santiago)**. Santiago, v.32, n.2, p.383-409, 2012. Disponível em [http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0718-090X2012000200003&lng=es&nrm=iso](http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-090X2012000200003&lng=es&nrm=iso).> Acesso em 27 set. 2015.

CORTE ELECTORAL URUGUAY. **Departamentales y Municipales**. Montevidéo, 09, mai. 2010. Disponível em: <http://elecciones.corteelectoral.gub.uy/20100509/SSPMain.asp>.> Acesso em 10 out. 2014.

FILGUERA, H. Carlos. Movimientos sociales en la restauración del orden democrático: Uruguay, 1985. In: Idem (Org). **Movimientos Sociales en Uruguay de Hoy**. Montevidéo: CLACSO/CIESU/Ediciones de la Banda Oriental, p. 11-50. 1985.

FREGA, Ana et al. **Historia del Uruguay en el siglo XX (1890-2005)**. 3. ed. Montevidéo: Banda Oriental, 2010, 406 p.

GONZALEZ, Keila; SAMPLE Kristen. **Muchos modelos, un objetivo: Experiencias de Comisiones y Bancadas de Género en los Congresos**. Perú, 48 p., 2010. Disponível em < [https://www.ndi.org/files/One\\_Size\\_Does\\_Not\\_Fit\\_All\\_esp\\_0.pdf](https://www.ndi.org/files/One_Size_Does_Not_Fit_All_esp_0.pdf)> Acesso em 20 set. 2015.

GUGLIANO Alfredo Alejandro. Impacto da gestão pública participativa: a experiência de Porto Alegre e Montevidéo. **Sociologia, Problemas e Práticas**, N.46, p. 1-69 2004. Disponível em [http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0873-65292004000300006&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0873-65292004000300006&lng=pt&nrm=iso).> Acesso em 27 set. 2015.

GUTIÉRREZ, Pablo Valenzuela. Estabilidad presidencial y democracia en Uruguay: una mirada a tres momentos. **Revista Divergencia**. N°1, Año 1, p. 55-72, 2012.

JOHNSON, Niki. ¿Democracia a medias? La representación de la mujer en cargos políticos electivos en Uruguay, 1984-1994. **Revista Uruguaya de Ciencia Política** N°12. Montevidéo, N°12, p. 69-96, 2001.

JOHNSON, Niki. **La política de la ausencia: las elecciones uruguayas 2004-2005, las mujeres y la equidad de género**. Montevideo: CNS Mujeres por Democracia, Equidad y Ciudadanía. 2005. 177 p.

JOHNSON, Niki; MORENI, Alejandra. **Representación política de las mujeres y la cuota en Uruguay**. In: Primer Encuentro Nacional de Mujeres Convencionales. Montevidéo: 2009, 49 p.

JOHNSON, Niki; PÉREZ, Verónica. **Representación (S)electiva: Una mirada feminista a las elecciones uruguayas 2009**: Montevidéo, 2010, 167 p.

JOHNSON, Niki; ROCHA, Cecilia; SCHENCK, Marcela. **La inserción del Aborto en la Agenda político-pública uruguaya 1985-2013** - Un análisis desde el Movimiento Feminista. Montevidéo: Cotidiano Mujer, 2015, p.145. Disponível em <<http://www.cotidianomujer.org.uy/sitio/pdf/aborto15web.pdf>> Acesso em 28 set. 2015.

MAGRI, Jesica Altair. FREIGEDO, Martín. Municipales 2010: ¿elecciones de segundo orden? In: BUQUET, D.; JOHNSON, N (Org.). **Del Cambio a la continuidad – ciclo electoral 2009-2010 Uruguay**. Montevidéo: Fin de Siglo/Clacso/Instituto de Ciencia Política, 2010. Parte III, p 325 – 346.

MAGRI, Jesica Altair. **Municipios: ¿Gobiernos de segundo orden?** In: *III Congreso Uruguayo de Ciencia Política*. Montevidéo, 2010.

MAGRI, Jesica Altair; FREIGEDO, Martín. Municipales 2010: ¿elecciones de segundo orden? In: BUQUET, Daniel / JOHNSON, Niki (Org.). **Del Cambio a la continuidad – ciclo electoral 2009-2010**. Montevidéo: Fin de Siglo/Clacso/Instituto de Ciencia Política, 2010.

MAGRI, Jesica Altair. Descentralización municipal en Uruguay: El estreno de un nivel de gobierno que no entusiasmó a la ciudadanía. **Revista Iberoamericana de Estudios Municipales**. Año I, N°2. p. 83 – 110, 2010. Disponível em: <<http://www.revistariem.cl/index.php/riem/issue/view/Issue/4/24>> acesso em 28 set. 2015.

MARENCO, André; SERNA, Miguel. Por que carreiras políticas na esquerda e na direita não são iguais? Recrutamento legislativo em Brasil, Chile e Uruguai. **Revista brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, v.22, n.64, p. 93-113, 2007. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69092007000200008&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092007000200008&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 28 Set. 2015.

MIGUEL, Luís Felipe; BIROLI, Flávia. Práticas de gênero e carreiras políticas: vertentes explicativas. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, v.18, n.3, p. 653-679, 2010. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2010000300003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2010000300003&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 27 set. 2015.

MINISTERIO DE DESARROLLO SOCIAL. **Coloquio: “Las mujeres y la política en clave regional”** Montevidéo, 2013, p.20. Disponível em <[http://www.cotidianomujer.org.uy/sitio/pdf/Relatoria\\_del\\_Coloquio\\_Mujeres\\_y\\_politica\\_mayo\\_2013.pdf](http://www.cotidianomujer.org.uy/sitio/pdf/Relatoria_del_Coloquio_Mujeres_y_politica_mayo_2013.pdf)> Acesso em 28 set. 2015.

MINISTERIO DE DESARROLLO SOCIAL. **Primer Plan Nacional de Igualdad de Oportunidades y Derechos (2007 – 2010)**. Montevidéo, 2007. Disponível em <[http://www.inmujeres.gub.uy/innovaportal/file/19692/1/3\\_plan\\_igualdad\\_amigable.pdf](http://www.inmujeres.gub.uy/innovaportal/file/19692/1/3_plan_igualdad_amigable.pdf)> Acesso em 28 set. 2015.

MORAES, Juan Andrés. Mayoría automática en el Uruguay: la experiencia de los gobiernos departamentales (1984-1994). **Revista Uruguaya de Ciencia Política**. Montevidéo: Instituto de Ciencia Política, n.10, 1997.

MOREIRA, Carlos; LAJTMAN, Tamara. *Uruguai: os movimentos sociais durante o governo de José Mujica (2010-2015)*. PLURAL. São Paulo, v.22.1, 2015, p. 66-82. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/plural/article/view/102214/100616>> acesso em 27 set. 2015.

MOREIRA, Constanza JOHNSON, Niki. **Democracia, Género y Equidad: Aportes para el debate sobre los mecanismos de acción afirmativa**. 2003. Disponível em: <[http://estudios.sernam.cl/documentos/?eMTk0NDgyMg==Democracia,\\_Genero\\_y\\_Equidad:\\_Aportes\\_para\\_el\\_debate\\_sobre\\_los\\_mecanismos\\_de\\_acci%C3%B3n\\_afirmativa](http://estudios.sernam.cl/documentos/?eMTk0NDgyMg==Democracia,_Genero_y_Equidad:_Aportes_para_el_debate_sobre_los_mecanismos_de_acci%C3%B3n_afirmativa)> acesso em 28 set. 2015.

MOREIRA, Constanza. A esquerda no Uruguai e no Brasil: cultura política e desenvolvimento partidário. **Opinião Pública**. Campinas, v.6, n.1, p.17-54, 2000. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-62762000000100002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762000000100002&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 27 Set. 2015.

MOREIRA, Constanza. Participación de la mujer en el sistema de toma de decisiones: en caso uruguayo. **Revista Uruguaya de Ciencia Política**. Montevidéo, n.7, p. 99-121, 1994.

MORITZ, Maria Lúcia. SCHULZ, Rosangela. Brasil e Uruguai: A difícil inclusão das mulheres no parlamento nacional (2009-2014). In: V Congresso Uruguaio de Ciência Política, 2014, Montevideu, p. 01-23 **Anais...** Montevideu, 2014.

OROÑO, Abel. La Descentralización local en marcha: el caso de Canelones In: BUQUET, Daniel / JOHNSON, Niki (Org.). **Del Cambio a la continuidad – ciclo electoral 2009-2010**. Montevideu: Fin de Siglo/Clacso/Instituto de Ciencia Política, 2010.

OROÑO, Abel. **Los Municipios en marcha. La descentralización local y los desafíos de su implementación**. Montevideu: Friedrich Ebert, 2010.

PÉRES, Verónica; VAIRO, Daniela. Dime quién eres y te diré qué tan igualitario/a eres: Valores de género e implicancias para la participación política en Uruguay. **Revista Debates**. Porto Alegre, v.7, n.1, p.175-198, 2013. Disponível em <<http://seer.ufrgs.br/debates/article/viewFile/36918/24047>>. Acesso em 27 set. 2015.

PEREZ, Verónica. 52% del Electorado, 11% del Parlamento: Factores Culturales y Representación Política Femenina en Uruguay. **Revista Uruguaya de Ciencia Política**. N°15, pp. 57-81, 2006.

PÉREZ, Verónica. **Las Mujeres Uruguayas y la Representación Política. A 60 años de las Declaraciones Americana y Universal**. Disponível em <<http://www.fder.edu.uy/genero/documentos/02-mujeres-uruguayas-representacion-politica.pdf>>. Acesso em 27 set. 2015.

PINTO, Celi Regina Jardim; MORITZ, Maria Lucia. A tímida presença da mulher na política brasileira: eleições municipais em Porto Alegre de 2008. **Revista Brasileira de Ciência Política**. Brasília, n.2, p. 61-87, 2009. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/rbcp/article/view/6576/5302>>. Acesso em 27 set. 2015.

PINTO, Céli Regina Jardim; MORITZ, Maria Lucia; SCHULZ, Rosangela M.. O desempenho das mulheres nas eleições legislativas de 2010 no Rio Grande do Sul. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n.10, p. 195-223, 2013. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-33522013000100006&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522013000100006&lng=en&nrm=iso)>. acesso em 28 Set. 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-33522013000100006>.

PITKIN, Hanna F. **The Concept of Representation**. Berkely: University of California Press. 1967

PRATES, Suzana; VILLAMIL, Rodríguez Silvia. Los movimientos sociales de mujeres en la transición a la democracia. In: FILGUERA, H. Carlos (Org). **Movimientos Sociales en Uruguay de Hoy**. Montevideo: CLACSO/CIESU/EDICIONES DE LA BANDA ORIENTAL, p. 158-195. 1985.

QUETGLES, A. Marina Raquel. La ausencia del territorio en la implementación de la política de descentralización en Uruguay. **Revista Geógrafo de América Central**. Costa Rica, v.2, n.47E, 2011. Disponível em <<http://www.revistas.una.ac.cr/index.php/geografica/article/view/2807>>, acesso em 27 set. 2015.

REPÚBLICA ORIENTAL DEL URUGUAI. **Lei N° 19.172**. Disponível em: <[http://archivo.presidencia.gub.uy/sci/leyes/2013/12/cons\\_min\\_803.pdf](http://archivo.presidencia.gub.uy/sci/leyes/2013/12/cons_min_803.pdf)>

REPÚBLICA ORIENTAL DEL URUGUAI. **Lei N° 10.783**. Disponível em: <<http://sip.parlamento.gub.uy/leyes/AccesoTextoLey.asp?Ley=10783&Anchor>>

REPÚBLICA ORIENTAL DEL URUGUAI. **Lei N° 11.577**. Disponível em: <<http://sip.parlamento.gub.uy/leyes/AccesoTextoLey.asp?Ley=11577&Anchor>>

REPÚBLICA ORIENTAL DEL URUGUAI. **Lei N° 18.476**. Disponível em: <<http://www.parlamento.gub.uy/leyes/AccesoTextoLey.asp?Ley=18476&Anchor=>>

REPÚBLICA ORIENTAL DEL URUGUAI. **Lei N° 6.102**. Disponível em: <http://www.parlamento.gub.uy/htmlstat/externos/derechosmujer/uyl6102.pdf>

REPÚBLICA ORIENTAL DEL URUGUAI. **Lei N° 18.987**. Disponível em: <[www.parlamento.gub.uy/leyes/ley18987.htm](http://www.parlamento.gub.uy/leyes/ley18987.htm) >

REPÚBLICA ORIENTAL DEL URUGUAI. **Lei N° 18.567**. Disponível em: <<http://www.parlamento.gub.uy/leyes/AccesoTextoLey.asp?Ley=18567r>>

REPÚBLICA ORIENTAL DEL URUGUAI. **Lei 19.075**. Disponível em: <<http://www.parlamento.gub.uy/leyes/AccesoTextoLey.asp?Ley=19075&Anchor>>

REPÚBLICA ORIENTAL DEL URUGUAI. **Lei N° 14.106**. Disponível em: <<http://www.parlamento.gub.uy/leyes/AccesoTextoLey.asp?Ley=14106r>>

REPÚBLICA ORIENTAL DEL URUGUAI. **Lei N° 18.104**. Disponível em: <<http://www.parlamento.gub.uy/leyes/AccesoTextoLey.asp?Ley=18104r>>

REPÚBLICA ORIENTAL DEL URUGUAI. **Lei Nº 18.644.** Disponível em: <<http://www.parlamento.gub.uy/leyes/AccesoTextoLey.asp?Ley=18644r>>

REPÚBLICA ORIENTAL DEL URUGUAI. **Lei Nº 18.653.** Disponível em: <<http://www.parlamento.gub.uy/leyes/AccesoTextoLey.asp?Ley=18653>>

REPÚBLICA ORIENTAL DEL URUGUAI. **Lei Nº 18.659.** Disponível em: <<http://www.parlamento.gub.uy/leyes/AccesoTextoLey.asp?Ley=18659r>>

REPÚBLICA ORIENTAL DEL URUGUAI. **Lei Nº 18.665.** Disponível em: <<http://www.parlamento.gub.uy/leyes/AccesoTextoLey.asp?Ley=18665r>>

REPÚBLICA ORIENTAL DEL URUGUAI. **Constituição da República 1934.** Disponível em: <<http://www.parlamento.gub.uy/constituciones/const934.htm>>

REPÚBLICA ORIENTAL DEL URUGUAI. **Constituição da República 1942.** Disponível em: <<http://www.parlamento.gub.uy/constituciones/const942.htm>>

REPÚBLICA ORIENTAL DEL URUGUAI. **Constituição da República 1952.** Disponível em: <<http://www.parlamento.gub.uy/constituciones/const952.htm>>

REPÚBLICA ORIENTAL DEL URUGUAI. **Constituição da República 1967.** Disponível em: <<http://pdba.georgetown.edu/Constitutions/Uruguay/uruguay67.html>>

REPÚBLICA ORIENTAL DEL URUGUAI. **Constituição da República 1996.** Disponível em: <<http://www.rau.edu.uy/uruguay/const97-12.16.htm>>

Rodríguez Villamil, Silvia; Sapriza, Graciela. **Mujer, Estado y Política en el Uruguay del siglo XX.** Ediciones de la Banda Oriental, Montevidéo, 1984.

RODRIGUEZ, José; VAIRO, Daniela. Comportamento eleitoral no Uruguai: Elucidando as chaves do triunfo de José Mujica nas eleições presidenciais de 2009. **Em Debate**, Belo Horizonte, v.2, n.4, p. 27-35, 2010. Disponível em: <<http://www.opiniaopublica.ufmg.br/emdebate/abrilcompleta8.pdf>> Acesso em 28 Set. 2015.

SAN MARTIN, Cabrera Laura. **La descentralización en Montevidéo:** Reflexiones de los protagonistas. Montevidéo: Fin de Siglo, 1994, 209 p.

SCHULZ, Rosangela; MORITZ, Maria Lúcia. Mulheres vitoriosas na política: estudo comparativo entre as candidaturas ao cargo de deputado estadual no RS em 2010. **Sociologias**, Porto Alegre, v.17, n.39, p. 370-402, 2015. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1517-45222015000200370&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222015000200370&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 27 Set. 2015.

## Apêndices

### Apêndice 1: Presença de mulheres em Conselhos Municipais, 2010/UY

DEPARTAMENTO	MUNICÍPIOS	ALCALDESA	CONCEJALAS
Artigas	Baltasar Brum	0	0
	Bella Union	0	1
	Tomas Gemensoro	1	1
Canelones	Aguas Acorrientes	0	0
	Atlantida	0	1
	Canelones	1	1
	Cerrillos	1	1
	Ciudad de La Costa	0	0
	Colonia Nicolich	0	1
	Empalme Olmos	0	1
	Juan A. Artigas	0	1
	Joaquín Suárez	0	0
	La Floresa	0	1
	La Paz	0	0
	Las Piedras	0	0
	Miguez	1	1
	Montes	1	2
	Pando	0	0
	Paso Carrasco	0	2
	Parque del Plata	0	1
	Progreso	1	0
	Salinas	0	1
	San Jacinto	0	1
	San Ramon	1	0
	Santa Lucia	0	1
	Santa Rosa	1	1
	San Antonio	1	0
	Sauce	0	1
	San Bautista	0	0
	Soca	0	0
Tala	0	2	
Toledo	0	2	
Cerro Largo	Fraile Muerto	1	1
	Rio Branco	0	1
Colônia	Carmelo A	0	2
	Juan Lacaze B	0	0
	Nueva Helvecia C	1	1
	Rosario CH	0	2

	Nueva Palmira D	0	0
	Tarariras E	1	1
Durazno	Sarandí Del Yí	0	0
	Villa Carmen	0	1
Flores	Villa Ismael Cortinas	0	1
Florida	Casupa	0	0
	Sarandí Grande	1	1
Lavalleja	José Pedro Varela	0	0
	Solís de Mataojo	0	0
Maldonado	Aiguá	0	1
	Garzón	0	0
	Ciudad de Maldonado	0	2
	Pan de Azúcar	0	0
	Piriápolis	0	0
	Punta Del Este	0	0
	San Carlos	0	0
	Solís Grande	0	1
Montevideu	A	0	2
	B	0	0
	C	1	1
	CH	0	1
	D	1	1
	E	1	1
	F	0	1
	G	0	0
Paysandú	Guichón	1	2
	Quebracho	0	1
	Porvenir	1	2
Rio Negro	Young	0	1
	Nuevo Berlín	0	0
Riviera	Tranqueras	0	0
	Vichadero	0	0
	Minas de Corrales	0	0
Rocha	Chuy	1	0
	Castillos	0	1
	Lascano	0	2
	La Paloma	0	1
Salto	Villa Constitución	0	1
	Pueblo Belén	0	0
	Pueblo Rincón de Valentín	0	1
	Colonia Lavalleja	0	0
	Pueblo San Antonio	0	0
	Mataojo	1	1
San José	Ciudade del Plata	0	1

	Liberdad	0	0
Soriano	Dolores	0	0
	Cardona	0	1
Tacuarembó	Paso de los Toros	0	0
	San Gregorio de Polanco	0	1
Trenta y tres	Vergara	1	2
	Santa Clara de Olimar	0	2
<b>TOTAL</b>		<b>21</b>	<b>66</b>

## Apêndice 2: Documento de Identificação



**Instituto de Ciencia Política**  
Facultad de Ciencias Sociales – Universidad de la República

---

Constituyente 1502 – piso 6 – Tel. 2410 6411 – Fax 2410 6412

Montevideo, 15 de julio de 2014

A quien corresponda:

Por la presente le escribo para presentar a la Lic. Marina Dos Santos, estudiante de la Universidad Federal de Pelotas, quien está cursando su Maestría en Ciencia Política y actualmente está en Uruguay para realizar el trabajo de campo para su tesis.

Durante su estadía en Uruguay la Lic. Dos Santos está integrando como estudiante de posgrado asociada el Área de Política, Género y Diversidad de Instituto de Ciencia Política, Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de la República, que yo coordino.

Agradezco toda la ayuda que Ud. le puede brindar a la Lic. Dos Santos para facilitar su acceso a los datos y contactos que ella necesite para su investigación.

Quedo a las órdenes para cualquier consulta que tenga.

Saludos cordiales,

Dra Niki Johnson  
Coordinadora del Área Política, Género y Diversidad